

Organização agrária e marginalidade rural na Médio Tocantins - Araguaia

Luiz Sérgio Pires Guimarães *
Ney Rodrigues Innocencio *
Sebastiana Rodrigues de Brito *

SUMÁRIO

Apresentação

- 1 — *Organização agrária e marginalidade rural na Médio Tocantins-Araguaia*
- 2 — *Características da organização da produção na Médio Tocantins-Araguaia*
- 3 — *O trabalhador rural na Médio Tocantins-Araguaia*
- 4 — *Anexo*
- 5 — *Bibliografia*

APRESENTAÇÃO

Através desta publicação, divulgam-se os resultados de pesquisa de campo efetivada na Microrregião Médio Tocantins-Araguaia, por uma equipe de técnicos da Divisão de Estudos Rurais da Fundação Instituto

* Analistas Especializados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Alice Dora Vergara G. da Silva, Dora Rodrigues Hees e Edna Oliveira Barreto pela colaboração prestada a este trabalho. Cabe agradecer também à Delegacia de Estatística do IBGE em Goiânia e a todos que na Médio Tocantins-Araguaia — Prefeituras Municipais, Agências do IBGE e, especialmente, produtores e trabalhadores rurais entrevistados — que prestaram apoio à equipe de trabalho por ocasião da pesquisa de campo. A Miguel Angelo Campos Ribeiro e Angélica Magnogo, pela colaboração na pesquisa direta, assim como, a Salvador Silva Ferraz, Paulo César Quinistr e equipe da DIATA pelo apoio prestado durante a fase de tratamento dos dados, a Ana Maria Borges de Freitas e Adamor de Oliveira Santos pela datilografia do trabalho.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando atender aos termos de convênio firmado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a realização de estudos específicos nas áreas de cerrado.

Tradicionalmente voltada para as atividades primárias, a Microrregião Médio Tocantins-Araguaia tem sido favorecida, em períodos mais recentes, por diretrizes governamentais que objetivam a modernização das atividades agropecuárias. Por isso mesmo, o processo de exploração econômica da área tem mostrado, como resultados concretos, não somente alterações nos sistemas de cultivos e na estrutura fundiária como, também, transformações nas relações de trabalho. Esses resultados apontaram a pertinência de um estudo a respeito das repercussões das transformações da organização agrária sobre a capacidade de absorção da força de trabalho rural do Médio Tocantins-Araguaia, considerando que tal processo vem se dando sem um nível suficiente de participação de todos os trabalhadores no produto social.

A utilização de dados censitários (1970 e 1975) e subsídios derivados da pesquisa de campo permitiu a caracterização dos principais aspectos da organização agrária na Microrregião assim como das condições de inserção dos trabalhadores no processo produtivo e suas condições reais de existência.

1 — ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E MARGINALIDADE RURAL NA MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

Localizada num trecho do alto-médio e alto Tocantins e em parte da bacia do médio Araguaia, estando aí também incluída a ilha do Bananal, a Microrregião Médio Tocantins-Araguaia apresenta certos traços específicos tanto no que se refere às condições naturais como sócio-econômicas. Sua distribuição espacial se dá através de extensas áreas de duas bacias hidrográficas, que se diferenciam entre si quanto aos elementos do seu quadro natural; tanto assim que elas se assemelham apenas em relação ao clima que em toda a Microrregião é típico do Planalto Central, quente e semi-úmido, com longo período de estiagem. Enquanto a bacia do Araguaia é predominantemente planície sedimentar, com extensões de solos férteis e vegetação florestal, entremeada por campos e cerrados, a do Tocantins se caracteriza como planalto cristalino, de solos pobres, recobertos sobretudo pelo cerrado. Quanto às condições sócio-econômicas, as áreas situadas nessas bacias hidrográficas também se distinguem, pois melhores condições naturais e maior disponibilidade de terras na bacia do Araguaia favoreceram, evidentemente, sua ocupação de forma mais intensa, enquanto a acidez e a baixa fertilidade dos solos de cerrados constituíram-se, entre outros, em fatores limitantes à ocupação da bacia do Tocantins. No entanto, na época atual, estas diferenciações tendem a desaparecer na medida em que a Microrregião, no seu conjunto, vem sendo, pouco a pouco, incorporada ao processo de crescimento econômico do País.

Tradicionalmente voltada para as atividades primárias, a Microrregião Médio Tocantins-Araguaia tem sido favorecida por diretrizes governamentais que objetivam a modernização do setor agropecuário e, conseqüentemente, a expansão da produção comercial. Sobretudo na última década, o processo de exploração econômica da área se acelerou,

estimulado por políticas de apoio do Estado, visando tanto a ocupação da Amazônia como a expansão da fronteira agrícola interna da chamada "Região do Cerrado". Tal processo de ocupação mais recente da Médio Tocantins-Araguaia vincula-se às próprias transformações por que tem passado a agricultura do País, como decorrência das necessidades de expansão do capital. Ao que tudo indica, na Microrregião em estudo, essa expansão tem mostrado como resultado não somente certas alterações nos sistemas de cultivos e na estrutura fundiária, como também transformações nas relações sociais de produção.

Em época mais recente, entre 1970 e 1975, podia se constatar o processo de intensificação da concentração de terras em detrimento dos pequenos estabelecimentos e, paralelamente, modificações na condição dos produtores rurais, uma vez que as unidades produtivas em regime de exploração indireta perdiam importância em relação àquelas exploradas pelos proprietários. No que concerne às atividades econômicas aí desenvolvidas ocorreram também transformações, pois a pecuária de corte, destinada à comercialização, assume expressão maior, e a lavoura, embora ainda se mantivesse como atividade subsidiária à pecuária, também adquire maior projeção comercial no período. Essas modificações foram acompanhadas de um emprego mais significativo de técnicas agrícolas modernas e, apesar de sua pouca importância relativa na área, apresentavam, em termos absolutos, uma expressiva relevância no que se refere à utilização da força mecânica. Alterou-se, também, nesse mesmo período, a composição do pessoal ocupado na agricultura, pois, embora ainda predominasse o trabalho familiar sobre as outras modalidades de utilização da força de trabalho, ocorreu um aumento do contingente de empregados parceiros e de assalariados temporários.

A referência a essas características que vêm definindo o setor rural da Médio Tocantins-Araguaia serve para mostrar que, apesar da expansão do capital já ter provocado transformações significativas na área, persistem também nela formas de organização da produção agrícola de caráter nitidamente não capitalista. A presença da produção baseada no trabalho familiar vem, por exemplo, corroborar a importância que o setor não capitalista continua a manter na região. Esse fenômeno não é específico à área em questão; ao contrário, a expansão do capitalismo agrário brasileiro tem mostrado a necessidade da reprodução de formas de produção não capitalistas que, longe de se constituírem em setores isolados na sociedade, são articuladas pelo modo de produção capitalista, redefinidas e subordinadas ao capital, de maneira a favorecer o processo de acumulação. A persistência dessas formas de produção não capitalistas, que podem ser entendidas como resultado da necessidade de afirmação do modo de produção capitalista, releva uma das contradições deste último. Se sua expansão tenderia a provocar, pelo menos teoricamente, a eliminação de todas as outras formas de organização produtivas, tendo em vista que acumular implica em concentração da riqueza e em aumento de excedentes populacionais livres, em disponibilidade para as necessidades da produção, no entanto, na medida em que elas são destruídas, criam obstáculos à acumulação, uma vez que são necessárias ao sistema de produção, pois do intercâmbio com elas o setor capitalista retira uma série de vantagens. No entanto o capital, enquanto processo social, dominante no conjunto da economia, define as condições de existência e as formas históricas que

assumem as relações de produção não capitalistas, e cria as condições de extração do seu excedente econômico sob diversas formas.

Ao lado desse processo de recriação das formas de organização produtivas não capitalistas, onde os trabalhadores não são expropriados dos meios de produção, na Médio Tocantins-Araguaia tem se verificado também uma tendência ao aumento de formas de trabalho assalariado, mas sobretudo em caráter temporário, integrado nas atividades tipicamente capitalistas. A relação social capitalista que se define basicamente pela transformação da força de trabalho em trabalhadores livres, no caso da agricultura, na medida em que ela se moderniza há, evidentemente, a adoção do assalariamento puro como forma predominante de relações de trabalho; no entanto, como no setor agrícola a diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho é fator relevante, o processo de modernização tende a aumentar a sazonalidade do emprego da mão-de-obra. O período de trabalho necessário à produção, que obedece a determinados fatores, vai variar não somente de acordo com a natureza do produto cultivado, mas também segundo o grau de intensidade da atividade produtiva, daí a concentração da demanda de mão-de-obra em certas épocas do ano e de retração nas outras. No caso da área em estudo, o aumento do emprego de trabalhadores em caráter temporário estaria mais diretamente vinculado à atividade econômica predominante, ou seja, à pecuária destinada à comercialização, do que à maioria dos produtos cultivados.

Em síntese, na medida em que a produção e a reprodução de riquezas passam a ser articuladas sob a modalidade capitalista, que recria formas produtivas desiguais, configuram-se diferentes formas de inserção dos trabalhadores nas estruturas produtivas, pois as relações de trabalho decorrem do processo de acumulação, das formas de produção que são capazes de generalizar¹.

Todas essas questões levantadas até aqui serviram de pano de fundo para a colocação do problema central de nosso estudo, isto é, a indagação a respeito das repercussões das transformações da organização agrária na Médio Tocantins-Araguaia sobre a composição da força de trabalho nela inserida, e mais particularmente identificar, no interior dela, determinados segmentos sociais possíveis de serem definidos como marginais. As diferentes formas concretas de inserção dos trabalhadores no sistema produtivo agrícola da região aponta a necessidade de buscar uma abordagem que permita a identificação teórica e empírica de certos grupos dentre aqueles trabalhadores que, ao nível do concreto, parecem não conseguir atingir um nível suficiente de participação no produto social, marcados, portanto, por características de pobreza. Nesse sentido retoma-se aqui a discussão sobre o problema da marginalidade que, no contexto da América Latina, já foi objeto de várias polêmicas.

Dentre os diversos enfoques nos quais a marginalidade tem sido tratada privilegia-se, no presente estudo, aquele que a conceitua a partir da referência às formas concretas de inserção dos grupos marginais nas estruturas produtivas. Para isto o pertinente trabalho realizado por Kowarick² parece, entre outros estudos que abordam o assunto, um dos mais oportunos para a clarificação das questões relativas ao problema da marginalidade em países capitalistas depen-

¹ Kowarick, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*.

² Kowarick, Lúcio, op. cit.

dentos. Para Kowarick os grupos marginais devem ser conceituados como uma forma peculiar de inserção na divisão social do trabalho, e descarta então, de sua análise, os enfoques que tratam a marginalidade enquanto um problema em si, como se tratasse de uma entidade separada do sistema social do qual faz parte. Privilegiando a questão dos processos econômicos como variáveis causais essenciais à compreensão do problema³, ele nega toda perspectiva que aponta a ausência de participação (econômica, social, cultural, etc.), como elemento determinante para a conceituação de grupos marginais.

Se os processos econômicos são fundamentais à conceitualização do fenômeno, todavia, em termos metodológicos, a análise não pode parar no nível de considerações de certos fatores como padrões de remuneração obtidos pelos ditos grupos marginais. Tão pouco os baixos níveis de condição de vida são suficientes para separar população marginal da não marginal. Os padrões de remuneração são determinados pelo modo segundo o qual as diferentes classes sociais participam do processo produtivo, e suas condições reais de vida são manifestações concretas do montante de remuneração que conseguem auferir através das atividades produtivas que desempenham. Por isto é somente ao nível das relações sociais de produção que se pode entender porque determinadas categorias da força de trabalho, na medida em que o capitalismo se expande e domina todos os setores da economia, são excluídas dos benefícios dessa expansão; ou, em outros termos, parte do contingente da população não consegue vender, de forma regular, sua força de trabalho, ou se vê na premência de se refugiar em setores produtivos estagnados ou decadentes de baixo índice de capitalização. O ponto central para explicar claramente a questão é apenas um, isto é, o conhecimento do processo do capital, da forma como ele cresce e domina todos os setores da economia. “Na realidade, é o processo de acumulação do capital que cria (e se apropria) a força de trabalho de que necessita para produzir e se reproduzir e gera a população excedente, não incorporada diretamente no processo produtivo enquanto assalariados”⁴.

O excedente de mão-de-obra rejeitado pelo capital — aqui entendido como trabalho acumulado — vai contribuir para a sobrevivência, ao longo do tempo, de formas não capitalistas de organização da produção. No entanto, a expansão das atividades propriamente capitalistas é que determina a existência dessas formas mais simples, afetando-as constantemente, sem destruí-las por completo⁵. A pouca potencialidade dos setores capitalistas de integrar a população disponível no processo produtivo, especialmente nos países dependentes, nos quais os setores mais dinâmicos se baseiam na importação de técnicas poupadoras de mão-de-obra, fez com que o tipo de desenvolvimento encetado pelos mesmos adquirisse um caráter superexcludente. Essa excludência se manifesta pelo aparecimento de grupos ditos marginais, que não participam regularmente das atividades propriamente capitalistas, mas que integram o conjunto da força de trabalho, diferenciada pela divisão técnica do trabalho.

Nas formas concretas de atividades produtivas onde se refugia a população excedente, encontram-se grupos heterogêneos de trabalha-

³ Kowarick, Lúcio, op. cit., p. 19.

⁴ *Ibid.*, p. 63.

⁵ Souza, Paulo R. Salário e mão-de-obra excedente. In: *Valor, Força de Trabalho e Acumulação Monopolista*.

dores que desempenham funções específicas que, em última instância, favorecem a dinâmica da acumulação dos setores capitalistas. Em primeiro lugar, esse contingente excluído pode desempenhar o papel de exército de reserva para as necessidades do processo produtivo capitalista. Enquanto integrantes do setor de produção não capitalista, em geral pouco produtivo, ele garante a reprodução de sua força de trabalho a custos ínfimos; "... uma vez reproduzida e mantida enquanto força de trabalho (a população sobranter), pode ser requisitada para participar de parte das obras de expansão econômica onde passa a tomar parte do produto de forma plena; nestes períodos, sua exclusão e atipicidade desaparecem"⁶. Por outro lado as atividades "atípicas" desenvolvidas por essa população quando não é requisitada pelo setor dominante vão também transferir excedente às estruturas de corte capitalista, através de vários serviços que presta⁷.

Nessa ordem de considerações é importante repetir que a análise do processo histórico de desenvolvimento capitalista dos países dependentes tem mostrado que, quando se busca explicar que significado tem a integração da população excedente na economia, concretizada pelas diversas formas de sobrevivência fora ou nas franjas do setor capitalista, os conceitos de exército de reserva e de grupos marginais não apontam para duas categorias diferentes. O valor pago ao seu trabalho no tipo de atividades que exercem, que acarreta a pauperização desses grupos não integrados de forma permanente no setor de produção capitalista "... pode representar uma redistribuição de renda em favor dos grupos situados acima"⁸, e mais, pelo fato de poder representar mão-de-obra reserva, esses trabalhadores vão exercer papel importante no sentido de pressionar redução dos salários pagos aos trabalhadores que estão integrados no setor de produção capitalista.

A correlação entre grupos marginais e mão-de-obra reserva, no caso dos trabalhadores agrícolas, indica que este contingente constitui, segundo a tipologia clássica, o chamado exército de reserva "latente". A expansão do capitalismo no campo, que "se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital"⁹ vai, no seu processo de valorização, sujeitando o trabalho que se dá na terra, como fonte de valor mas, ao mesmo tempo, tende a negá-lo, a dispensar mão-de-obra, que se vê condenada a se integrar em outras formas de organizações de sobrevivência¹⁰. Dessa maneira o contingente sobranter encontra duas alternativas: refugia-se em atividades pouco produtivas, ou sujeita-se à venda intermitente de sua força de trabalho, no setor rural, e constitui, ao mesmo tempo, força de trabalho com grande potencialidade de vir integrar o exército de reserva das áreas urbanas, tendo em vista a instabilidade que caracteriza sua condição de trabalhador rural. O conceito de marginalidade ganha sentido quando correlacionado ao exército de reserva, e não se pode perder de vista a importância que os grupos marginais desempenham no processo de acumulação,

⁶ Paoli, Maria Célia Pinheiro Machado. *Desenvolvimento e Marginalidade*, p. 95.

⁷ Nesse particular, verificar o excelente trabalho de Oliveira, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*.

⁸ Paoli, Maria Célia Pinheiro Machado, op. cit., p. 111.

⁹ Martins, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Revista Civilização Brasileira*.

¹⁰ Tavares, Maria da Conceição. O movimento geral do capital (Um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista). In: *Estudos CEBRAP*.

mesmo que não cheguem a se converter em trabalhadores assalariados absorvidos pelos setores capitalistas típicos.

A inserção dos setores marginais no sistema produtivo supõe formas de exploração distintas daqueles integrados ao setor tipicamente capitalista. “Os trabalhadores marginais participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permite defini-los como tipicamente capitalista”¹¹.

Segundo Kowarick, as categorias marginais no caso do setor urbano podem ser concretamente identificadas quando não há ruptura entre o trabalhador e os instrumentos de produção, pois nesse particular o processo de trabalho se apóia em tecnologia rudimentar funcionando a baixo nível de capitalização, que mal chega a remunerar o fator trabalho. Nessas relações de produção o trabalhador não chega a ser nem patrão nem empregado. Considera também como categoria marginal a mão-de-obra autônoma que desempenha tarefa de pouca ou nula especialização, em que os produtos ou serviços são vendidos a baixos preços e as jornadas de trabalho, muitas vezes, incompletas. Finalmente, caracteriza como marginal o conjunto da força de trabalho que participa das unidades capitalistas de produção de maneira intermitente, sendo rejeitada e absorvida segundo as oscilações dos ciclos econômicos, assim como o desempenho crônico de trabalho ocasional ou sazonal, no caso do setor agrícola, frutos de processos econômicos estruturais ou conjunturais. Em síntese, as condições técnicas e sociais de produção sob as quais se realizam as modalidades de trabalho marginal dificilmente permitiriam defini-las como plenamente capitalistas. As formas de exploração desses trabalhadores são distintas, mesmo se tratando dos chamados assalariados “marginais” que se colocam nos níveis mais baixos do núcleo hegemônico, que constituem parte de população supérflua, separada dos instrumentos de produção, utilizada apenas segundo as necessidades de expansão do capital. O que diferencia esses trabalhadores dos assalariados permanentes é o caráter irregular com que conseguem vender sua força de trabalho, ou seja, a condição não permanente de sua situação de trabalho. Assim, mesmo no setor nitidamente capitalista, podem ser encontradas formas marginais de exploração da força de trabalho, tendo em vista a impossibilidade desses trabalhadores de lograr uma participação no produto social similar aos trabalhadores estáveis¹².

Assim, tanto os trabalhadores marginais inseridos nas formas “tradicionais” ou “arcaicas”, como os que vendem a força de trabalho no setor hegemônico, mas de forma intermitente, desenvolvem atividades que, se de um lado lhes possibilitam garantir, a baixo custo, a reprodução de sua força de trabalho, por outro, criam excedentes ou mais valia que vão contribuir para o processo de acumulação. Além disso, a presença de formas marginais de trabalho vai permitir ao capital a fixação de padrões salariais compensadores à dinâmica desse processo.

Retornando ao ponto central do nosso trabalho, a questão das transformações da organização agrária e suas repercussões sobre a composição do pessoal ocupado na Médio Tocantins-Araguaia, o referencial teórico, ora exposto, mostra que essa abordagem que privilegia

¹¹ Kowarick, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*.

¹² Kowarick, Lúcio. *op. cit.*, p. 87.

o conceito de marginalidade para a identificação empírica de grupos de trabalhadores inseridos de maneira peculiar no sistema produtivo, é pertinente no caso específico da região em estudo. Embora enfatizando a questão da marginalidade de grupos sociais urbanos, os conceitos gerais podem ser utilizados no sentido de permitir uma compreensão do fenômeno no setor rural, sobretudo, porque se toma em conta que a lei geral que comanda o capitalismo é uma só, a lei da reprodução ampliada, ele se expande tanto na cidade quanto no campo. Daí a possibilidade de uma identificação teórica e empírica de grupos marginais tanto na agricultura quanto no setor urbano.

A partir dessas observações, e considerando as características gerais da região anteriormente mencionadas, propõe-se como objetivo do presente estudo analisar as modificações mais recentes ocorridas na organização agrária da Microrregião Médio Tocantins-Araguaia e as conseqüências advindas desse processo no que se refere especificamente à questão da utilização da força de trabalho. Procurar-se-á averiguar quais as diferenciações entre os grupos de trabalhadores cuja ocupação principal se dá no exercício de atividades de produção não capitalista e os assalariados temporários em relação aos trabalhadores assalariados permanentes; a preocupação será a de confrontar as possíveis diferenciações sócio-econômicas entre os mesmos, a partir das relações de trabalho das quais fazem parte.

A partir dos pressupostos teóricos e das características observadas na área estabelece-se, como hipótese central deste estudo, que as modificações ocorridas na organização agrária no período 1970-75, decorrentes da expansão do capital e que ocasionaram alterações nas relações de trabalho, com o aumento da mão-de-obra assalariada, sobretudo da temporária, e ao mesmo tempo reproduzindo outras formas de inserção da força de trabalho no sistema produtivo, tenderam a se acentuar em época mais recente. Supõe-se que, tanto no interior das formas de organização da produção não tipicamente capitalista, como nas relações concretas de trabalho assalariado de caráter temporário, podem ser identificadas frações da classe trabalhadora que podem ser definidas como marginais. Nesse sentido o conceito de grupos marginais é construído a partir da forma peculiar de sua inserção na divisão social do trabalho, ou seja, são aqueles "agentes da força de trabalho que vivem dentro da fronteira do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais"¹³; em outros termos, o processo de expansão econômico da Microrregião tem se dado paralelamente à formação de uma força de trabalho passível de ser utilizada a baixos custos e sem vínculos de estabilidade, desempenhando, portanto, papel importante na ampliação do capital. Tendo em vista a tendência geral do capital, isto é, a de expandir-se em todos os ramos e setores da economia, acredita-se que o processo de acumulação das áreas mais desenvolvidas do País tem tido influência direta nesse movimento de reorganização do sistema produtivo na Médio Tocantins-Araguaia, tanto em termos da organização agrária como das relações sociais de produção.

Para atingir os objetivos propostos e testar as hipóteses de trabalho nosso estudo retoma, principalmente, os dados do Censo Agropecuário de 1970 e 1975, assim como os resultados da pesquisa de campo, além de outras informações bibliográficas. Para a caracterização dos prin-

¹³ Fernandes, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: *Szmrecsanyi, e Queda, Vida Rural e Mudança Social*.

cipais aspectos da organização agrária na Microrregião e das transformações aí ocorridas no período 1970-75, foram escolhidas variáveis censitárias que relevassem as formas de organização da produção vigente na área, ou seja, aquelas referentes às características sociais da agricultura, as de utilização da terra e as de produção agropecuária. A outra fonte de informações foi a pesquisa direta, realizada em três etapas: a primeira, levada a efeito após uma análise preliminar dos dados censitários, consistiu na observação geral da área para o levantamento de problemas específicos a serem considerados nos pressupostos metodológicos que orientariam o estudo; em seguida à elaboração da metodologia, concretizou-se a segunda etapa de trabalho de campo, através do pré-teste do questionário; a última consistiu na pesquisa propriamente dita, realizada em maio/junho de 1979.

As entrevistas, feitas junto aos produtores e trabalhadores, basearam-se em dois questionários específicos para cada uma das duas categorias. O modelo de amostragem utilizado (em Anexo) para a determinação dos estabelecimentos a serem investigados forneceu um total de 199 unidades produtivas nos diferentes municípios da Microrregião. Em relação à mão-de-obra, foram selecionados, em cada estabelecimento componente da amostra, trabalhadores segundo a forma de relação de trabalho a que estavam integrados. Esta seleção não foi baseada na utilização de um modelo de amostragem, tendo em vista a falta de dados concretos sobre o contingente de mão-de-obra que trabalhava naqueles estabelecimentos; optou-se, então, pela escolha de diferentes categorias de trabalhadores que, na ocasião da pesquisa, estivessem ali prestando serviços. Esse processo permitiu a obtenção de um total de 140 trabalhadores, que foram investigados sobretudo a respeito de suas condições de participação nas atividades produtivas e das consequências advindas em termos de padrões reais de existência.

Os resultados finais da pesquisa deram origem ao presente texto, dividido em duas partes: a primeira refere-se às características da organização agrária, e a segunda concerne ao trabalhador rural. A análise da organização da produção foi precedida de uma breve referência ao processo histórico de ocupação da área, o que permitiu melhor situá-la no contexto atual; quanto às características da organização agrária foi considerado, num primeiro momento, o período 1970-75, e num segundo, o mais recente, ou seja, 1975-79, que foi subdividido em quatro itens compreendendo as questões referentes ao uso da terra, a algumas características do sistema de cultivo, à condição do produtor e suas possibilidades de acesso aos recursos e, finalmente, à força de trabalho utilizada nos estabelecimentos investigados. A segunda parte foi consagrada à descrição e análise do grupo específico de trabalhadores selecionados nos estabelecimentos. A partir de suas formas de inserção no processo produtivo, foram analisadas tanto sua condição anterior à ocupação atual, onde foi dada ênfase à questão da estabilidade, como também suas características na situação presente. Neste último item consideraram-se, além de características demográficas desses trabalhadores e seus grupos familiares, as condições de reprodução da força de trabalho e seus reflexos nos padrões de existência. Nas considerações finais, num confronto da teoria com as evidências empíricas, foi mostrado como o processo de desenvolvimento da Microrregião tem provocado mudanças substanciais na composição das forças produtivas, o que não tem, necessariamente, significado melhorias para grande parte do contingente da força de trabalho; em

outros termos, esse processo se dá concomitantemente à marginalização de certos grupos sociais agentes da força de trabalho.

2 — CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

2.1 — Processo histórico de ocupação da Microrregião

A área da Médio Tocantins-Araguaia permaneceu, até o início do século XVIII, à margem do processo do povoamento, já que as duas grandes correntes povoadoras, principais responsáveis pela ocupação das regiões centro-meridionais do Brasil, quais sejam, a da mineração e a da pecuária, não a haviam alcançada até então. Por esta época, contudo, ocorreram descobertas de aluviões auríferos em território goiano, inicialmente nas partes mais meridionais e, logo em seguida, mais ao norte, notadamente em áreas da Microrregião em estudo, tornando viável o início do seu povoamento. Portanto, o início da ocupação da Microrregião Médio Tocantins-Araguaia está correlacionada com o ciclo do ouro, e se realiza em função da penetração das bandeiras, fato que fez com que esta área se visse englobada, inicialmente, na Capitania de São Paulo.

Apesar dos atritos constantes com a população indígena local, conseguiram os povoadores se estabelecer definitivamente na Microrregião ainda no século XVIII e, tal como em outras áreas mineradoras brasileiras, se concentrando em pequenos núcleos, os arraiais, cujo desenvolvimento dependia, basicamente, da magnitude dos aluviões descobertos e, com isso, desenvolveu-se um tipo de povoamento na Microrregião que foi típico durante o ciclo do ouro, e que se caracterizava pela descontinuidade da ocupação do território.

A atividade missionária teve início durante este período e se constituiu num elemento importante para o processo de povoamento da Microrregião uma vez que, ao mesmo tempo em que promovia a pacificação de grande parte dos indígenas, os concentrava em aldeias, facilitando a ocupação do território e criando condições para a formação de novos núcleos urbanos. Um destes, a atual Cidade de Peixe, destacou-se entre os demais, beneficiado pela sua posição, às margens do Tocantins, que o tornava um ponto de passagem obrigatória para bandeirantes provenientes do sul, em busca de áreas de garimpo do norte goiano.

Todavia, convém salientar que, na época, foi a extração do ouro a única atividade que se desenvolveu na Microrregião, e que foi capaz de impregná-la de um certo dinamismo, pois se tratava de um produto que, pelo seu valor, eliminava o problema criado pelo fator distância, possibilitando a participação da área no intercâmbio que se constituía, então, no mais lucrativo entre a colônia e a metrópole portuguesa.

O incremento desta exploração ocasionou, ainda no século XVIII, a criação da Capitania de Goiás que, em virtude das ocorrências do metal em áreas muito distanciadas — nas partes meridionais e setentrionais — foi dividida, administrativamente, em duas comarcas, a do sul e a do norte, com o que se procurava acelerar o seu desenvolvimento.

Desse modo, ficou delineada uma situação que, com o tempo se tornou mais evidente e se prolongou até época recente, qual seja, a de uma dissociação entre o sul e o norte goiano. Esta dissociação decorreu não só do fato de cada comarca haver passado, a partir desta época, por processos de povoamento diversos, como também das diferentes orientações do intercâmbio que, por mais de um século, realizaram. Realmente, após o efêmero período da extração do ouro, somente a Comarca do Sul continuou a desenvolver o processo de povoamento, com a orientação do intercâmbio mais voltada para o Sudeste. Na Comarca do Norte, onde se insere a área em estudo, à medida que os veios auríferos se exauriam, já no início do século XIX, a corrente povoadora proveniente do sul tendia a perder expressão, ao mesmo tempo em que se debilitava o intercâmbio com aquela parte do País.

Verificou-se, então, que, da mesma forma como em outras áreas do Centro-Oeste brasileiro, foi a atividade pecuária que sucedeu à do extrativismo do ouro na Microrregião Médio Tocantins-Araguaia. Esta mudança de atividade, por sua vez, incorreu numa reformulação do processo de ocupação da área que passou a se realizar através de uma nova corrente povoadora, formada por criadores de gado, provenientes do sul do Maranhão. A partir de então, a área se desvincula, praticamente, do Sudeste brasileiro, pois, se por um lado, a ocupação do seu território passa a se realizar em função do extravasamento da expansão da pecuária nordestina no espaço centro-ocidental, por outro, o seu intercâmbio sofreu sensível mudança quanto ao direcionamento já que passou a se realizar, preponderantemente, com centros comerciais do Norte e Nordeste do País.

Esta nova corrente povoadora foi responsável pela implantação de um quadro sócio-econômico totalmente diverso do que havia sido gerado pela anterior. A partir daí, a população até então nucleada em pequenas localidades, passa a se disseminar através de grandes latifúndios nos quais se dedica, quase exclusivamente, à criação de gado. Esta mudança na base econômica da Microrregião fez com que ela assumisse características idênticas às das áreas pecuaristas nordestinas onde a criação de gado era praticada segundo o sistema extensivo dos mais primitivos, o livre pastoreio, e baseada numa forma de relação de trabalho pré-capitalista, o sistema da parceria denominada "sorte". A lavoura sempre esteve presente nestes estabelecimentos, porém, com uma posição bastante inexpressiva já que se destinava praticamente à subsistência ou ao abastecimento dos pequenos núcleos urbanos locais.

Durante esta fase o problema da mão-de-obra para se ocupar na pecuária se revelava de mais fácil solução do que na lavoura. Isto porque a adoção do sistema de "sorte" tornava a criação de gado uma atividade mais atrativa para os trabalhadores uma vez que, tendo direito a uma participação no rebanho em formação, tinham a possibilidade de, ao fim de certo tempo, iniciarem a criação por conta própria.

Embora esta fase econômica que se iniciou na Microrregião, com base na atividade pecuária, não ostente o mesmo dinamismo que a anterior, a sua influência é bem mais marcante, podendo-se observar que o quadro sócio-econômico que com ela se estabelece só vai começar a ter os seus traços alterados em profundidade, um século e meio depois.

Durante este interregno o intercâmbio mantido pela Microrregião com outras áreas foi sobremodo inexpressivo, o que resultava não só da sua grande distância em relação aos mercados, como também da própria fragilidade destes. O estabelecimento da navegação regular no

rio Tocantins, na primeira metade do século XIX, e no rio Araguaia, no final deste, possibilitou contacto direto com a praça comercial de Belém, mas não se constituiu em elemento dinamizador da economia da área.

O mesmo se pode dizer de algumas atividades novas, de caráter extrativista, que aí se desenvolveram no decorrer deste período — exploração da borracha, coleta do babaçu e extração do cristal de rocha — que, seja em virtude da inexpressividade do seu valor, da efemeridade da sua duração ou do caráter local da exploração, pouco afetaram a velha estrutura sócio-econômica de fundo pastoril.

Todavia, uma série de transformações que vinham se processando na economia nacional desde a década de 30, e que assumiram maiores proporções no decorrer da década de 40, vão começar, a partir desta última, a se constituir em estímulos que, gradualmente, irão possibilitar modificações na tradicional organização agrária da Microrregião. Com a intensificação do processo de industrialização do País durante a década de 40, verificou-se um generalizado crescimento urbano em âmbito nacional. Em conseqüência, ampliou-se, em escala digna de nota, o consumo de matérias primas e produtos alimentares, fatos estes que, numa primeira fase, representaram para a Microrregião em estudo apenas um aumento da solicitação daqueles últimos, notadamente a carne.

Até então, a organização agrária vigente na Médio Tocantins-Araguaia se encontrava em condições de atender ao aumento das solicitações externas e, embora a presença do Sudeste já se começasse a fazer sentir no intercâmbio da Microrregião de forma mais expressiva, ainda eram com o Norte e o Nordeste que as relações comerciais se mostravam mais importantes.

Contudo, devido a uma série de fatores relacionados com as condições naturais, históricas e econômicas das diferentes Regiões do País, foi a do Sudeste que, no decorrer do processo de industrialização, se revelou a mais dinâmica e viu aumentar, de forma substancial, a defasagem já existente do ponto de vista do seu desenvolvimento, em relação às demais Regiões. Tal defasagem tornou-se, na década de 50, um dos problemas mais discutidos no País e serviu de pretexto para um intervencionismo estatal que tinha como um dos escopos a redução dos referidos desníveis entre as Regiões do País. Desse modo, criaram-se várias superintendências de valorização regional sendo que, uma delas, vai se revelar de importância fundamental para a economia da Microrregião em estudo. Trata-se da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, e que englobou parte ponderável das áreas de cerrado, entre estas a da Microrregião Médio Tocantins-Araguaia.

Com esta nova orientação política-econômica, o que se pretendia no País era uma reestruturação da sua economia que, inicialmente, se processou, de forma mais evidente, em função dos interesses do Sudeste. As necessidades decorrentes do processo de acumulação e do crescimento urbano-industrial desta Região, ao lado da mencionada preocupação com o distanciamento sócio-econômico entre as Regiões brasileiras, fizeram com que o Centro-Oeste se afigurasse como uma área privilegiada para os investimentos. Grande disponibilidade de terras a baixo preço e que possibilitavam, devido à extensividade do sistema agrícola utilizado, aumentar a produção mesmo com uma inten-

sificação em pequena escala e pouco dispendiosa já se constituía em atrativo compensador para potenciais investidores.

Mesmo assim foram criados estímulos pelo Estado que, além da SPVEA, criou o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, com a finalidade de custear o plano, e se encarregou da parte referente à implantação da infra-estrutura indispensável ao êxito do mesmo.

Porém, os influxos dinamizadores provenientes do Sudeste só se faziam sentir de forma mais acentuada nas áreas meridionais do Centro-Oeste, permanecendo a Amazônia Legal como uma área remota, praticamente à margem da reestruturação do sistema produtivo. Assim, a partir da segunda metade da década de 50, o Estado passa a operar de uma forma ainda mais atuante, pondo em prática sua política de caráter desenvolvimentista que, no caso particular da Amazônia Legal, se afigurava como uma complementação de outra política, também oficial, já implícita nas metas da SPVEA, a da integração nacional.

Neste sentido providenciou-se inicialmente, a transferência da Capital para Brasília e a construção da Rodovia Belém-Brasília, medidas que, logo nos primeiros anos, começaram a acarretar profundas transformações na organização do espaço goiano. A partir de então, a Microrregião começa a passar por transformações, decorrentes do processo de acumulação, sobretudo no Sudeste, Região com a qual passa a se vincular cada vez mais. A penetração do mercado do Sudeste, estimulada pela construção da Rodovia Belém—Brasília, provocou um impacto que pode ser observado através da fragmentação da malha municipal. A Microrregião que possuía, até 1953, apenas seis municípios, vê surgir, no período 1958-1963, mais nove, através do desmembramento dos anteriores. Atualmente, ela é composta pelos Municípios de Presidente Kennedy, Guaraí, Miracema do Norte, Miranorte, Paraíso do Norte de Goiás, Pium, Cristalândia, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Dueré, Formoso do Araguaia, Gurupi, Monte do Carmo, Peixe e Alvorada.

Quanto às atividades agropecuárias, elas também começaram a sofrer modificações, decorrentes da influência crescente dos mercados do Sudeste na Microrregião e também do afluxo de investimentos que tendiam a se acentuar. Com relação à pecuária, realizada até esta época sob o sistema do livre pastoreio, evolui para o sistema de campos cercados, ao mesmo tempo em que se diversificam as formas de contrato de trabalho. Estas, embora ainda permanecessem de caráter predominantemente verbal, já denotavam a influência da expansão do capitalismo no campo, consubstanciada pela modificação no tradicional "sistema de sorte" e no esboço de uma evolução para o sistema assalariado. No "sistema de sorte" aumenta-se a participação do vaqueiro, de uma rês em cada cinco para uma em cada quatro, o que indica uma preocupação em aumentar o interesse do empregado, já que os rebanhos vêm sendo alvo de um constante aprimoramento através da substituição das antigas raças de qualidade inferior pelas raças zebuínas; no caso dos contratos de trabalho, estabelece-se que uma parte do pagamento será feita em dinheiro.

Com relação à lavoura, também ocorrem transformações, podendo-se observar, primeiramente, um aumento da importância da lavoura comercial em relação à de subsistência, o que se processou paralelamente a um aumento da área das culturas temporárias em relação à das permanentes. O antigo sistema de roça começa a ceder lugar a

outros menos extensivos, notando-se uma tendência para a mecanização e também à adoção de um sistema em que a lavoura apenas precede a cultura de pastagens. Este fato, que reflete a preocupação maior do proprietário em desenvolver a pecuária, explica o porquê da importância cada vez mais acentuada das culturas temporárias. Por outro lado, tais modificações implicam em alterações nas relações de trabalho, já que a nova organização da produção leva à adoção da forma de trabalho assalariado.

Como consequência das relações comerciais mais intensas com os mercados do Sudeste, ocorreu um aumento da produção agropecuária, o mesmo se podendo dizer com relação ao valor das terras. A Microrregião vem sendo palco, desde fins da década de 50, de um verdadeiro "rush" de fazendeiros, sobretudo paulistas e mineiros, grileiros e posseiros, o que tem acarretado sérios conflitos sociais. Durante os primeiros anos da década de 60 instalou-se um processo de expropriação que pode ser denominado de "grilagem política"¹⁴, através da qual quando determinados candidatos políticos saíam vitoriosos nas eleições, escoreçavam os antigos posseiros e os substituíam por outros, seus partidários.

A grande valorização das terras ocorreu mais acentuadamente nas áreas de mata, que passam a ser mais procuradas que as de cerrado e dá margem a um processo de especulação, no qual se envolvem não só fazendeiros como também empresas cujos interesses nada tinham a ver com as atividades rurais. Esta foi também uma das razões de inúmeros conflitos com antigos e recentes posseiros que, uma vez espoliados, viam-se na contingência de migrar para outras áreas em busca de terras disponíveis ou ingressar nas fileiras dos empregados assalariados ou de outras categorias de ocupação.

A chegada de fazendeiros do centro-sul do País concorreu, sem dúvida, para dinamizar as atividades agropecuárias na Microrregião, porém, deve-se salientar que, em que pese o fato de estar havendo uma certa intensificação dos sistemas de cultivo, é notório o caráter especulativo dos investimentos, constituindo as grandes propriedades uma "reserva de valor".

Assim, no decorrer da década de 60, a Microrregião Médio Tocantins-Araguaia apresentava as características de uma área em franco processo de transição, o qual se intensificou substancialmente a partir de 1966, ano de criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que absorveu a SPVEA, e do Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), que substituiu o Banco de Crédito da Amazônia (BCA). Tal intensificação se verificou uma vez que, com a criação destes órgãos oficiais, latifundiários e empresários agropecuários passaram a contar com estímulos e favores fiscais, os quais consubstanciavam uma política agrícola que se propunha outorgar ao capital monopolista, tanto nacional como estrangeiro, um papel fundamental no processo de desenvolvimento regional. Como consequência, ficou patente uma tendência para a acentuação da hegemonia do latifúndio e a repetição de processos violentos de ocupação da terra, característica de outros períodos da história da agricultura brasileira.

¹⁴ Valverde, Orlando & Dias, Catarina Virgolino. *A Rodovia Belém—Brasília*.

2.2 — Características da organização agrária no período 1970-1975

Como foi visto, a partir de meados da década de 60, foram adotadas políticas agrícolas que objetivavam estimular a produção agropecuária da Amazônia Legal, através da criação de sistemas de incentivos fiscais e creditícios que visavam atrair investidores nacionais e estrangeiros para a região. Ao capital privado se destinariam as atividades econômicas rentáveis — exploração da lavoura e da pecuária — enquanto o capital estatal se restringiriam à criação da infra-estrutura, pesquisa e planejamento, setores onde não só o investimento é elevado, como o seu retorno, muitas vezes incerto, só se dá a longo prazo. Essas diretrizes favoreceram a criação de "... condições para ampliar a escala social da reprodução do capital"¹⁵, que ocasionaram transformações no modo como estava organizada a produção de determinadas áreas¹⁶. Na Microrregião Médio Tocantins-Araguaia, que integra a chamada Amazônia Legal, estas medidas oficiais não deixaram de apresentar certas repercussões, por vezes importantes.

No período de 1970 a 1975 ocorreram alterações na estrutura fundiária com aumento expressivo da área total dos estabelecimentos — 35,8% — e um incremento pouco significativo do número dessas unidades produtivas — 3,6%. O incremento do tamanho médio dos estabelecimentos, que se deu tanto pela incorporação de novas áreas como em consequência da concentração fundiária, é um reflexo das políticas agrárias que dão ênfase à estratégia de dinamização do setor rural através de grandes projetos. Embora nesse período os grandes estabelecimentos, em termos de área ocupada, fossem predominantes em todos os Municípios do Médio Tocantins-Araguaia, as alterações quanto à concentração de terras, caracterizada pelo aumento dos estabelecimentos maiores são confirmadas ao se constatar que, enquanto em 1970, predominavam os estratos de área de 200 a menos de 500 hectares — 28,6% —, em 1975, eram os de 2.000 hectares e mais (Tabelas 1 e 2).

A categoria de estabelecimentos do Médio Tocantins-Araguaia que foi mais afetada pelas alterações das características da estrutura fundiária foi a dos que tinham menos de 100 hectares que, embora representassem, em 1970, apenas 3,8% da área total das unidades produtivas, acusaram, no decorrer do período, uma redução de sua área ocupada; em 1975, correspondiam a apenas 2,2% do total. Concomitantemente à redução em área, essa categoria de estabelecimentos também teve diminuída sua participação em relação ao número total de estabelecimentos que, de 28,5% em 1970, passaram a representar, em 1975 21% das unidades produtivas da Microrregião. Entretanto, nos Municípios de Presidente Kennedy, Guaraí e de Porto Nacional onde, no período considerado, era grande o número de ocupantes, a participação dos pequenos estabelecimentos era mais significativa, sendo superior a 30% do total de estabelecimentos. O Município de Paraíso do Norte de Goiás foi o único desta Microrregião que, mesmo tendo apresentado uma participação dos estabelecimentos de menos de 100 hectares, superior a 30%, caracterizava-se por uma presença quase exclusiva de proprietários (98,9 em 1970 e 94,3% em 1975).

¹⁵ Cardoso, Fernando Henrique & Müller, Geraldo. *Amazônia Expansão do Capitalismo*.

¹⁶ Com referência à evolução da política governamental em relação a Amazônia, ver: Cardoso, Fernando Henrique & Müller, Geraldo, op. cit., cap. VI.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA — 1970-1975

MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS							
	Números absolutos		Números relativos, por classes de área (%)					
			Menos de 100 ha		100 — 200 ha		200 — 500 ha	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
TOTAL	11 320	11 728	28,47	21,02	19,92	21,45	33,70	32,49
Alvorada.....	354	340	19,49	7,06	13,84	17,94	27,97	30,89
Brejinho de Nazaré.....	505	607	34,66	26,36	22,38	27,35	25,94	28,66
Cristalândia.....	681	827	9,69	9,19	19,53	17,90	39,79	35,54
Dueré.....	459	423	13,73	11,11	20,26	18,20	39,87	37,35
Formoso do Araguaia.....	870	955	5,75	2,83	8,74	7,23	51,84	36,54
Guaraí.....	721	693	34,96	32,90	28,71	24,53	24,41	28,14
Gurupi.....	1 238	1 023	40,06	27,17	22,62	22,87	25,20	31,77
Miracema do Norte.....	1 276	1 317	21,40	20,13	22,02	23,84	40,83	34,09
Miranorte.....	327	322	32,72	27,65	25,08	29,81	31,50	26,40
Monte do Carmo.....	347	457	17,29	20,13	19,60	18,16	36,02	31,51
Paraíso do Norte de Goiás..	267	212	39,33	33,96	31,46	31,13	26,97	31,13
Peixe.....	1 508	1 369	33,62	12,43	17,24	20,23	36,54	41,12
Pium.....	589	692	11,55	15,33	17,15	20,66	48,05	35,69
Porto Nacional.....	1 764	2 072	38,89	30,70	20,80	25,77	26,42	26,64
Presidente Kennedy.....	414	419	61,11	45,59	14,73	18,62	17,15	24,82

MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS					
	Números relativos, por classes de área (%)					
	500 — 1000 ha		1 000 — 2 000 ha		2 000 ha e mais	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
TOTAL	11,45	14,86	4,62	7,01	1,84	3,17
Alvorada.....	25,14	27,06	10,11	11,76	3,39	5,30
Brejinho de Nazaré.....	8,32	9,39	5,35	5,11	3,37	3,13
Cristalândia.....	19,97	19,23	7,78	11,49	3,23	6,65
Dueré.....	18,30	20,57	7,19	9,46	0,65	3,31
Formoso do Araguaia.....	22,87	32,04	8,28	14,66	3,33	6,70
Guaraí.....	8,32	10,10	2,91	3,46	0,69	0,87
Gurupi.....	7,84	12,12	3,31	5,18	0,97	0,89
Miracema do Norte.....	10,97	14,50	3,72	5,39	1,18	2,13
Miranorte.....	7,34	8,39	3,06	5,29	0,31	0,93
Monte do Carmo.....	13,26	14,22	8,93	10,50	4,90	5,47
Paraíso do Norte de Goiás..	1,87	1,42	—	1,89	0,37	0,47
Peixe.....	8,09	15,63	3,45	7,16	1,06	3,43
Pium.....	15,79	17,77	5,60	6,94	1,87	3,61
Porto Nacional.....	7,94	9,41	3,46	4,87	2,49	2,61
Presidente Kennedy.....	4,59	7,16	1,69	2,86	0,72	0,95

FORNTE — Censo Agropecuário — 1970 e 1975 — Goiás, IBGE.

TABELA 2

**DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS, POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO MÉDIO
TOCANTINS-ARAGUAIA — 1970-1975**

MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS							
	Números absolutos		Números relativos, por classes de área (%)					
			Menos de 100 ha		100 — 200 ha		200 — 500 ha	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
TOTAL.....	4 457 221	6 052 604	3,78	2,23	7,44	6,14	28,62	21,09
Alvorada.....	205 006	214 702	1,80	0,65	3,60	3,96	16,05	16,33
Brejinho de Nazaré.....	272 056	238 006	3,56	3,58	6,42	9,96	16,17	24,05
Cristalândia.....	390 141	694 816	1,12	0,69	5,41	3,26	22,83	14,30
Dueré.....	200 828	279 585	2,10	1,11	7,15	4,19	32,17	19,59
Fормoso do Araguaia.....	658 060	1 066 422	0,51	0,18	1,81	0,94	26,29	12,62
Guaraí.....	192 264	211 853	6,59	5,99	15,06	11,85	26,87	28,30
Gurupi.....	337 223	343 956	6,78	3,88	12,03	9,97	29,74	30,30
Miracema do Norte.....	456 970	544 449	3,42	3,28	9,14	8,71	37,42	27,43
Miranorte.....	83 589	100 126	9,05	5,36	14,21	13,73	39,07	26,59
Monte do Carmo.....	173 170	264 880	2,15	2,37	5,15	4,61	25,32	19,23
Paraíso do Norte de Goiás..	47 415	46 308	13,61	9,71	27,93	21,73	46,68	45,43
Peixe.....	499 550	763 332	6,22	1,53	7,72	5,44	36,77	25,16
Pium.....	305 109	395 236	1,62	1,44	5,17	5,53	32,41	21,15
Porto Nacional.....	567 533	791 647	5,40	3,88	9,13	9,83	25,89	22,26
Presidente Kennedy.....	68 259	97 305	11,12	7,41	11,84	11,44	30,49	32,10

MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS					
	Números relativos, por classes de área (%)					
	500 — 1 000 ha		1 000 — 2 000 ha		2 000 ha e mais	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
TOTAL.....	22,01	21,50	16,45	19,27	21,70	29,77
Alvorada.....	33,94	30,97	24,85	25,86	19,76	22,22
Brejinho de Nazaré.....	10,46	16,67	14,21	17,99	49,18	27,75
Cristalândia.....	25,93	17,58	19,27	19,51	25,43	44,66
Dueré.....	31,95	21,95	22,67	19,77	3,96	33,38
Fормoso do Araguaia.....	25,12	24,23	15,80	19,25	30,47	42,79
Guaraí.....	22,46	22,57	14,25	15,18	14,76	16,12
Gurupi.....	20,75	25,31	16,84	22,04	13,87	8,51
Miracema do Norte.....	23,44	25,99	14,74	18,76	11,83	15,84
Miranorte.....	19,64	18,63	15,52	23,90	2,51	11,77
Monte do Carmo.....	18,23	17,79	23,72	25,95	25,14	30,06
Paraíso do Norte de Goiás..	7,51	4,88	—	13,68	4,27	4,59
Peixe.....	18,56	20,66	14,44	17,85	16,29	29,36
Pium.....	23,68	22,74	15,87	16,95	21,26	32,20
Porto Nacional.....	17,83	17,79	14,46	17,97	27,30	28,27
Presidente Kennedy.....	21,00	20,57	15,69	17,98	9,86	10,23

FORTE — Censo Agropecuário — 1970 e 1975 — Goiás, IBGE.

A concentração fundiária ocorrida nesta Microrregião no período 1970-75, igualmente ocasionou alterações na participação dos estabelecimentos de 100 a menos de 200 hectares, que aumentaram em termos absolutos, tanto em área como em número. No entanto, como o ritmo de incremento em área destas unidades produtivas foi inferior ao ritmo médio de crescimento do total da Microrregião no período, em termos percentuais, só aumentaram em número, tendendo inclusive a uma redução em área. Apesar desta categoria de estabelecimentos ter efetivamente incorporado novas áreas, o aumento de sua participação no total da Microrregião deveu-se, sobremaneira, a uma subdivisão das unidades produtivas preexistentes que tiveram seu tamanho médio reduzido. Nos Municípios de Dueré, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi e Paraíso do Norte de Goiás, a subdivisão destas unidades produtivas foi significativa, e na maioria dos Municípios da Médio Tocantins-Araguaia, esses estabelecimentos aumentaram somente em número, e se mantiveram relativamente estáveis quanto à área.

Em termos absolutos, mantiveram-se também praticamente inalterados, no período 1970-75, os estabelecimentos de 200 a menos de 500 hectares e de 500 a menos de 1.000 hectares, embora percentualmente tenha se registrado um pequeno decréscimo em número e/ou em área. Verificou-se, assim, uma relativa estabilidade dessas categorias de estabelecimentos entre os anos de 1970 e 1975, período em que ocorreram significativas mudanças na estrutura fundiária da Médio Tocantins-Araguaia, com a expansão dos estabelecimentos muito grandes (de 1.000 ha e mais) e, em certa medida, por uma redução das pequenas unidades produtivas de menos de 100 hectares. A intensidade com que as unidades produtivas muito grandes se beneficiaram das políticas agrárias que lhes possibilitaram uma significativa expansão em área, ficou constatada ao se verificar que, enquanto as demais classes de estabelecimentos permaneciam estáveis ou diminuía em área, as de 1.000 hectares e mais que, em 1970, já englobavam 38,2% da área produtiva desta Microrregião, cinco anos depois ocupavam quase a metade deste total, ou seja, 49%.

Este aumento dos estabelecimentos grandes não decorreu somente de uma expansão em área mas também em número; se em 1970 eles equivaliam a 6,5% dos estabelecimentos agrícolas da Médio Tocantins-Araguaia, passaram a representar, em 1975, 10,2% destes. O incremento do tamanho médio desses estabelecimentos não decorreu de um processo de redução/absorção dessas unidades produtivas, mas de um aumento real dos mesmos, o que está relacionado à atividade agrária predominante na Médio Tocantins-Araguaia, a pecuária que, embora apresente algumas características de modernização em determinadas etapas do processo produtivo, é essencialmente extensiva, privilegiando o fator terra. A modernização parcial do processo produtivo nessas unidades de produção pode ser constatada a partir da análise de dados de alguns Municípios, como Porto Nacional e Cristalândia, por exemplo onde, ao lado de uma significativa variação dessa classe de estabelecimentos, verificou-se, igualmente, um incremento dos investimentos no setor agropecuário, expressos através da expansão da área de pastos plantados e um maior emprego de tratores e colheitadeiras (Tabela 3).

Entre os anos de 1970 e 1975, período em que houve maior integração da região a outros mercados consumidores regionais e extra-regionais, registrou-se certa expansão da atividade pecuária com o

TABELA 3

**DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS, POR UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO MÉDIO
TOCANTINS-ARAGUAIA — 1970-1975**

MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS									
	Números absolutos		Números relativos, por utilização das terras (%)							
			Lavouras				Pastagens			
			Permanentes		Temporárias		Naturais		Plantadas	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
TOTAL	4 457 221	6 052 604	0,19	0,11	1,22	1,64	62,33	56,48	5,81	8,31
Alvorada.....	205 006	214 702	0,14	0,09	0,93	2,47	72,42	41,75	8,76	14,31
Breijinho de Nazaré.....	272 056	238 006	0,02	0,14	0,57	2,21	67,56	63,31	3,61	7,78
Cristalândia.....	390 141	694 816	0,09	0,02	0,42	0,47	66,82	71,09	3,58	5,37
Dueré.....	200 828	279 565	0,11	0,08	0,74	0,79	77,29	58,08	6,97	8,23
Fermoso do Araguaia.....	658 080	1 066 422	0,65	0,01	1,65	1,00	74,65	58,10	2,33	2,30
Guaraí.....	192 264	211 853	0,21	0,14	1,71	2,22	48,84	43,96	6,94	14,06
Gurupi.....	337 223	343 956	0,20	0,14	2,03	2,48	52,92	39,51	18,80	19,39
Miracema do Norte.....	456 970	544 449	0,10	0,17	1,07	2,13	55,39	53,32	6,08	12,86
Miranorte.....	83 589	100 126	0,25	0,47	2,35	3,64	37,20	42,98	7,03	12,70
Monte do Carmo.....	173 170	264 880	0,03	0,05	0,39	0,90	48,04	57,75	2,75	7,00
Paraíso do Norte de Goiás..	47 415	46 308	0,45	0,18	4,04	2,49	48,55	50,95	21,21	36,64
Peixe.....	499 550	763 332	0,01	0,04	1,06	1,91	63,19	46,68	3,64	6,22
Pium.....	305 109	395 236	0,07	0,04	0,51	0,97	72,85	69,29	2,40	5,07
Porto Nacional.....	567 583	791 647	0,16	0,21	1,37	2,22	54,37	62,81	5,59	9,04
Presidente Kennedy.....	68 259	97 305	0,34	1,11	3,67	4,47	42,55	37,09	7,91	15,57

MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS							
	Números relativos, por utilização das terras (%)							
	Matas e florestas				Terras em descanso e produtivas não utilizadas		Terras improdutivas	
	Naturais		Plantadas					
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
TOTAL	15,57	17,07	0,05	0,07	10,54	10,51	4,29	5,81
Alvorada.....	9,81	11,86	—	—	5,86	24,70	1,99	4,82
Breijinho de Nazaré.....	19,26	9,08	—	—	0,05	10,79	8,90	6,69
Cristalândia.....	11,21	16,77	0,03	—	10,23	0,72	7,58	5,56
Dueré.....	11,11	13,56	0,04	—	3,32	15,53	0,40	3,73
Fermoso do Araguaia.....	11,76	10,65	0,00	—	3,37	18,21	5,57	9,73
Guaraí.....	18,27	35,10	0,00	—	22,34	2,64	1,65	1,89
Gurupi.....	13,17	12,13	0,13	—	10,84	23,80	1,88	2,56
Miracema do Norte.....	27,30	25,23	0,08	—	8,64	3,83	1,31	2,46
Miranorte.....	27,96	38,08	0,35	—	23,29	0,47	1,53	1,76
Monte do Carmo.....	21,69	22,48	0,11	—	13,02	4,67	13,93	7,14
Paraíso do Norte de Goiás..	22,40	7,08	0,04	—	0,68	0,14	2,59	2,51
Peixe.....	14,05	11,90	0,01	—	15,54	29,38	2,47	3,87
Pium.....	7,95	19,18	0,04	—	10,77	0,17	5,21	6,29
Porto Nacional.....	15,54	20,84	0,05	0,55	18,56	1,25	4,33	3,08
Presidente Kennedy.....	27,77	32,92	—	—	16,83	5,69	0,91	3,13

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 e 1975 — Goiás, IBGE.

aumento do rebanho bovino e da área total de pastos. A nível municipal, o incremento das pastagens, segundo diferentes grupos de Municípios, apresentou um comportamento diverso pois, enquanto em alguns — Cristalândia, Porto Nacional e Formoso do Araguaia —, a incorporação de áreas em pastos naturais foi bastante significativa, em outros — Alvorada, Gurupi e Brejinho de Nazaré — houve uma redução das áreas ocupadas pelas pastagens naturais. Apesar desta diminuição, os pastos não formados ocupavam uma área nitidamente superior àquelas de pastagens plantadas, mesmo tendo se verificado uma expansão destas últimas em todos os municípios que compõem a Microrregião (Tabela 3, Mapas 1 e 1.1). Embora a pecuária, tanto em 1970 como em 1975, fosse praticada em moldes extensivos e tivesse registrado certa expansão de sua produção, observou-se que, em termos percentuais, a área de pastos reduziu-se em relação à dos estabelecimentos. A área dos estabelecimentos não aproveitada para atividades agropecuárias aumentou devido à baixa proporção de utilização da terra na Microrregião que, a nível municipal, se reflete na grande porção da área total da maioria dos estabelecimentos ocupada por matas e florestas e/ou terras em descanso e produtivas não utilizadas.

As melhorias verificadas na atividade pecuária na Médio Tocantins-Araguaia concretizaram-se tanto na expansão das áreas dos pastos formados como em certa especialização do rebanho bovino local, cujo efetivo destinado ao corte aumentou, em detrimento do gado de finalidade mista e de produção de leite (Mapas 2 e 2.1). As fases de recria e engorda predominavam no processo criatório, visto que a maior proporção de bovinos se dava entre os de mais de dois anos e, o crescimento deste rebanho se deu de forma generalizada, mas distribuído irregularmente entre os diferentes estabelecimentos.

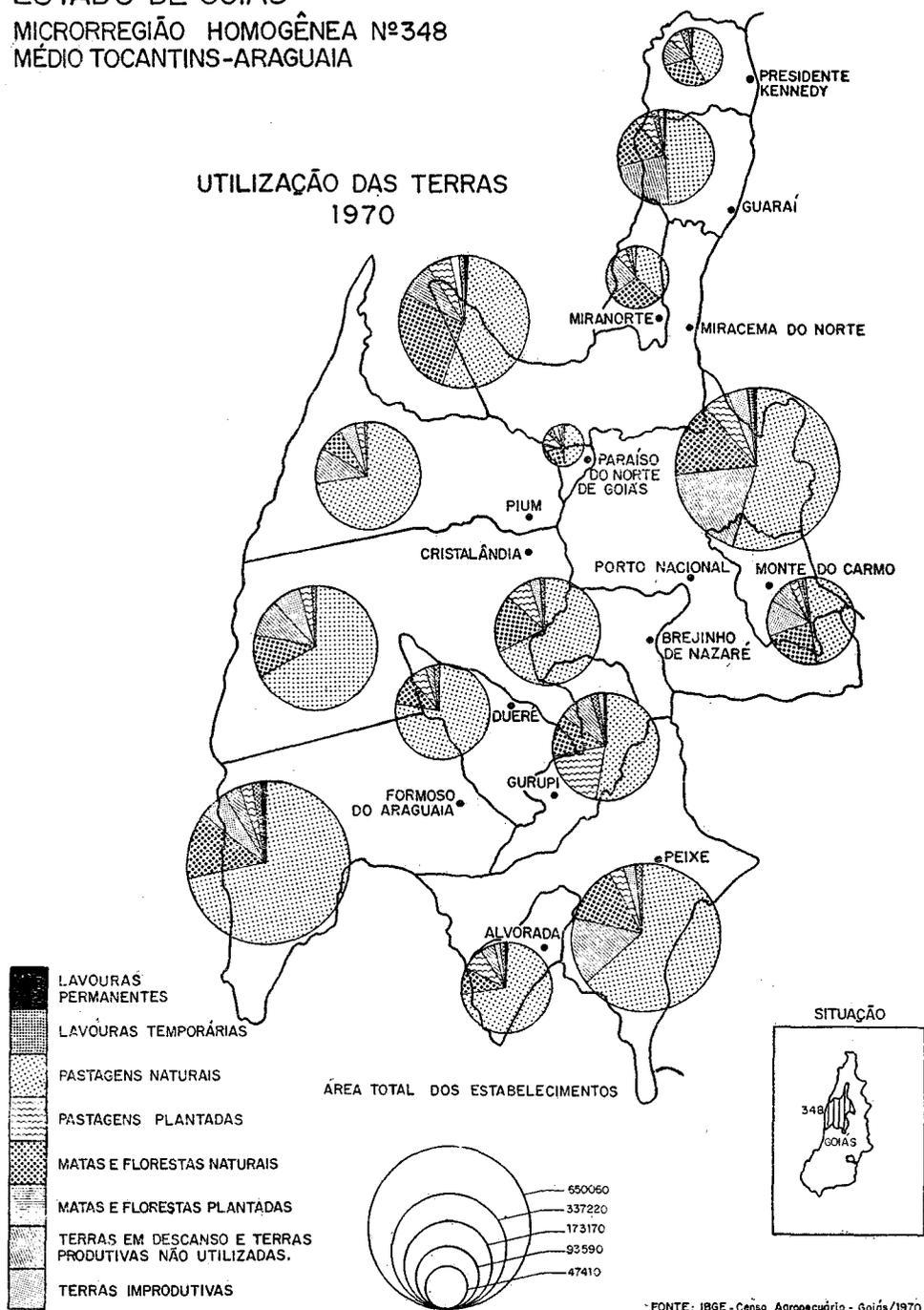
A expansão das áreas de pastagens e as melhorias verificadas no processo de criação repercutiram sobre a atividade de lavoura, que nesta Microrregião é subsidiária da pecuária, havendo inclusive certos cultivos que são realizados com o objetivo exclusivo de baixar os custos do processo produtivo dos estabelecimentos voltados para a pecuária.

A análise das variações da distribuição dos grupos de área de lavoura indicam que nos Municípios onde se verificavam as maiores extensões de lavouras — Peixe, Porto Nacional, Miranorte e Guaraí — ocorreu também um aumento das áreas em pastos plantados e/ou rebanho bovino. Esta associação da expansão da atividade pecuária com a expansão da atividade da lavoura decorre do fato de ser prática comum nesta região o plantio de produtos temporários antecedendo à formação de pastos. Nesta prática emprega-se preferencialmente o arroz, que teve uma valorização acentuada no mercado interno nos anos 1970 e 1975. Objetivando uma rentabilidade maior, os produtores, neste período, melhoraram o sistema de cultivo do mesmo pois, enquanto em 1970 era efetuado sobretudo em combinação com outro tipo de lavoura, milho, principalmente, em 1975, era mais comum a prática de cultivo simples.

A tendência à especialização da atividade da lavoura, assim como a melhoria dos sistemas de cultivo são reflexos do próprio processo produtivo que vem se alterando na Médio Tocantins-Araguaia onde parte dos produtores, visando a obtenção de maiores rendimentos, buscaram a intensificação da produção agropecuária através da crescente utilização de máquinas para a derrubada, o preparo do solo e a

ESTADO DE GOIÁS
 MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA Nº348
 MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

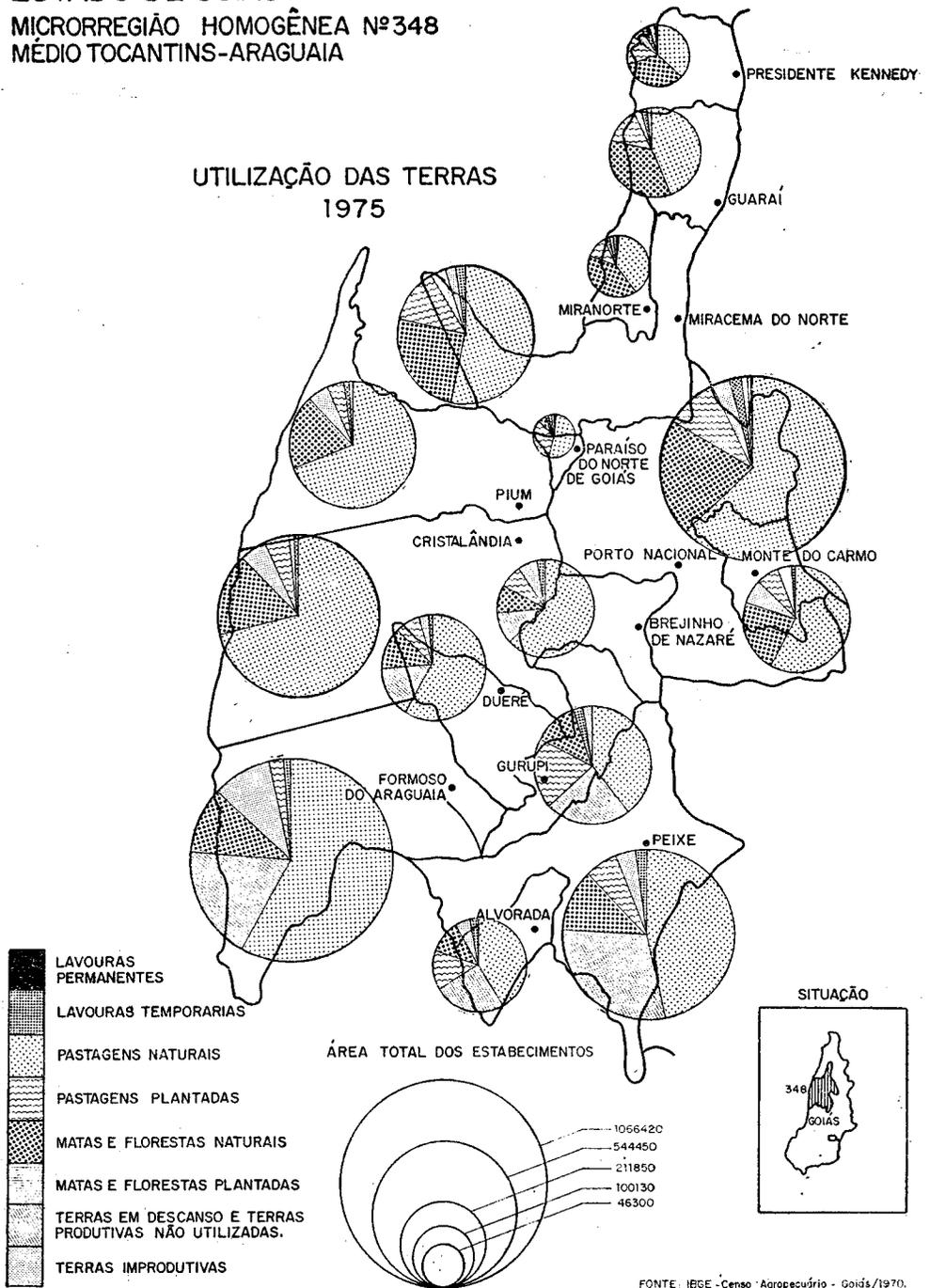
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS
 1970



MAPA 1

ESTADO DE GOIÁS
 MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA Nº348
 MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

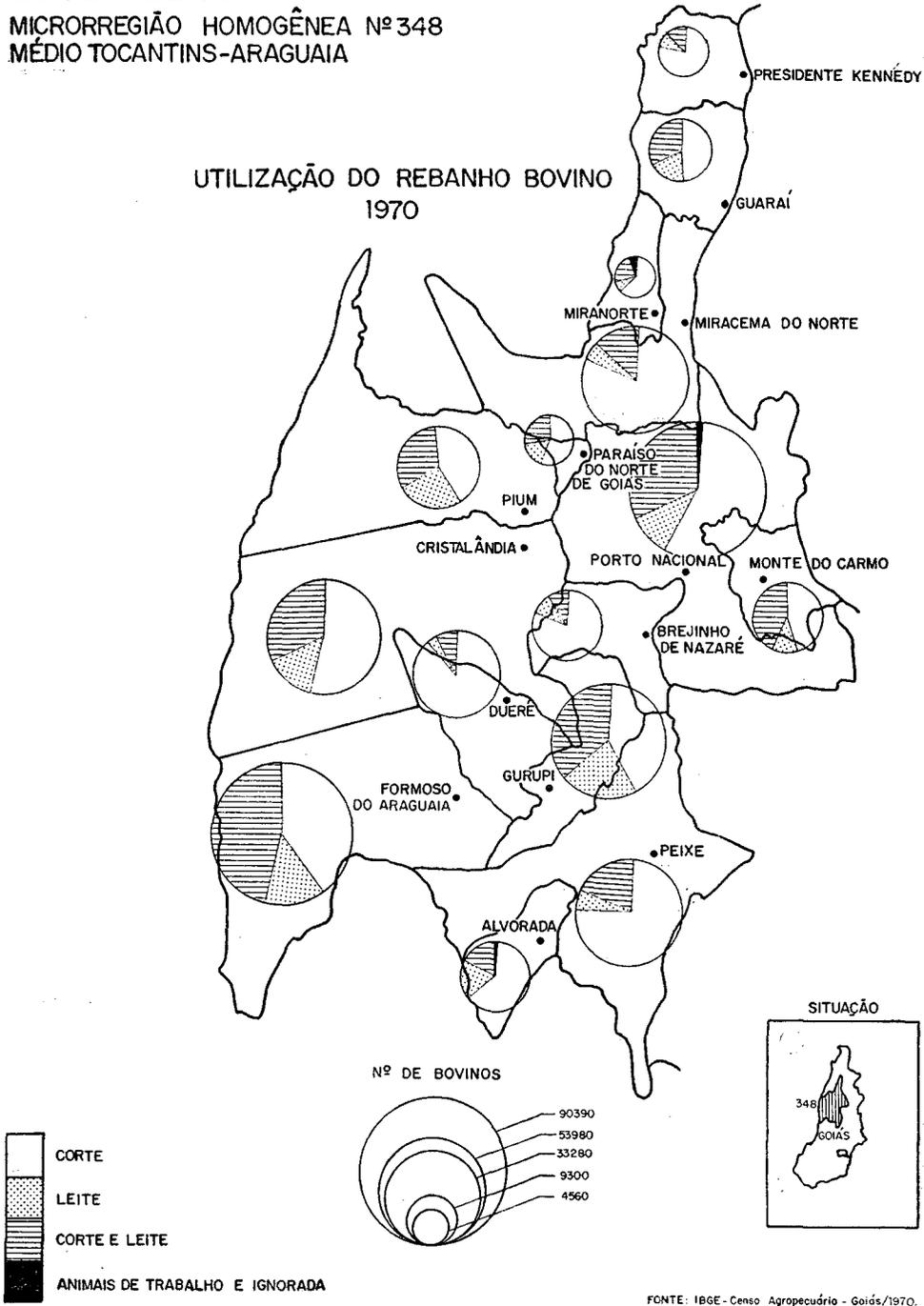
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS
 1975



MAPA 1.1

ESTADO DE GOIÁS
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA Nº 348
MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

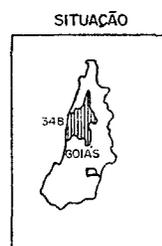
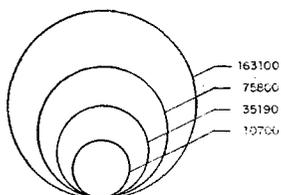
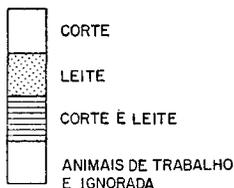
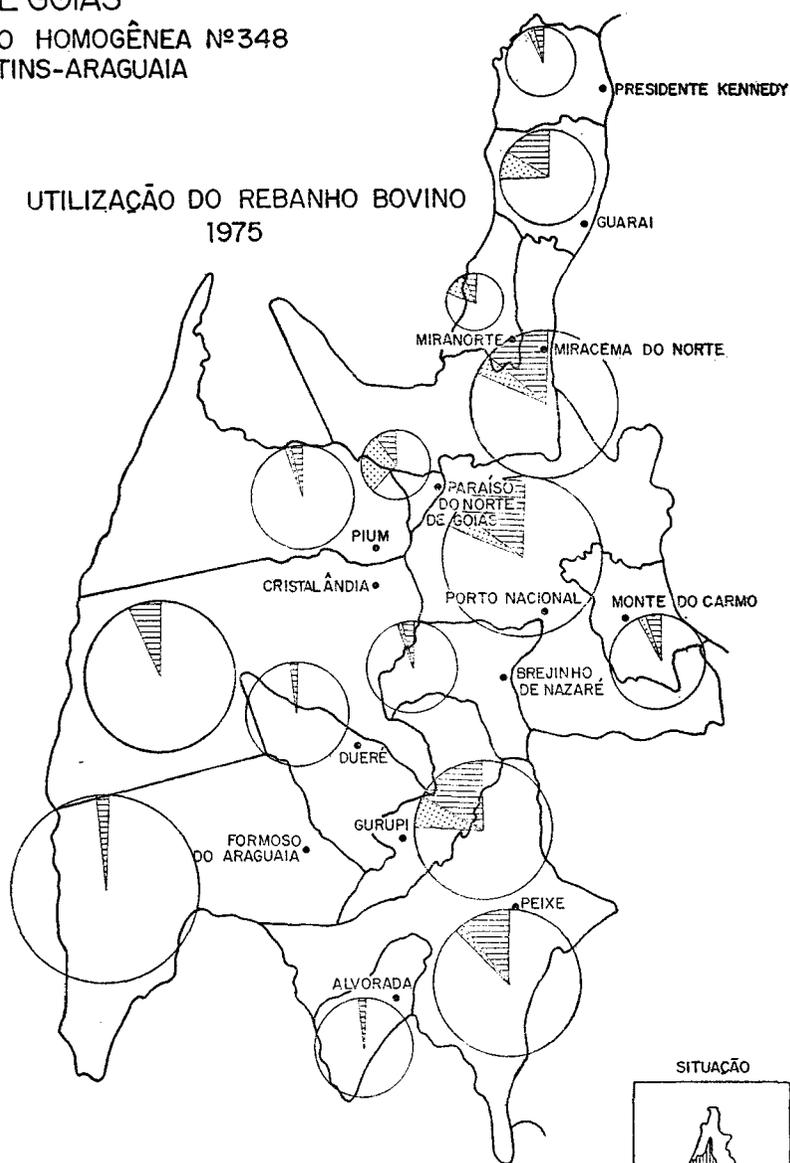
UTILIZAÇÃO DO REBANHO BOVINO
1970



MAPA 2

ESTADO DE GOIÁS
 MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA Nº348
 MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

UTILIZAÇÃO DO REBANHO BOVINO
 1975



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - Goiás/1975.

MAPA 2.1

colheita, e ainda do emprego mais difundido de adubos. No entanto, mesmo tendo ocorrido no período uma significativa variação relativa dos implementos agrícolas, seu nível de utilização é, no entanto, incipiente, na medida em que a relação número de máquinas/1.000 hectares de área cultivada na Microrregião revelou um índice baixo, da ordem de 0,5. A deficiência de maquinarias na Médio Tocantins-Araguaia foi igualmente constatada pelo aumento relativo das mesmas, restrito basicamente a tratores, uma vez que o número de colheitadeiras e de arados de tração mecânica revelou a pouca importância destes implementos agrícolas, seja a nível microrregional ou municipal. A pouca intensividade das atividades agrícolas na Médio Tocantins-Araguaia, nos anos 1970 e 1975, refletia-se também na baixa utilização verificada de fertilizantes e calagem, embora tenha-se registrado no decorrer deste período um significativo aumento relativo no emprego desses insumos. Enquanto em 1970 apenas 16 estabelecimentos em toda essa Microrregião faziam uso de adubos químicos, em 1975, 175 unidades produtivas já os utilizavam (Censo Agropecuário de 1970 e 1975).

O emprego pouco expressivo de insumos e implementos agrícolas modernos decorreu, em grande parte, do caráter parcial da modernização das atividades agrárias nesta Microrregião que se restringiu a um número limitado de estabelecimentos, sobretudo à classe de área de 200 a menos de 500 hectares, onde a atividade agropecuária apresentava características de uma exploração mais intensiva do que a verificada nos demais estratos fundiários. Portanto, mesmo tendo ocorrido uma dinamização do setor rural da Microrregião, predominava uma agricultura de caráter extensivo pois, de modo geral, os estabelecimentos maiores eram subutilizados, seja porque mantinham grande parte de sua área, potencialmente produtiva em reserva, seja em consequência de uma exploração pouco intensiva das áreas em atividade.

As mudanças na organização das atividades produtivas na Médio Tocantins-Araguaia não ocorreram somente em consequência de alterações na estrutura fundiária, no uso da terra e na utilização de determinadas técnicas modernas, mas também nas formas de posse da terra e na composição da mão-de-obra rural. Neste sentido, comparando-se os dados de 1970 e 1975, relativos à condição do produtor, constatou-se que a principal alteração verificada foi o aumento em número e em área dos estabelecimentos explorados diretamente por proprietários, e a acentuada redução em número daqueles explorados por ocupantes. No período 1970-75, o número de estabelecimentos explorados diretamente por proprietários apresentou uma variação percentual em torno de 18,3% e, em área, de 34,1%, enquanto os explorados por ocupantes apresentavam uma redução em número, da ordem de 14,3% (Tabela 4).

Em grande parte esta situação está relacionada à atuação de órgãos públicos federais Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e/ou estaduais Instituto de Desenvolvimento Agrícola de Goiás (IDAGO) na Médio Tocantins-Araguaia. Visando alocar "excedentes demográficos" de outras regiões e, principalmente atrair capitais para serem investidos na área da Amazônia Legal, o Governo Federal necessitava fazer o levantamento da situação jurídica das terras em questão, e conseguir não só a regularização daquelas ocupadas, mas também conhecer o montante real das terras devolutas existentes. Assim, à medida em que se procurava implantar grandes projetos agropecuários, tornava-se necessário transformar as terras devolutas ou ocupadas em terras tituladas. Devido a essas e outras medidas contidas no SPVEA

TABELA 4

VARIAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR CONDIÇÃO DOS PRODUTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA — 1970-1975

MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO RELATIVA, POR CONDIÇÃO DOS PRODUTOS (%)							
	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
TOTAL	18,30	34,13	-22,51	-36,61	-21,42	-56,17	-14,34	40,55
Alvorada.....	-46,61	-34,88	—	—	—	—	—	—
Brejinho de Nazaré.....	36,68	-14,89	-80,00	22,08	300,00	-84,68	10,38	-1,77
Cristalândia.....	108,24	124,44	(1)	(1)	-25,00	-97,28	-38,79	12,71
Dueré.....	10,69	65,12	(1)	(1)	(1)	(1)	-90,47	-93,24
Fормoso do Araguaia.....	-20,49	38,55	—	—	(1)	(1)	35,48	88,76
Guaraí.....	0,52	4,14	—	—	—	—	-8,87	25,07
Gurupi.....	16,16	14,52	-79,35	93,74	(1)	(1)	-63,56	-43,37
Miracema do Norte.....	8,68	12,89	200,00	3 070,00	(1)	(1)	-2,42	28,65
Miranorte.....	-18,33	-5,61	—	—	—	—	185,18	751,84
Monte do Carmo.....	-20,66	1,42	(1)	(1)	(1)	(1)	227,02	474,41
Paraíso do Norte de Goiás..	-24,24	-6,23	(1)	(1)	—	—	133,33	-18,39
Peixe.....	60,56	99,33	(1)	(1)	—	—	-46,92	-6,97
Pium.....	28,11	28,22	—	—	(1)	(1)	-11,68	-33,13
Porto Nacional.....	34,47	36,93	39,59	179,83	(1)	(1)	-0,39	47,65
Presidente Kennedy.....	203,19	142,29	(1)	(1)	(1)	(1)	-78,43	-152,91

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 e 1975 — Goiás, IBGE.

(1) Não existiam estabelecimentos cujos responsáveis fossem proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes em uma das áreas que compõem o período de referência.

que buscava atrair capitais para essa região, ocorreu um aumento do montante de investimentos na Médio Tocantins-Araguaia e, em estreita correlação, a agilização do mercado especulativo da terra em consequência, entre outros fatores, do crescente afluxo de empresários¹⁷. Atraídos por uma série de facilidades de investimentos e créditos, vários produtores afluíram à Microrregião, e houve, no período 1970-75, uma tendência à redução em número e área dos estabelecimentos explorados indiretamente. Tendo em vista a valorização da produção agropecuária, proprietários que antes subdividiam seus estabelecimentos para arrendatários e parceiros tenderam a explorá-los diretamente empregando, para tanto, métodos mais intensivos de produção. Daí verifica-se que os municípios que acusaram maior aumento do número de estabelecimentos explorados por proprietários foram os mesmos onde ocorreu um incremento mais significativo de tratores, arados de tração mecânica e colheitadeiras e, ao mesmo tempo, onde se registravam as maiores reduções, em número e em área, das unidades produtivas em regime de exploração indireta. Essas reduções não significam, no entanto, a

¹⁷ De acordo com os dados publicados pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para o Estado de Goiás, no período 1973/1975, o preço médio (Cr\$/ha) das terras de lavoura aumentou 130%, o de pastos naturais (campos) 140%, o de pastos plantados 126% e o de matas 123%.

eliminação das relações de produção não tipicamente capitalistas uma vez que muitos dos que não se tornam assalariados, permanecem em regime de exploração indireta.

A penetração das empresas agropecuárias deu-se então, tanto através da dominação gradativa do capital sobre os processos de trabalho não tipicamente capitalistas, como mediante a expropriação do produtor direto e a conseqüente penetração de relações capitalistas na agricultura. As diferentes alocações e realocações das categorias de mão-de-obra ocorridas na estrutura de composição do pessoal ocupado no setor rural desta Microrregião, relacionam-se à forma como as empresas agropecuárias procuram maximizar seus lucros o que, por sua vez, dependeu das características preexistentes no espaço rural e, sobremaneira, do nível de maturação do processo de concentração e centralização do capital.

O elemento mais significativo de um processo de produção é a tecnologia empregada, uma vez que ela determina a intensidade e a qualidade da força de trabalho necessária para a realização de diferentes tarefas. Embora sendo fator determinante do processo de produção, a tecnologia nem sempre é dominante na estrutura deste processo. Em áreas com baixo nível tecnológico a força de trabalho ocupa lugar dominante, uma vez que dela depende fundamentalmente a realização da produção. Na Médio Tocantins-Araguaia, enquanto a área total dos estabelecimentos aumentava em 36%, o acréscimo percentual do pessoal ocupado foi de apenas 1%. Isto significa que as oportunidades de emprego não apresentaram um ritmo de intensificação correspondente ao da expansão da área dos estabelecimentos pois, enquanto em 1970, eram utilizados em média 1,06 trabalhadores em cada 100 hectares de estabelecimentos, em 1975, essa relação era de 0,79. Também a nível municipal¹⁸ constatou-se essa crescente desproporcionalidade entre pessoal ocupado e área das unidades produtivas, apesar de vários municípios terem apresentado, entre os anos considerados, um aumento absoluto do total de seu efetivo de trabalhadores empregados (Tabela 5).

Essa diminuição relativa da demanda de mão-de-obra se deu sobremaneira nas áreas onde se expandiu a pecuária praticada em moldes extensivos. Constata-se essa afirmação ao se verificar que nos Municípios — Cristalândia, Miranorte, Monte do Carmo e Porto Nacional — onde ocorreram as maiores variações positivas em áreas de pastos naturais registraram-se igualmente significativas reduções percentuais de determinadas categorias de pessoal ocupado, sobretudo a de assalariados permanentes e a de responsáveis e membros não remunerados da família (Tabelas 3 e 5).

Por outro lado, a manutenção de terras como reserva de valor, também contribuiu para a redução relativa do total do pessoal ocupado nesta área no período 1970-75. Embora não se possa estabelecer, a nível de dados secundários, uma relação direta entre a área total das unidades produtivas e as terras aproveitáveis não utilizadas por classes de estabelecimentos, sabe-se que na Microrregião grande parte da área total dos estabelecimentos estava ocupada por matas e florestas e/ou terras em descanso e produtivas não utilizadas (Censo Agropecuário de 1970 e 1975). Como no decorrer do período em referência houve uma

¹⁸ Em Alvorada, Brejinho de Nazaré, Formoso do Araguaia, Miranorte, Monte do Carmo, Peixe e Porto Nacional.

TABELA 5

**PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS,
POR CATEGORIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA — 1970-1975**

MUNICÍPIOS	PESSOAL OCUPADO											
	Total		Categoria									
	1970	1975	Responsáveis e membros não remunerados da família		Empregados permanentes		Empregados temporários		Parceiros		Outras	
			1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
TOTAL	47 369	48 002	39 738	35 986	4 558	4 511	2 069	4 172	569	2 680	435	653
Alvorada.....	712	1 274	570	720	79	236	63	137	—	60	—	121
Brejinho de Nazaré.....	1 237	1 862	940	1 397	86	176	166	156	30	97	15	36
Cristalândia.....	3 479	3 164	2 567	2 254	478	192	116	186	19	452	299	80
Dueré.....	2 259	2 188	1 705	1 388	314	566	221	178	19	15	—	41
Formoso do Araguaia.....	1 657	4 224	1 399	2 822	189	963	69	386	—	3	—	50
Gurupi.....	4 910	3 331	4 227	2 437	391	401	289	424	3	8	—	61
Guaraí.....	2 231	2 325	2 261	2 057	36	158	44	108	—	2	—	—
Miranorte.....	1 328	1 621	1 125	1 201	18	124	182	130	—	37	3	129
Miracema do Norte.....	7 069	5 248	6 034	3 506	653	389	218	846	156	456	8	41
Monte do Carmo.....	1 476	2 209	999	1 586	414	40	63	36	—	537	—	—
Paraíso do Norte de Goiás..	1 442	535	1 093	432	42	59	258	7	49	37	—	—
Peixe.....	5 667	6 203	5 099	4 685	478	569	36	820	35	16	19	13
Pium.....	2 752	1 727	2 440	1 278	198	44	85	319	19	83	10	3
Porto Nacional.....	9 357	10 458	7 705	8 792	1 163	407	222	304	207	877	60	78
Presidente Kennedy.....	1 683	1 633	1 574	1 421	19	77	37	135	32	—	21	—
NÚMEROS RELATIVOS (%)												
TOTAL	100,00	100,00	83,89	74,97	9,62	9,40	4,37	8,69	1,20	5,58	0,92	1,36
Alvorada.....	100,00	100,00	80,05	56,51	11,10	18,52	8,85	10,75	—	4,72	—	9,50
Brejinho de Nazaré.....	100,00	100,00	75,99	75,03	6,95	9,45	13,42	8,38	2,43	5,21	1,21	1,93
Cristalândia.....	100,00	100,00	73,79	71,23	13,74	6,07	3,33	5,88	0,55	14,29	8,59	2,53
Dueré.....	100,00	100,00	75,48	63,43	13,89	25,87	9,79	8,14	0,84	0,69	—	1,87
Formoso do Araguaia.....	100,00	100,00	84,43	66,81	11,41	22,80	4,16	9,14	—	0,07	—	1,18
Gurupi.....	100,00	100,00	86,09	73,16	7,96	12,04	5,89	12,73	0,06	0,24	—	1,83
Guaraí.....	100,00	100,00	96,58	88,46	1,54	6,80	1,88	4,65	—	0,09	—	—
Miranorte.....	100,00	100,00	84,71	74,09	1,36	7,65	13,70	8,02	—	2,28	0,23	7,96
Miracema do Norte.....	100,00	100,00	85,36	66,81	9,24	7,60	3,08	16,12	2,21	8,69	0,11	0,78
Monte do Carmo.....	100,00	100,00	67,68	72,25	28,05	1,81	4,27	1,63	—	24,31	—	—
Paraíso do Norte de Goiás..	100,00	100,00	75,80	80,74	2,91	11,03	17,89	1,31	3,40	6,92	—	—
Peixe.....	100,00	100,00	89,98	75,52	8,43	10,79	0,64	13,22	0,62	0,26	0,33	0,21
Pium.....	100,00	100,00	88,66	74,00	7,19	2,55	3,09	18,47	0,70	4,81	0,36	0,17
Porto Nacional.....	100,00	100,00	82,35	84,06	12,43	3,89	2,37	2,91	2,21	8,39	0,64	0,75
Presidente Kennedy.....	100,00	100,00	93,52	87,01	1,13	4,72	2,20	8,27	1,90	—	1,25	—

Fonte — Censo Agropecuário — 1970 e 1975 — Goiás, IBGE.

redução percentual das áreas em produção em relação àquelas que, sendo economicamente aproveitáveis, não estavam produzindo, ocorreu em grande parte do espaço rural da Médio Tocantins-Araguaia diminuição relativa da demanda de mão-de-obra; os estabelecimentos embora tenham se expandido em área total, não aumentaram a área em produção.

Assim, tanto nos estabelecimentos de áreas não utilizadas como naqueles em que a terra, embora sendo aproveitada na produção é subutilizada, a necessidade de pessoal ocupado é reduzido. Houve, na realidade, expansão das áreas dos estabelecimentos, acompanhada de redução relativa do total da força de trabalho empregada, independentemente de ter havido ou não aumento absoluto do contingente de mão-de-obra.

A análise da questão da mão-de-obra segundo as diversas categorias de pessoal ocupado, a nível de município, revelou que no período 1970-75, houve alterações bastante significativas na composição deste contingente no setor agropecuário da Médio Tocantins-Araguaia. As alocações e/ou realocações dos trabalhadores nas diferentes categorias de pessoal ocupado variaram paralelamente às modificações havidas na estrutura fundiária e nas atividades econômicas desenvolvidas nos municípios. Assim, verificou-se que a categoria de responsáveis e membros não remunerados da família era numericamente a mais expressiva tanto em 1970 quanto em 1975, embora, neste período, tivesse apresentado decréscimos significativos em diferentes municípios. Como esta categoria de pessoal ocupado está sobremaneira ligada às pequenas unidades familiares de produção, ocorreu uma forte correlação entre as reduções deste segmento de mão-de-obra e o processo de concentração fundiária. Os Municípios como Gurupi e Miracema do Norte, nos quais o trabalho familiar apresentou os maiores decréscimos, acusaram também uma acentuada redução dos estabelecimentos pequenos e médios, paralelamente a um aumento das grandes unidades produtivas. Em consequência do aumento dos estabelecimentos capitalistas na Médio Tocantins-Araguaia que empregam maior número de assalariados, registrou-se igualmente uma redução dos responsáveis e membros não remunerados da família ao lado de um aumento total de trabalhadores em regime de assalariamento. Ressalte-se que esta correlação foi verificada sobremaneira em relação aos assalariados temporários, uma vez que o efetivo de empregados permanentes, neste período, permaneceu praticamente inalterado¹⁹.

A maior utilização do trabalho assalariado foi verificada em dois níveis diferentes. Num primeiro, onde são considerados tantos os empregados permanentes como os temporários, este aumento relacionou-se a uma expansão das áreas produtivas dos estabelecimentos, sobretudo dos grandes, e a um crescimento da produção agropecuária destinada à comercialização, que ocasionaram aumento das exigências do trabalho assalariado, em detrimento de antigas formas de utilização da força de trabalho. Por outro lado, com a tendência à intensificação do processo de produção, expressa por uma maior mecanização e pelo incremento de atividades que demandam pouca mão-de-obra, houve uma diminuição das exigências da força de trabalho, acarretando redução percen-

¹⁹ No período em análise, o contingente de assalariados temporários aumentou de 2.069 para 4.172 enquanto o de permanentes apresentou uma ligeira redução, de 4.558 para 4.511.

tual dos trabalhadores em atividade, alterando a relação entre assalariados permanentes e temporários, mas em favor destes últimos. Enquadram-se nestes casos os Municípios de Miracema do Norte, Peixe, Pium, Formoso do Araguaia e Gurupi.

A crescente demanda de empregados assalariados temporários na Médio Tocantins-Araguaia está associada, em parte, ao aumento da sazonalidade do trabalho. Os dados relativos ao pessoal ocupado, segundo os meses do ano, mostram a ocorrência de variações do nível de emprego dessa categoria de mão-de-obra, pois os períodos de plantio (outubro, novembro e principalmente dezembro) e de colheita (janeiro, abril e sobretudo março e fevereiro) são aqueles que demandam maior contingente de trabalhadores temporários. Nos demais meses há um decréscimo dos percentuais de empregados temporários, registrando-se somente em junho e julho, épocas de queimada e roçado de pastos, certo aumento da demanda desta categoria de trabalhadores. O menor índice de emprego desta categoria de pessoal ocupado foi verificado em maio, mês em que não se realiza nenhuma atividade que demande um contingente maior de mão-de-obra. Sendo esses trabalhadores utilizados mais comumente por empresas e/ou grandes estabelecimentos rurais cuja produção destina-se à comercialização, constatou-se que os Municípios onde o processo de expansão da agropecuária ocorreu mais intensamente, como Porto Nacional, Peixe, Miracema do Norte e Gurupi, empregavam expressivo número de assalariados temporários (Censo Agropecuário de 1975).

Alguns dos Municípios onde o aumento dos assalariados temporários foi expressivo, como Miracema do Norte e Porto Nacional, apresentaram, também, um significativo aumento do contingente de parceiros. Embora a parceria não seja uma relação de trabalho tipicamente capitalista, seu incremento está associado indiretamente ao desenvolvimento do processo de produção capitalista verificado nesta Microrregião. Formalmente subordinado ao capital, o regime de parceria apresenta variações significativas, pois o empregado parceiro, diferentemente do parceiro produtor, já não tem autonomia sobre a sua produção. O emprego desses trabalhadores se dá mais nas áreas de agricultura comercial e na medida em que possibilitam uma redução nos custos da produção, são contratados por um período determinado de tempo para a realização de tarefas específicas, que incluem não só o plantio de lavoura antecedendo a formação de pastos, mas também a própria formação destes últimos.

De modo geral a tendência à capitalização do espaço rural da Médio Tocantins-Araguaia, verificada no período 1970-75, provocou uma expansão de produtos agropecuários de maior valor comercial ao lado de alterações nas relações de produção até então dominantes. Os responsáveis e membros não remunerados da família, embora continuassem a ser, nos anos em referência, o contingente de mão-de-obra mais expressivo, tenderam, no decorrer do período, a uma redução, enquanto os empregados permanentes, os assalariados temporários e os empregados parceiros aumentaram a sua participação na composição do contingente de pessoal ocupado. Em conclusão, a análise dos dados secundários revelou que na Médio Tocantins-Araguaia se esboçava uma reorganização da produção agropecuária em função de um processo de expansão e/ou intensificação do capital. Nesta reorganização, que se

refletia tanto no nível da estrutura fundiária como das atividades econômicas, da condição do produtor e da composição do pessoal ocupado, foram privilegiados os fatores que mais se coadunavam com as características do capital na área. Assim, os grandes estabelecimentos, que já eram a categoria de maior importância, aumentaram em número e, sobretudo, em área.

Na medida em que uma série de incentivos fiscais e creditícios, bem como melhorias infra-estruturais tornaram, sob o ponto de vista do capital, economicamente viável investir nesta Microrregião, registrou-se um aumento do número de proprietários que exploravam diretamente seus estabelecimentos. Com o aumento de estabelecimentos onde o processo produtivo se encontra sob o domínio direto do capital, ocorreu redução daqueles nos quais a produção ainda se encontrava sobre o controle de produtores diretos, fossem esses arrendatários, parceiros ou ocupantes. Parte desses produtores, bem como de seus dependentes, inserem-se no sistema produtivo dominante como pessoal ocupado, submetidos direta ou formalmente ao capital, e não tendo mais condições de determinar o rendimento necessário para atender às suas necessidades vitais, sujeitam-se às leis do mercado. Resta averiguar se, em período mais recente, tais características tenderam a se acentuar, tendo em vista que, de modo geral, o setor agrícola do País vem passando por processo rápido de modificação, sobretudo em determinadas regiões, como a Amazônia e as áreas de cerrado, objeto de políticas governamentais de desenvolvimento. Para isso tomam-se, a seguir, os resultados da investigação direta realizada na Médio Tocantins-Araguaia, que permitirão o conhecimento mais detalhado do processo de organização da produção agropecuária da Microrregião.

2.3 — Organização agrária: o período 1975-1979

2.3.1 — Usos da terra

De modo geral, as tendências verificadas para o período 1970-75, quanto às modificações do espaço rural da Médio Tocantins-Araguaia se acentuaram no quadriênio seguinte. Entre 1975 e 1979 o setor rural dessa Microrregião continuou a se caracterizar pelo incremento das atividades agropastoris e pela expansão, em área, dos estabelecimentos, embora o ritmo de incorporação de novas áreas por unidades produtivas tenha sido, em média, inferior ao do período anterior. Esta redução relativa encontra-se, de modo geral, associada a dois fatores não excludentes mas que, ao contrário, estão em estreita correlação, na medida em que são elementos de um mesmo processo. Por outro lado, ocorreu nesta Microrregião uma diminuição da disponibilidade de terras, em consequência, conforme foi visto, das políticas oficiais adotadas a partir de meados da década de 60 que, através de uma série de mecanismos, visando a atrair investimentos, ocasionaram um afluxo de capitais extra-regionais. Por outro lado, como decorrência do aumento dessa demanda por terras, incentivada por facilidades creditícias e fiscais, desencadeou-se um processo especulativo, que ocasionou uma

elevação do preço da terra ²⁰. Em face deste aumento, a terra tornou-se menos atrativa aos investimentos que foram direcionados para outras áreas onde o processo de especulação ainda não se mostrava tão acentuado, ou para os próprios estabelecimentos, visando uma maior intensificação das atividades produtivas.

Tal situação é consubstanciada pela análise das variações relativas verificadas nos períodos 1970-75 e 1975-79, concernentes à área total dos estabelecimentos, das pastagens naturais e plantadas e das lavouras temporárias (Tabelas 3 e 6). O incremento mais significativo dos pastos plantados indica uma maior intensificação do processo produtivo que, igualmente, vai ser confirmada ao se verificar que de 1975 para 1979, ocorreu um aumento na lotação dos pastos (Tabela 7). O incremento relativo expressivo das áreas em pastagens formadas está também relacionada com o desenvolvimento da prática do arraçoamento nesta área, uma vez os animais, puros por origem (P.O.), mais exigentes que o gado mestiço, demandam maiores cuidados, sobretudo no que se refere à alimentação. No entanto, apesar da variação relativa das áreas em pastos formados ter sido ponderavelmente superior à dos pastos naturais, constatou-se que estes continuaram a se expandir no ano de 1975, ocupando 48,2% da área total dos estabelecimentos e, em 1979, ampliaram esta participação para 52,4%. Outro fator indicativo da maior dinamização da atividade agropecuária nesta Microrregião, no período 1975-79, pode ser verificado através da expansão das áreas de lavoura temporária que foi, contudo, inferior à das áreas em pastos formados.

TABELA 6

COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS BÁSICAS DA AMOSTRA — 1975-1979

VARIÁVEIS	CENSO AGROPECUÁRIO (1975)	PESQUISA DE CAMPO (1979)		VARIACÃO RELATIVA 1975/1979
		Estimativa	Erro de amostragem (d.)	
Área dos estabelecimentos (ha).....	6 052 604	6 302 836	0,031	4,13
Área de pastagens (ha).....	3 921 552	4 459 656	0,040	13,72
Área de pastagens artificiais (ha).....	503 036	1 161 099	0,104	130,81
Área de lavoura temporária (ha).....	99 025	146 859	0,044	48,30
Número de bovinos.....	921 339	1 255 190	0,064	36,23
Número de pessoal ocupado.....	48 002	46 905	0,129	-2,28

FONTES — Censo Agropecuário — 1975 — Goiás, IBGE/DEGEO/DIRUR; Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979.

²⁰ Segundo a publicação Agropecuária — Preços médios e índices de arrendamento, vendas de terras, salários e serviços, 1966/1979, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas, do primeiro semestre de 1976 até o segundo semestre de 1979, o preço de venda das terras de lavoura variou em 488,97%, o das pastagens naturais em 370,63%, o das pastagens plantadas em 316,07% e o das áreas em mata em 249,57%.

TABELA 7

INDICADORES RELATIVOS AS VARIÁVEIS BÁSICAS DA AMOSTRA — 1975-1979

VARIÁVEIS	CENSO AGROPECUÁRIO (1975)	PESQUISA DE CAMPO (1979)
Área de pastagens/área dos estabelecimentos.....	56,48	70,75
Área de pastagens artificiais/área dos estabelecimentos.....	8,31	18,42
Área de lavoura temporária/área dos estabelecimentos.....	1,64	2,33
Lotação de bovinos (número de bovinos/100 ha pastagens).....	23,49	28,14
Densidade de pessoal ocupado (número pessoal ocupado/100 ha estabelecimento).....	0,79	0,74

FONTES — Censo Agropecuário — 1975 — Goiás, IBGE/DEGEQ/DIRUR; Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979.

Constata-se também que a diminuição relativa da demanda de mão-de-obra verificada no período 1975-79 em comparação com o de 1970-75, pode ser igualmente atribuída ao uso um pouco mais intensivo de técnicas agrícolas que vem ocorrendo na área em estudo. Por ser a relação capital/força de trabalho uma relação de hegemonia/subordinação, que permeia os diferentes níveis de operacionalização do processo produtivo, “um desenvolvimento das técnicas capitalistas de produção, visa aumentar a valorização do capital e, portanto, nutre-se da exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo que contribui para tornar a participação relativa do trabalho vivo cada vez menor”²¹. As conseqüências sociais advindas da maneira como vem se reorganizando a produção na Médio Tocantins-Araguaia, em que outros fatores de produção que não a mão-de-obra são privilegiados, podem ser aquilataadas ao se constatar que, embora o emprego de técnicas agrícolas modernas na Microrregião como um todo, não seja ainda tão relevante, como se constará mais adiante, convém salientar que a demanda decrescente da força de trabalho que, até 1975, era apenas relativa, já em 1979, ocorria também em termos absolutos.

Em conclusão, embora os sistemas extensivos ainda persistam na área, delineia-se aí uma tendência à intensificação do processo produtivo. Cabe verificar, a seguir a abrangência dessa tendência e, em que medida as transformações até então operadas tiveram reflexos sobre a estrutura da composição do contingente de mão-de-obra local.

Apesar da restrição imposta pelo modelo de amostragem empregado, que não permite expandir a maioria das variáveis selecionadas para a investigação direta a nível de estabelecimentos, a análise que se segue, segundo essas unidades de observação, vai permitir um conhecimento mais detalhado das condições de realização da produção na área pesquisada. A comparação dos estabelecimentos, segundo estratos fundiários, será realizada tomando-se como pontos básicos de análise

²¹ Graziano da Silva, José Francisco & Hoffmann, Rodolfo. A reconstrução fundiária. In: *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*.

as variáveis referentes à área ocupada, à atividade produtiva e a algumas características dos sistemas de cultivo e de criação, assim como às condições de acesso dos produtores aos recursos econômicos. O conhecimento desses aspectos da organização da produção agrícola será útil aos objetivos da investigação, na medida em que irão permitir a compreensão das condições nas quais se concretizam as relações de trabalho no referido contexto.

Considerando-se, inicialmente, a questão das áreas ocupadas pelas diferentes categorias de estabelecimentos, verificou-se que a distribuição do espaço, na área pesquisada, favorece, de preferência, aos grandes produtores. Assim, tal como ocorria para o total da Médio Tocantins-Araguaia em 1975, os dados concernentes aos estabelecimentos investigados, em 1979, mostraram que aqueles de 2.000 hectares e mais, ocupavam a maior porção da área produtiva considerada. No entanto, enquanto o espaço abrangido por estas unidades de produção, no total da amostra, era de 95,9% com participação numérica de 59,8%, em 1975, na Microrregião, estes correspondiam a apenas 29,8% da área total e a 3,2% dos estabelecimentos aí existentes. Já os estabelecimentos classificados na categoria dimensional imediatamente inferior, cuja área variava de 500 a menos de 2.000 hectares, apresentaram um comportamento inverso; ocupando, em 1975, 40,8% da área total desta Microrregião, e representando 21,9% do total dos estabelecimentos, estas unidades de produção, em 1979, equivaliam, numericamente, a 18,6% do total e, em termos de área, a apenas 3,2% (Tabelas 1, 2 e 8). A significância da maior participação dos estabelecimentos de 2.000 hectares e mais, na estrutura fundiária da área, é melhor apreendida ao se comparar tais unidades de produção com aquelas de até menos de 500 hectares. Em 1975, na Microrregião como um todo, os estabelecimentos de área inferior a 500 hectares representavam 29,5% da área de 75% do número total. Já com relação à amostra, esta mesma categoria representava 21,6% das unidades produtivas consideradas, e ocupavam tão somente 0,8% da área.

TABELA 8

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS INVESTIGADOS NA AMOSTRA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluta (ha)	Relativo (%)
TOTAL	199	100,00	1 238 866,24	100,00
Menos de 200 ha.....	16	8,04	1 912,09	0,16
200 — 500 ha.....	27	13,57	8 576,68	0,69
500 — 2 000 ha.....	37	18,59	40 162,32	3,24
2 000 ha e mais.....	119	59,80	1 188 215,15	95,91

FONTE: — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979.

Apesar de que, em 1979, a pecuária continuasse como objetivo primordial da produção destinada à comercialização em todas as classes de estabelecimentos, 51,2% dos pequenos produtores²² entrevistados declararam que a lavoura se constituía em atividade principal, pois era basicamente dela que obtinham a subsistência do grupo familiar (Tabela 9). Deste contingente, mais de 50% praticavam alguma lavoura temporária visando exclusivamente o consumo, sendo o arroz o produto mais difundido, cultivado por mais de 90% dos agricultores. Não dispondo de capital suficiente para custear a produção, muito desses produtores desenvolvem a lavoura temporária com a qual procuram não só garantir a reprodução de sua força de trabalho como também comercializar parte de excedentes a compradores locais. Sendo esta atividade realizada antes da formação dos pastos, ela adquire um caráter subsidiário da pecuária, tanto que seu cultivo não é renovado na mesma área, e não excede ao período de um ano. Também nos estabelecimentos de 500 hectares e mais a lavoura temporária figura como uma atividade subsidiária da pecuária, mas nestas unidades produtivas, ao contrário do que ocorre nas menores, ela se destina antes à comercialização de que à subsistência da família do produtor. Embora a pecuária seja a atividade principal, e a lavoura temporária predomine sobre a permanente de modo absoluto na produção agrícola da Médio Tocantins-Araguaia, é preciso ressaltar que, especialmente após 1975, devido às condições favoráveis do mercado, significativo número de produtores alocados tanto nos estabelecimentos maiores, como nos menores, têm desenvolvido a lavoura da banana, cultivo permanente, que não está diretamente associado à atividade de criação. Este aumento da produção de banana ocorre, em grande parte, em detrimento das culturas de subsistência tradicionais — feijão, milho e mandioca — o que, no caso dos pequenos produtores, restringe o volume de alimentos destinados a esses grupos familiares (Tabela 10).

É interessante observar também que, tanto para a Microrregião em 1975, como para a área pesquisada em 1979, a participação da lavoura na área total dos estabelecimentos é inversamente proporcional ao tamanho das unidades produtivas embora, em termos absolutos, a área abrangida por esta atividade nos grandes empreendimentos agropecuários seja bem superior àquela por ela ocupada nos estabelecimentos de categoria dimensional inferior.

Além da significativa predominância de pastagens naturais e das vastas extensões de terras em descanso e em matas, a menor área relativa ocupada pela lavoura, nos grandes estabelecimentos, está associada à prática da implantação direta dos pastos, que alguns produtores já realizam, e eliminando, portanto, a etapa agrícola no processo de sua formação. Nos pequenos estabelecimentos, onde a área em lavoura é, em termos relativos, bem mais expressiva, tal superioridade correlaciona-se ao desenvolvimento mais extensivo das atividades produtivas. Nesses estabelecimentos os produtores, embora limitados pelos recursos de que dispõem, aproveitam uma maior proporção da área total possível de ser utilizada, embora muitas vezes com deficiências em parte dos solos; tais produtores não podem manter, sem

²² Incluem-se, nesta categoria, os produtores de estabelecimentos de 200 a menos de 500 hectares pois, embora não possam ser considerados como de pequena dimensão, eles não se diferenciam, na Médio Tocantins-Araguaia, quanto ao processo de produção verificado nos estabelecimentos menores de 200 hectares.

utilização, ponderáveis porções de terras produtivas, seja as deixando em matas ou em descanso.

Dependendo basicamente da atividade da lavoura para o sustento do grupo familiar, os pequenos produtores vêm-se na contingência de destinar-lhe uma parte da área produtiva cujo limite mínimo é aquele abaixo do qual não é possível se obter o suficiente para garantir a sua reprodução e a da família. A área mínima abrangida pela lavoura, em relação à área total, é proporcionalmente maior do que a que esta atividade ocupa nos grandes estabelecimentos, onde o produtor pode, inclusive, optar por não praticá-la. Tanto assim que, apesar da lavoura ter nos anos considerados, uma certa projeção comercial nesta Microrregião, ela ocupava pequena área do total dos estabelecimentos, pois aí se desenvolve principalmente a atividade pecuária. Mesmo nos me-

TABELA 9

ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DA PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA E ÁREA, POR UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS						
	Total	Atividade econômica principal					
		Pecuária	Lavoura	Outras	Pecuária	Lavoura	Outras
		Absoluto			Relativo (%)		
TOTAL	199	161	31	7	80,90	15,58	3,52
Menos de 200 ha.....	16	7	9	0	43,75	56,26	0
200 — 500 ha.....	27	12	13	2	44,44	48,15	7,41
500 — 2 000 ha.....	37	34	3	0	91,90	8,10	0
2 000 ha e mais.....	119	108	6	5	90,74	5,05	4,21

CLASSES DE ÁREA	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS						
	Total	Utilização das terras					
		Cultura permanente	Cultura temporária	Pastagens	Cerrado	Matas	Descanso

ABSOLUTA (ha)

TOTAL	2 470 212,86	1 634,28	16 805,25	173 414,48	1 779 575,85	494 915,84	3 867,16
Menos de 200 ha.....	1 912,10	15,25	94,67	370,26	1 189,92	239,58	2,42
200 — 500 ha.....	8 581,52	43,66	397,03	1 186,96	5 218,83	1 628,56	106,48
500 — 2 000 ha.....	57 755,71	113,06	1 011,31	6 057,26	26 322,34	24 246,90	4,84
2 000 ha e mais.....	2 401 963,53	1 462,31	15 302,24	165 800,00	1 746 844,76	468 800,80	3 753,42

RELATIVA (%)

TOTAL	100,00	0,07	0,68	7,02	72,03	20,04	0,16
Menos de 200 ha.....	100,00	0,80	4,96	19,37	62,21	12,53	0,13
200 — 500 ha.....	100,00	0,51	4,63	13,84	60,80	18,98	1,24
500 — 2 000 ha.....	100,00	0,20	1,75	10,49	45,57	41,98	0,01
2 000 ha e mais.....	100,00	0,06	0,64	6,90	72,72	19,52	0,16

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

TABELA 10

**ESTABELECIMENTOS, POR PRODUTOS DAS LAVOURAS E
PASTAGENS, COM INDICAÇÃO DO ANO DE INÍCIO DA
ATIVIDADE PRODUTIVA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1960-1976
(continua)**

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS, POR PRODUTOS E ANO DE INÍCIO DA ATIVIDADE PRODUTIVA							
	Arroz				Milho			
	Até 1960	1961 a 1970	1971 a 1975	1976 e mais	Até 1960	1961 a 1970	1971 a 1975	1976 e mais
NÚMEROS ABSOLUTOS								
TOTAL	30	41	36	27	24	31	31	13
Menos de 200 ha.....	3	2	7	3	3	1	7	1
200 — 500 ha.....	6	6	7	6	5	6	7	3
500 — 2 000 ha.....	6	14	5	7	5	13	3	4
2 000 ha e mais.....	15	19	17	11	11	11	14	5
NÚMEROS RELATIVOS (%)								
TOTAL	22,39	30,69	26,87	20,15	24,24	31,31	31,31	13,13
Menos de 200 ha.....	18,75	12,50	43,75	18,75	18,75	6,25	43,75	6,25
200 — 500 ha.....	22,22	22,22	29,53	22,22	18,52	22,22	29,53	11,11
500 — 2 000 ha.....	16,22	37,84	13,51	18,92	13,51	35,14	8,11	10,81
2 000 ha e mais.....	12,61	15,97	14,29	9,24	9,24	9,24	11,76	4,20

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS, POR PRODUTOS E ANO DE INÍCIO DA ATIVIDADE PRODUTIVA							
	Feijão				Mandioca			
	Até 1960	1961 a 1970	1971 a 1975	1976 e mais	Até 1960	1961 a 1970	1971 a 1975	1976 e mais
NÚMEROS ABSOLUTOS								
TOTAL	20	15	19	11	18	12	15	6
Menos de 200 ha.....	2	1	7	1	3	1	5	1
200 — 500 ha.....	5	3	6	2	5	3	6	3
500 — 2 000 ha.....	4	5	1	5	4	5	5	2
2 000 ha e mais.....	9	6	5	3	6	3	2	—
NÚMEROS RELATIVOS (%)								
TOTAL	30,77	23,08	29,23	16,92	35,29	23,54	29,41	11,76
Menos de 200 ha.....	12,50	6,25	43,75	6,25	18,75	6,25	31,25	6,25
200 — 500 ha.....	18,52	11,11	22,22	7,41	18,52	11,11	22,22	11,11
500 — 2 000 ha.....	10,81	13,51	2,70	10,81	13,51	13,51	5,41	5,41
2 000 ha e mais.....	7,56	5,04	4,20	2,52	5,04	2,52	1,68	—

**ESTABELECIMENTOS POR PRODUTOS DAS LAVOURAS E
PASTAGENS, COM INDICAÇÃO DO ANO DE INÍCIO DA ATIVIDADE
PRODUTIVA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1960-1976**

(conclusão)

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS, POR PRODUTOS E ANO DE INÍCIO DA ATIVIDADE PRODUTIVA							
	Banana				Pastagens			
	Até 1960	1961 a 1970	1971 a 1975	1976 e mais	Até 1960	1961 a 1970	1971 a 1975	1976 e mais
NÚMEROS ABSOLUTOS								
TOTAL	3	4	7	25	26	51	53	36
Menos de 200 ha.....	—	—	1	5	—	3	7	3
200 — 500 ha.....	2	1	3	5	4	8	9	4
500 — 2 000 ha.....	—	2	2	4	6	15	6	8
2 000 ha e mais.....	1	1	1	11	16	25	31	22
NÚMEROS RELATIVOS (%)								
TOTAL	7,69	10,26	17,95	64,10	15,66	30,72	31,93	21,69
Menos de 200 ha.....	—	—	6,25	31,25	—	18,75	43,75	18,75
200 — 500 ha.....	7,41	3,70	11,11	18,52	14,81	29,63	33,33	14,81
500 — 2 000 ha.....	—	5,41	5,41	10,81	16,22	40,54	16,22	24,32
2 000 ha e mais.....	0,84	0,84	0,84	9,24	13,45	21,01	26,05	18,49

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

nores, a participação da lavoura, na área total dos estabelecimentos, em 1979, era inferior a 6% (Tabela 11).

No que concerne aos pastos plantados, tal qual foi constatado em 1975 com relação à totalidade dos estabelecimentos da Médio Tocantins-Araguaia, verificou-se, em 1979, que mesmo ocupando uma área percentualmente maior que a da lavoura, a participação das pastagens formadas nos estabelecimentos era muito pequena (Tabela 3). Neste particular, como foi observado em relação às áreas agrícolas, também se estabeleceu uma correlação entre o tamanho dos estabelecimentos e a área em pastos plantados, ou seja, são inversamente proporcionais. Nos pequenos estabelecimentos a implantação de pastos em uma área relativamente maior está relacionada à área total dos mesmos pois, na realidade, a extensão de pastos plantados é pequena. Os estabelecimentos de área inferior a 200 hectares foram aqueles que, tanto em 1979 como em 1975, apresentaram a maior participação relativa de pastos plantados em relação à área total. Esta situação pode ser explicada pela premência econômica desses produtores, que procuram compensar as deficiências quanto aos meios de produção disponíveis, sobretudo a terra, pela sua utilização mais extensiva. A maioria dos produtores em questão, além de não ter possibilidade de incorporar novas

TABELA 11

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	Total	Forma de utilização das terras	
		Cerrado	Matas
NÚMEROS ABSOLUTOS (ha)			
TOTAL	1 238 866,24	911 145,97	230 273,50
Menos de 200 ha.....	1 912,09	1 189,91	239,58
200 — 500 ha.....	8 576,68	5 218,83	1 628,56
500 — 2 000 ha.....	40 162,32	26 317,50	7 067,32
2 000 ha e mais.....	1 188 215,15	878 419,73	221 338,04
NÚMEROS RELATIVOS (%)			
TOTAL	100,00	73,55	18,59
Menos de 200 ha.....	100,00	62,23	12,53
200 — 500 ha.....	100,00	60,85	18,99
500 — 2 000 ha.....	100,00	65,53	17,60
2 000 ha e mais.....	100,00	73,93	18,63

CLASSES DE ÁREA	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	Forma de utilização da terra			
	Lavoura permanente	Lavoura temporária	Pastagem plantada	Terra em descanso
NÚMEROS ABSOLUTOS (ha)				
TOTAL	817,14	7 993,65	86 707,24	1 928,74
Menos de 200 ha.....	15,25	94,67	370,26	2,42
200 — 500 ha.....	43,66	397,02	1 186,96	101,64
500 — 2 000 ha.....	113,06	602,34	6 057,26	4,84
2 000 ha e mais.....	645,17	6 899,61	79 092,76	1 819,84
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
TOTAL	0,07	0,64	7,00	0,15
Menos de 200 ha.....	0,80	4,95	19,37	0,13
200 — 500 ha.....	0,50	4,63	13,84	1,19
500 — 2 000 ha.....	0,28	1,50	15,08	0,01
2 000 ha e mais.....	0,05	0,58	6,66	0,15

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

áreas às suas unidades de produção, estão restritos ao solo de matas, devido às dificuldades de melhor aproveitamento dos cerrados, que ocupavam, em 1979, mais de 60% das áreas dos pequenos estabelecimentos, e se caracterizam por baixa fertilidade (Tabela 12).

TABELA 12

**ÁREA CULTIVADA, POR PRODUTOS DAS LAVOURAS E PASTAGENS,
COM INDICAÇÃO DOS TIPOS DE SOLOS E PRODUÇÃO COLHIDA,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — ANO AGRÍCOLA DE 1978-79**

(continua)

CLASSES DE ÁREA	ÁREA CULTIVADA, POR PRODUTOS E TIPO DE SOLO					
	Arroz			Milho		
	Total	Tipo de solo		Total	Tipo de solo	
		Cerrado	Mata		Cerrado	Mata
NÚMEROS ABSOLUTOS						
TOTAL	7 637,04	4 260,41	3 376,63	467,30	130,68	336,62
Menos de 200 ha.....	94,38	36,30	58,08	—	—	—
200 — 500 ha.....	386,86	229,90	156,96	3,39	—	3,39
500 — 2 000 ha.....	542,81	102,85	439,96	56,87	4,84	52,03
2 000 ha e mais.....	6 612,99	3 891,36	2 721,63	407,04	125,84	281,20
NÚMEROS RELATIVOS (%)						
TOTAL	100,00	55,79	44,21	100,00	27,96	72,04
Menos de 200 ha.....	100,00	38,46	61,54	—	—	—
200 — 500 ha.....	100,00	59,43	40,57	100,00	—	100,00
500 — 2 000 ha.....	100,00	18,95	81,05	100,00	8,51	91,49
2 000 ha e mais.....	100,00	58,84	41,16	100,00	30,92	69,08

CLASSES DE ÁREA	ÁREA CULTIVADA, POR PRODUTOS E TIPO DE SOLO					
	Feijão			Mandioca		
	Total	Tipo de solo		Total	Tipo de solo	
		Cerrado	Mata		Cerrado	Mata
NÚMEROS ABSOLUTOS						
TOTAL	75,60	—	75,60	8,13	—	8,13
Menos de 200 ha.....	—	—	—	0,29	—	0,29
200 — 500 ha.....	0,58	—	0,58	3,00	—	3,00
500 — 2 000 ha.....	2,42	—	2,42	—	—	—
2 000 ha e mais.....	72,60	—	72,60	4,84	—	4,84
NÚMEROS RELATIVOS (%)						
TOTAL	100,00	—	100,00	100,00	—	100,00
Menos de 200 ha.....	—	—	—	100,00	—	100,00
200 — 500 ha.....	100,00	—	100,00	100,00	—	100,00
500 — 2 000 ha.....	100,00	—	100,00	—	—	—
2 000 ha e mais.....	100,00	—	100,00	100,00	—	100,00

**ÁREA CULTIVADA, POR PRODUTOS DAS LAVOURAS E PASTAGENS,
COM INDICAÇÃO DOS TIPOS DE SOLOS E PRODUÇÃO COLHIDA,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — ANO AGRÍCOLA DE 1978-79**

(conclusão)

CLASSES DE ÁREA	ÁREA CULTIVADA, POR PRODUTOS E TIPO DE SOLO					
	Banana			Pastagens		
	Total	Tipo de solo		Total	Tipo de solo	
		Cerrado	Mata		Cerrado	Mata

NÚMEROS ABSOLUTOS

TOTAL	855,78	51,11	804,67	86 707,24	38 347,32	48 359,92
Menos de 200 ha.....	15,25	—	15,25	370,26	31,46	338,80
200 — 500 ha.....	43,95	2,42	41,53	1 186,96	370,26	816,70
500 — 2 000 ha.....	168,35	48,69	119,66	6 057,26	1 892,44	4 164,82
2 000 ha e mais.....	628,23	—	628,23	79 092,76	36 053,16	43 039,60

NÚMEROS RELATIVOS (%)

TOTAL	100,00	5,97	94,03	100,00	44,23	55,77
Menos de 200 ha.....	100,00	—	100,00	100,00	8,50	91,50
200 — 500 ha.....	100,00	5,51	94,49	100,00	31,19	68,81
500 — 2 000 ha.....	100,00	28,92	71,08	100,00	31,24	68,76
2 000 ha e mais.....	100,00	—	100,00	100,00	45,58	54,42

CLASSES DE ÁREA	PRODUÇÃO COLHIDA (t)				
	Arroz	Milho	Feijão	Mandioca	Banana
TOTAL	5 781,02	486,40	34,26	6,93	52,63
Menos de 200 ha.....	87,60	4,00	2,82	0,60	0,34
200 — 500 ha.....	427,92	20,40	2,28	1,56	0,54
500 — 2 000 ha.....	481,58	45,78	3,78	4,77	16,00
2 000 ha e mais.....	4 783,92	416,22	24,78	—	35,75

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Microrregião Médio Tocantins Araguaia — 1979 — IBGE/DEGE/DIRUR.

Já nos estabelecimentos de 200 a menos de 500 hectares constatou-se que, diferentemente da categoria anterior, os pastos plantados, além das matas, ocupam também área de cerrados que, apesar de pequena, em termos absolutos, representa 31% do total das pastagens formadas. Apesar disso, tais produtores, de modo geral, ostentam idênticas condições de produção verificadas nos estabelecimentos menores. Assim, é comum, aí, a associação lavoura/pastos limitada às áreas de matas; os pastos, quando formados no cerrado, não são precedidos de lavoura, mas implantados diretamente.

Em relação aos estabelecimentos de 500 hectares e mais, acentuam-se determinadas características delineadas, apenas, na classe de área imediatamente inferior. Enquanto nas unidades produtivas menores as práticas agrárias objetivavam antes a subsistência do que a comercialização, nas de maiores dimensões patenteia-se o caráter essencialmente comercial das atividades agropecuárias. Por outro lado, enquanto nas unidades produtivas maiores a pecuária adquire caráter nitidamente predominante no processo produtivo, não se constatou, na pesquisa realizada, esta tendência à especialização da produção nos pequenos estabelecimentos, já que os produtores entrevistados subdividiram-se entre aqueles que declararam ter a lavoura como atividade principal e os que se dedicavam, sobretudo, à pecuária. Também, nos estabelecimentos de 500 hectares e mais, a prática da formação de pastos não só está ligada à maior capacidade de lotação do rebanho, mas associa-se à preocupação dos grandes produtores com o arraçamento do gado.

Nos estabelecimentos de 500 a menos de 2.000 hectares, as áreas de pastos plantados, se comparadas em termos absolutos com as categorias dimensionais inferiores, são bastante significativas. Tal situação decorre não só das maiores dimensões daqueles estabelecimentos, mas também porque os produtores não limitam as pastagens aos solos de matas, estendendo-as também aos solos de cerrado. A implantação de pastos no cerrado deve-se, em grande parte, à insuficiência das áreas de mata e à disponibilidade de maiores recursos para expandir e intensificar a produção. Objetivando a comercialização, e dispondo de rebanho mais numeroso, as necessidades de produção destes estabelecimentos exigem utilização mais equitativa do espaço. Como o cerrado, nestes estabelecimentos, ocupa a maior parte de área total, e os solos de matas são insuficientes para alojar o rebanho em épocas de renovação da pastagem natural, esses produtores são impelidos à formação de pastos no cerrado.

Já nos estabelecimentos de extratos fundiários de 2.000 hectares e mais, a área relativa, ocupada por pastos plantados, revelou-se bem inferior à das demais categorias, não atingindo, sequer, 7% do total, embora, em termos absolutos, represente grande extensão, sendo que 45% dos pastos estão em área de cerrado (Tabela 12). Os fatores associados à implantação mais significativa de pastos no cerrado nesses estabelecimentos não diferem dos verificados naqueles de 500 a menos de 2.000 hectares. Neles constata-se, também, a preponderância, quase absoluta, da pecuária em relação à lavoura e, apesar de 55% dos produtores entrevistados ainda desenvolverem lavoura precedendo a formação de pastos, tal prática está declinando nesta classe de área e os produtores, em grande parte, preferindo, cada vez mais, a implantação direta das pastagens.

No entanto, em que pese a expansão em área dos pastos plantados, em todas as categorias de estabelecimentos consideradas, a atividade pecuária continuava, em 1979, a ser extensiva, já que eram as pastagens naturais que, ainda, abrangiam a porção mais ponderável do espaço produtivo em todos os estratos fundiários da área pesquisada.

Predominando, em 1979, na área estudada, uma sucessão de lavouras e pastos, plantados ao lado de áreas bem maiores de pastagens naturais, pode-se verificar que as diferentes características dos sistemas de cultivo e de criação estão, antes, em estreita correlação com as

condições materiais existentes nos estabelecimentos das diversas classes de área para a consecução dos objetivos finais da produção.

2.3.2 — Algumas características dos sistemas de cultivo e de criação

Como foi visto, na maioria dos estabelecimentos pesquisados, as práticas relativas ao uso da terra com lavoura e criação limitam-se, em grande parte, às áreas de mata, mas elas apresentam certas especificidades quanto à maneira como está organizado o processo produtivo nas diferentes categorias de estabelecimentos.

As unidades produtivas de menos de 500 hectares caracterizam-se por sistemas de cultivos pouco diferenciados entre si, em face da relativa homogeneidade dos meios de produção disponíveis. Dos produtos cultivados após a derrubada e a queima da vegetação primitiva o arroz, aí, adquire maior expressão espacial, ocupando mais de 85% da área total em lavouras. A maior extensão deste cultivo decorre de seu emprego como cultura pioneira para posterior plantio de forrageiras e pelo seu valor comercial pois, embora a finalidade da lavoura nesses estabelecimentos seja, basicamente, a subsistência, os produtores estão preferindo cultivar, cada vez mais, produtos destinados ao mercado. Em conseqüência, culturas alimentícias como milho, feijão e mandioca ocupavam, nos estabelecimentos de 200 a menos de 500 hectares, menos de 1% da área total de lavouras, enquanto a banana produto destinado à comercialização utilizava cerca de 10%. Nas unidades produtivas de menos de 200 hectares, este último cultivo ocupava mais de 13% da área em lavouras e a mandioca, apenas, 0,3%. Como nesses estabelecimentos a lavoura do milho e feijão é realizada em consorciação com o arroz, não foi possível avaliar a área efetiva ocupada por esses produtos. A única prática realizada nestes estabelecimentos, com mais regularidade, foi a referente à sucessão lavoura e pastos plantados.

Com relação às áreas em pastos plantados verificou-se: diferenciação entre os estabelecimentos de menos de 200 hectares e os de 200 a menos de 500 hectares; enquanto nos primeiros, 92% dos pastos plantados estavam quase, exclusivamente, restritos às terras de mata, nos últimos, 31%, destes pastos, eram implantados no cerrado (Tabela 12). Já no que diz respeito à formação dos pastos, constatou-se não haver diferenças significativas quanto às práticas adotadas, pois esta etapa do processo produtivo era realizada, de modo geral, sem o emprego de máquinas. Quanto à renovação das pastagens, sua prática consiste na queimada, empregada tanto nos pastos naturais quanto nos plantados, e no roçado manual, cuja utilização está mais restrita à renovação das pastagens formadas (Tabela 13).

Outro aspecto, comum aos estabelecimentos de menos de 500 hectares, diz respeito à divisão das pastagens, prática realizada pela maior parte dos produtores, objetivando a preservação e o melhor aproveitamento dessas áreas. Assim, os pastos plantados são cercados e divididos sendo, porém, pequeno o número de piquetes. Esta divisão é realizada visando à rotação de pastos, que é executada de maneira rudimentar; no período da seca estas pastagens são bastante afetadas pela estiagem, sendo então necessário o deslocamento dos animais, inclusive dos que requerem maiores cuidados, para o cerrado que,

TABELA 13

**ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DOS PROCESSOS
UTILIZADOS NA FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO DE PASTAGENS,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979**

(continua)

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS			
	Total	Com processos utilizados na formação de pastagens		
		Mecânica	Manual	Semiformação
NÚMEROS ABSOLUTOS				
TOTAL	199	68	114	17
Menos de 200 ha.....	16	—	13	3
200 — 500 ha.....	27	1	24	2
500 — 2 000 ha.....	37	9	26	2
2 000 ha e mais.....	119	58	51	10
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
TOTAL	100,00	34,17	57,29	8,54
Menos de 200 ha.....	100,00	—	81,25	18,75
200 — 500 ha.....	100,00	3,70	88,89	7,41
500 — 2 000 ha.....	100,00	24,32	70,27	5,41
2 000 ha e mais.....	100,00	48,75	42,85	8,40

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS			
	Com processos utilizados na renovação de pastagens			
	Queima		Rocção manual	
	Natural	Plantado	Natural	Plantado
NÚMEROS ABSOLUTOS				
TOTAL	120	100	34	116
Menos de 200 ha.....	11	11	3	11
200 — 500 ha.....	23	22	3	23
500 — 2 000 ha.....	24	26	4	27
2 000 ha e mais.....	62	41	24	55
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
TOTAL	60,30	50,25	17,08	58,29
Menos de 200 ha.....	68,75	68,75	18,75	68,75
200 — 500 ha.....	85,18	81,48	11,11	85,18
500 — 2 000 ha.....	64,86	70,27	10,81	72,97
2 000 ha e mais.....	52,10	34,45	20,16	46,21

**ESTABELECEMENTOS COM INDICAÇÃO DOS PROCESSOS
UTILIZADOS NA FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO DE PASTAGENS,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979**

(conclusão)

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECEMENTOS			
	Com processos utilizados na renovação de pastagens			
	Rocado mecânico		Limpeza química	
	Natural	Plantado	Natural	Plantado
NÚMEROS ABSOLUTOS				
TOTAL	4	48	1	17
Menos de 200 ha.....	—	—	—	1
200 — 500 ha.....	1	1	—	—
500 — 2 000 ha.....	—	4	—	3
2 000 ha e mais.....	3	43	1	13
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
TOTAL	2,01	24,12	0,50	8,54
Menos de 200 ha.....	—	—	—	6,25
200 — 500 ha.....	3,70	3,70	—	8,10
500 — 2 000 ha.....	—	10,81	—	10,92
2 000 ha e mais.....	2,52	36,13	0,84	8,54

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

após a queimada, já se apresenta rebrotado. O próprio tratamento dispensado ao gado bovino é mínimo, pois, apenas, o fornecimento do sal comum constitui prática generalizada entre os criadores entrevistados. Menos de 50% dos produtores empregam o sal mineral e a vacinação, quando praticada, só é feita contra carbúnculo sintomático e a aftosa (Tabela 14).

Não se verificou, também, nessas unidades produtivas, que detêm, apenas, 2,5% do total do rebanho bovino da área pesquisada, um processo de arraçamento do gado, uma vez predominavam nos estabelecimentos o mestiço de raças zebuínas com o gado curraleiro, tradicional na Médio Tocantins-Araguaia. As deficiências das condições de produção aí existente que são responsáveis, em grande parte, pelo não arraçamento do rebanho igualmente se refletem na limitação das fases do processo criatório predominante nesta categoria dimensional. É a insuficiência de recursos que impossibilita a retenção dos animais por um período mais prolongado e não uma possível tendência à especialização da pecuária, fazendo com que os estabelecimentos de menos de 200 hectares estejam limitados à cria e à recria. Nas unidades produtivas de 200 a menos de 500 hectares que comparativamente contam com melhores possibilidades, além daquelas duas fases é um pouco mais generalizado o número de produtores que, também, praticam a engorda (Tabelas 15, 16 e 17).

TABELA 14

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, POR SISTEMAS DE CRIAÇÃO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS								
	Total absoluto	Distribuição relativa por sistema de criação (%)						Estabulação	
		Pastagens				Cercados	Rodízio		Total
		Divisões		Até 5	5 a 10				
TOTAL	199	89,95	78,86	76,88	36,68	19,60	18,59	3,02	
Menos de 200 ha.....	16	81,25	68,75	62,50	56,25	6,25	—	—	
200 — 500 ha.....	27	96,30	74,07	81,48	77,78	3,70	—	—	
500 — 2 000 ha.....	37	97,30	83,78	86,49	43,24	37,84	5,41	2,70	
2 000 ha e mais.....	119	87,39	69,75	74,79	22,69	19,33	29,41	4,20	

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS							
	Distribuição relativa por sistema de criação (%)							Outras
	Ração	Sal comum	Sal mineral	Vacinação	Espécies de vacinas			
					Brucelose	Aftosa	Carbúnculo	
TOTAL	19,60	82,41	66,83	78,39	39,20	76,88	73,37	9,05
Menos de 200 ha.....	6,25	75,00	37,50	37,50	6,25	37,50	25,00	—
200 — 500 ha.....	—	77,78	40,74	48,15	11,11	44,44	44,44	3,70
500 — 2 000 ha.....	24,32	86,49	72,97	78,38	29,73	75,68	75,68	13,51
2 000 ha e mais.....	24,37	83,19	74,79	91,60	52,94	89,92	85,71	10,08

Fonte — Pesquisa de campo — MRH Médio Tocantins Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Conclui-se, portanto, que: em relação aos sistemas de criação, as unidades produtivas de 200 a menos de 500 hectares diferenciam-se, ligeiramente, das menores de 200 hectares, devido à presença, nas primeiras, de alguns indicadores de intensificação, quer quanto às pastagens, quer quanto ao tratamento dispensado ao rebanho, onde se verifica alguma melhoria técnica.

Em relação aos estabelecimentos incluídos nos estratos de área superiores, verificou-se que tanto aqueles de 500 a menos de 2.000 hectares quanto os maiores a tendência à intensidade da mecanização se acentuava; nos últimos, foi registrado número significativo

TABELA 15

**REBANHO BOVINO E DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS
COM INDICAÇÃO DAS PRINCIPAIS RAÇAS EXSTENTES,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979**

CLASSES DE ÁREA	REBANHO BOVINO	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS			
		Total	Principais raças		
			Gir	Nelore	Indu-Brasil

NÚMEROS ABSOLUTOS

TOTAL	120 237	199	68	114	10
Menos de 200 ha.....	688	16	4	4	—
200 — 500 ha.....	2 278	27	12	10	—
500 — 2 000 ha.....	11 231	37	19	18	2
2 000 ha e mais.....	105 040	119	33	82	8

NÚMEROS RELATIVOS (%)

TOTAL	100,00	100,00	34,17	57,29	5,03
Menos de 200 ha.....	0,58	100,00	25,00	25,00	—
200 — 500 ha.....	1,89	100,00	44,44	37,04	—
500 — 2 000 ha.....	9,34	100,00	51,35	48,65	5,41
2 000 ha e mais.....	88,19	100,00	27,73	68,81	6,72

CLASSES DE ÁREA	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS				
	Principais raças				
	Holandês	Mestiço	P.O. Gir	P.O. Nelore	Gir Holanda

NÚMEROS ABSOLUTOS

TOTAL	4	98	11	31	3
Menos de 200 ha.....	—	12	—	1	—
200 — 500 ha.....	—	20	1	—	—
500 — 2 000 ha.....	1	25	1	5	1
2 000 ha e mais.....	3	41	9	25	2

NÚMEROS RELATIVOS (%)

TOTAL	2,01	49,25	5,53	15,58	1,51
Menos de 200 ha.....	—	75,00	—	6,25	—
200 — 500 ha.....	—	74,07	3,70	—	—
500 — 2 000 ha.....	2,70	67,57	2,70	13,51	2,70
2 000 ha e mais.....	2,52	34,45	7,56	21,01	1,68

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEQ/DIRUR.

TABELA 16

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DAS FASES PRINCIPAIS DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E OBJETIVO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS					
	Fase do processo de criação			Objetivo da produção		
	Cria	Recria	Engorda	Co:te	Leite	Misto
NÚMEROS ABSOLUTOS						
TOTAL	174	118	43	159	4	18
Menos de 200 ha.....	11	6	1	7	1	3
200 — 500 ha.....	21	13	5	20	1	4
500 — 2 000 ha.....	33	20	4	28	2	4
2 000 ha e mais.....	109	79	33	104	—	7
NÚMEROS RELATIVOS (%)						
TOTAL	87,44	59,30	21,61	79,90	2,01	9,05
Menos de 200 ha.....	68,75	37,50	6,25	43,75	6,25	18,75
200 — 500 ha.....	77,78	48,15	18,52	74,07	3,70	14,81
500 — 2 000 ha.....	89,19	54,05	10,81	75,68	5,41	10,81
2 000 ha e mais.....	91,60	66,39	27,73	87,39	—	5,88

FORTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

TABELA 17

REBANHO BOVINO EXISTENTE E BOVINOS VENDIDOS COM INDICAÇÃO DA FINALIDADE, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	REBANHO BOVINO					
	Existente	Bovinos vendidos				
		Total	Finalidade			
		Cria	Recria	Engorda	Abate	
NÚMEROS ABSOLUTOS						
TOTAL	120 237	26 221	4 275	7 480	4 626	9 840
Menos de 200 ha.....	688	134	14	119	1	—
200 — 500 ha.....	2 278	704	5	453	203	43
500 — 2 000 ha.....	11 231	3 274	1 418	1 537	260	59
2 000 ha e mais.....	106 040	22 109	2 838	5 371	4 162	9 738
NÚMEROS RELATIVOS (%)						
TOTAL	100,00	21,80	3,72	6,22	3,68	8,18
Menos de 200 ha.....	100,00	19,48	2,03	17,30	0,15	—
200 — 500 ha.....	100,00	30,90	0,22	19,88	8,91	1,89
500 — 2 000 ha.....	100,00	29,15	12,62	13,68	2,32	0,53
2 000 ha e mais.....	100,00	20,85	2,68	5,07	3,92	9,18

FORTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

de tratores, de colheitadeiras, quer próprios ou alugados (Tabela 18). No que se refere às práticas agrícolas, constatou-se que diferentemente dos estabelecimentos menores de 500 hectares é bastante significativo o número de produtores que utilizam sementes selecionadas de arroz e milho, alguns implementos, como semeadeiras, roçadeiras e trituradeiras, além de insumos tais como: adubo químico e inseticida. Nos estabelecimentos de mais de 2.000 hectares é mais freqüente o uso de outros insumos como: corretivos, fungicidas e herbicidas. Quanto aos produtos cultivados, o arroz, de valor comercial mais elevado, é o mais difundido em cultivo simples, ao contrário do milho, feijão e mandioca que são cultivados em consorciamento. A produção, é comercializada diretamente com compradores locais, mas no caso do arroz, verificou-se que grande parte é, também, negociada nos mercados do sul do Estado. É, sobretudo, nos estabelecimentos de 2.000 hectares e mais que, além de cultivos temporários, pratica-se, também, lavoura permanente, e, apesar da sua inexpressividade quanto à área total ocupada, vem adquirindo importância nos últimos anos, quando a cultura da banana passa a ser desenvolvida com objetivo marcada-

TABELA 18

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EMPREGADOS NOS ESTABELECEMENTOS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS					
	Trator		Área cultivada (trator/ 1 000 ha)	Colhedeira		Grade
	Próprio	Alugado (1978)		Própria	Alugada	
TOTAL	189	75	2,76	18	23	138
Menos de 200 ha.....	—	—	—	—	1	—
200 — 500 ha.....	2	3	3,09	—	—	1
500 — 2 000 ha.....	8	11	2,81	—	2	8
2 000 ha e mais.....	179	61	2,77	18	20	129

CLASSES DE ÁREA	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS					
	Arado		Semeadeira /plantadeira	Roçadeira	Trituradeira	Debulhadora
	Tração animal	Tração mecânica				
TOTAL	2	65	84	62	52	19
Menos de 200 ha.....	—	—	—	—	—	—
200 — 500 ha.....	—	—	3	—	—	—
500 — 2 000 ha.....	1	2	5	2	5	1
2 000 ha e mais.....	1	63	76	60	47	18

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

mente comercial. Como produto que necessita de elevado índice de umidade, seu cultivo tem se limitado, em grande medida, às áreas de mata, cuja fertilidade natural concorre para que, praticamente, não se recorra à adubação.

A inobservância desta prática deve-se, também, segundo depoimento dos informantes, não só à grande oscilação do preço da banana no mercado, como, também, à ameaça do “mal do Panamá”, que torna problemática a realização desta cultura. No que se refere à comercialização a banana é, basicamente, vendida a compradores locais intermediários sendo economicamente expressiva a parte desta produção destinada a São Paulo.

No que concerne à lavoura temporária, por ser subordinada à pecuária, integra, quase sempre, o processo de formação de pastagens. Em relação aos sistemas utilizados nesta formação, bem como na renovação dos pastos, verificou-se que nesta classe de área já se empregavam novas técnicas: adubação química e o emprego de inseticidas são as mais frequentes, sobretudo nas unidades produtivas de mais de 2.000 hectares. Também, foi nesta categoria de estabelecimentos que se observou uma maior preocupação com o aprimoramento do pasto pois, apesar de ainda predominar o capim jaraguá, o braquiária passava a figurar de forma expressiva. Mesmo sendo ainda significativo o emprego de técnicas tradicionais, a derrubada mecânica na formação dos pastos era utilizada em 24,3% dos estabelecimentos de 500 a menos de 2.000 hectares, e em 48,7% das unidades produtivas de 2.000 hectares e mais. Quanto à renovação, o roçado mecânico era usado, respectivamente, em 10,8 e 36,1% desses estabelecimentos.

A rotação de pastos, embora ainda fosse praticada de forma rudimentar, já espelhava as melhores condições sócio-econômicas desses produtores, pois as divisões das pastagens eram comumente superiores às verificadas nos estabelecimentos menores, sobretudo nos estabelecimentos de 2.000 hectares e mais. Quanto ao manejo do gado, verificou-se ser prática corrente seu deslocamento no período das chuvas para os pastos naturais, com a finalidade de conservar os pastos plantados. É interessante observar que muitos criadores dos Municípios de Formosa do Araguaia, Cristalândia, Dueré e Gurupi, próximos à ilha do Bananal, utilizam de um recurso que permite contornar o problema de escassez de pastagens naturais durante o período da seca. Por esta época eles deslocam seus rebanhos para “retiros” localizados naquela ilha onde, após as enchentes, desenvolve-se uma pastagem natural de qualidade superior à do cerrado que permite suprir, em condições vantajosas, as necessidades nutricionais do gado.

Mesmo sendo mais aprimorados os sistemas de formação e renovação de pastagens, não se constatou, em relação aos tratamentos dispensados aos animais, inovações que denotassem uma acentuada tendência à intensificação do sistema criatório. A maior parte dos produtores fornece ao gado sal comum e mineral; em alguns estabelecimentos de 2.000 hectares e mais, capineiras de cana e capim napier são utilizados como complementos da alimentação animal. Também em relação à vacinação não se registraram maiores cuidados do que os verificados nos pequenos estabelecimentos pois, além das vacinas contra aftosa e carbúnculo sintomático (as mais praticadas), só um reduzido número de criadores imunizava o gado contra a brucelose.

O que se verificou nesses estabelecimentos e que os diferencia das unidades produtivas menores foi o arraçamento do gado, mais freqüente que nestas últimas. Apesar de não ser numeroso o contingente de produtores que o praticam, pouco menos de 18% do total desses criadores, essa proporção é significativa no conjunto da Microrregião, sobretudo quando se verifica que nas unidades de produção de 2.000 hectares e mais é maior o número de produtores que importa matrizes do centro-sul de melhor qualidade, do ponto de vista racial, particularmente Gir e Nelore.

Com relação às fases de criação, a cria e a recria continuam figurando como as mais freqüentemente praticadas na pecuária de corte destes estabelecimentos. Todavia, convém salientar que: nas unidades produtivas de 2.000 hectares e mais, a fase de engorda já é praticada por um maior número de produtores, que têm melhores possibilidades de reter o gado por um espaço de tempo mais longo. A maioria desses produtores possui mais de um estabelecimento, o que lhes possibilita práticas mais especializadas na atividade pecuária, ou seja: fases de criação em diferentes unidades produtivas.

No que tange à comercialização do rebanho constataram-se diferenças entre os estabelecimentos de 500 a menos de 2.000 hectares e os de áreas de 2.000 hectares e mais. Nos primeiros predomina a venda do gado destinado à cria e recria, muitas vezes praticada na mesma região e que representam 90,2% do total do rebanho bovino, negociado nesses estabelecimentos. Além disso, a venda do gado para engorda começava a ser praticada, representando 7,9% dos animais comercializados. Nos estabelecimentos de 2.000 hectares e mais a venda de gado para a cria e a recria perde representatividade em relação ao total comercializado, embora ainda represente, respectivamente, 13,1 e 24,7% deste total. Por outro lado, os animais negociados para a engorda e, sobretudo para o abate, têm sua participação aumentada, o que constitui fator de diferenciação destes extratos de área em relação aos demais. Os animais vendidos para engorda e para o abate passam a representar, respectivamente, 19,2 e 43% do total do rebanho bovino comercializado. No que se refere ao destino da produção, enquanto o gado vendido para cria e recria é negociado na própria Médio Tocantins-Araguaia, o destinado à engorda e ao abate é direcionado para o sul e norte goiano, Pará, Maranhão e São Paulo.

Essas características gerais da organização agrária da Médio Tocantins-Araguaia vêm, assim, mostrar que a agricultura da região, tradicionalmente extensiva, vem se modificando nos últimos anos. No entanto, o caráter especulativo que a terra assumiu tem levado, em parte, os empresários a preferirem antes a ampliação das áreas das propriedades que a intensificação da produção agrícola propriamente dita. Ressalte-se, também, que a atividade pecuária, mais atrativa nesses grandes estabelecimentos, tem acarretado modificações nos usos da terra na região que, do livre pastoreio, passa pouco a pouco a adotar práticas mais modernas de formação e renovação dos pastos. Nesse sentido as seqüências de usos da terra, entre as diversas categorias dimensionais de estabelecimentos, diferenciam-se mais pelo volume de insumos e implementos aí empregados.

Conforme visto anteriormente, o emprego de máquinas, implementos e insumos agrícolas está praticamente limitado aos estabelecimentos de 500 hectares e mais que são responsáveis por mais de 80%

da produção de feijão colhido e por mais de 90% da de milho, arroz e banana. Ressalte-se que nestas unidades produtivas, além da lavoura estar subordinada à pecuária, muitos produtores com estabelecimentos de 2.000 hectares e mais já não praticam esta atividade, preferindo implantar o pasto diretamente. A maior produção obtida nesses estabelecimentos relaciona-se, portanto, à utilização, mesmo que parcial, de uma tecnologia que permite a obtenção de um volume maior de produção em um período menor e que viabiliza a exploração dos solos de cerrado, que representam grande parte da área dos estabelecimentos da Médio Tocantins-Araguaia. Comparando-se as unidades produtivas de 500 hectares e mais onde não é utilizado qualquer tipo de máquinas ou implemento agrícola com aquelas onde se empregam esses fatores pode-se apreender as diferenciações que se estabelecem a partir das novas condições de produção inerentes ao processo de modernização (Tabelas 19 e 20).

TABELA 19

ESTABELECEMENTOS COM ÁREA DE LAVOURAS QUE NÃO UTILIZARAM MÁQUINAS OU IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E PRODUÇÃO OBTIDA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECEMENTOS			ÁREA DAS LAVOURAS				
	Total	Não utilizaram máquinas ou implementos agrícolas		Total	Temporárias			
		Absoluto	Relativo (%)		Solos de mata		Solos de cerrado	
					Absoluto (ha)	Relativo (%)	Absoluto (ha)	Relativo (%)
TOTAL	156	41	26,28	706,90	405,45	57,35	19,36	2,74
500 — 2 000 ha.....	37	18	48,65	219,90	76,72	34,89	19,36	8,80
2 000 ha e mais.....	119	23	19,33	487,00	328,73	67,50	—	—

CLASSES DE ÁREA	ÁREA DAS LAVOURAS				PRODUÇÃO OBTIDA				
	Permanentes				Total (t)	Lavouras			
	Solos de mata		Solos de cerrado			Temporárias		Permanentes	
	Absoluto (ha)	Relativo (%)	Absoluto (ha)	Relativo (%)		Absoluto (t)	Relativo (%)	Absoluto (t)	Relativo (%)
TOTAL	221,40	33,02	48,89	6,89	420,58	420,58	100,00	—	—
500 — 2 000 ha.....	75,13	34,17	48,69	22,14	58,42	58,42	100,00	—	—
2 000 ha e mais.....	150,27	32,50	—	—	362,16	362,16	100,00	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEODIRUR.

De uma área total de 550,55 hectares de lavouras nos estabelecimentos de 500 a menos de 2.000 hectares que utilizavam máquinas e implementos agrícolas, 75,9 e 8,1% eram representados por culturas temporárias e permanentes, em solos de mata, e 16% por lavouras temporárias em solos de cerrado. Nas unidades produtivas que só empregavam força de trabalho, 70% do total das áreas de lavouras se encontravam em solos de mata e, nos de cerrado, 22,1% eram cultivos permanentes, sendo, apenas, 8,8% temporários. Nas classes de área de 2.000 hectares e mais, os estabelecimentos que só empregavam a mão-de-obra não utilizavam os solos de cerrado, estando a atividade da lavoura limitada aos solos de mata. Tal fato significa que, em média, 73,5% da área total desses estabelecimentos não eram aproveitadas intensivamente por serem de cerrado. Já nas unidades produtivas, desta categoria dimensional que utilizavam máquinas e im-

TABELA 20

ESTABELECIMENTOS COM ÁREA DE LAVOURAS QUE UTILIZARAM MÁQUINAS OU IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E PRODUÇÃO OBTIDA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS			ÁREA DAS LAVOURAS				
	Total	Utilizaram máquinas ou implementos agrícolas		Total	Temporárias			
		Absoluto	Relativo (%)		Solos de mata		Solos de cerrado	
					Absoluto (ha)	Relativo (%)	Absoluto (ha)	Relativo (%)
TOTAL	156	55	35,26	7 789,25	3 169,23	40,69	4 105,53	52,71
500 — 2 000 ha.....	37	13	35,14	550,55	417,69	75,87	88,33	16,04
2 000 ha e mais.....	119	42	35,29	7 238,70	2 751,54	38,01	4 017,20	55,50

CLASSES DE ÁREA	ÁREA DAS LAVOURAS				PRODUÇÃO OBTIDA				
	Permanentes				Total (t)	Lavouras			
	Solos da mata		Solos de cerrado			Temporárias		Permanentes	
	Absoluto (ha)	Relativo (%)	Absoluto (ha)	Relativo (%)		Absoluto (t)	Relativo (%)	Absoluto (t)	Relativo (%)
TOTAL	514,49	6,60	—	—	5 376,00	5 324,25	99,04	51,75	0,96
500 — 2 000 ha.....	44,53	8,08	—	—	477,48	461,49	96,65	16,00	3,35
2 000 ha e mais.....	469,96	6,43	—	—	4 898,51	4 862,76	99,27	35,75	0,73

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEQ/GIRUR.

plementos agrícolas, a maior parte das lavouras — 55,5% — se encontrava em solos de cerrado.

Assim, na Médio Tocantins-Araguaia a maior produção obtida, nos estabelecimentos que utilizam algum tipo de máquinas ou insumo agrícola, deve-se, sobretudo, ao fato destes meios de produção viabilizarem a exploração dos solos de cerrado que constituem a maior parte das unidades produtivas desta Microrregião.

Paralelamente constatou-se que os pequenos produtores, além de estarem restritos às pequenas dimensões de suas glebas e não terem condições de expandir suas áreas externas, estão internamente limitados, não podendo utilizar mais que 40% da área total de seus estabelecimentos, por não terem acesso a máquinas e a insumos agrícolas, uma vez que os solos de cerrado representam 62,2% das terras no caso daqueles menores de 200 hectares, e 60,9% nos de dimensões, variando de 200 a menos de 500 hectares.

Embora haja uma relação entre o incremento da tecnologia empregada e a crescente marginalização dos pequenos produtores, tal situação pode ser explicada em função da utilização social da técnica, que é determinada pelo modo de produção dominante. Nas condições atuais, devido à maneira como o processo de modernização vem se dando na Médio Tocantins-Araguaia, a possibilidade de utilização de máquinas e implementos agrícolas está condicionada, em grande parte, às oportunidades de obtenção de financiamentos, uma vez que é alto o custo de tais recursos técnicos.

2.3.3 — O produtor rural e as possibilidades de acesso aos recursos

Antes de examinar o problema da distribuição dos recursos entre os produtores segundo as categorias dimensionais dos estabelecimentos que exploram, consideram-se, inicialmente, algumas características individuais desse contingente, ou seja, sua procedência, faixa etária e nível de instrução (Tabela 21). Em relação à procedência verificou-se que: nos estabelecimentos cujos estratos de área atingem até menos de 2.000 hectares predominam os produtores originários do norte do Estado de Goiás e de Estados nordestinos (especialmente Maranhão e Piauí). Em contrapartida, a situação se inverte no caso de produtores com estabelecimentos de área superior a 2.000 hectares que, em sua maioria, são originários do sul de Goiás e Estados do Sudeste (São Paulo e Minas Gerais), sendo que, nas unidades produtivas de 20.000 hectares ou mais, a totalidade dos produtores procedia destas últimas áreas do País. Esta questão será retomada mais adiante.

Quando se analisam as características destes produtores, segundo a faixa etária, constata-se que cerca de 45,2% dos mesmos encontram-se em idade abaixo de 50 anos, o que denota um relativo peso do grupo não envelhecido nas atividades agrícolas da região. Considerando a procedência desses produtores, fica evidente a participação daqueles provenientes do sul de Goiás e Sudeste, particularmente na faixa dos 30 a 40 anos, na qual o seu predomínio se mostra acentuado em todas as categorias dimensionais de estabelecimentos. Na faixa etária de 50 anos e mais, os produtores perfazem um percentual de 49,7% e a participação daqueles provenientes do norte goiano e Estados nordestinos se

TABELA 21

**PRODUTORES, POR GRUPOS DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO,
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA E A PROCEDÊNCIA — 1979**

CLASSSES DE ÁREA E PROCEDÊNCIA	PRODUTORES							
	Total absoluto	Distribuição percentual por grupos de idade						
		Menos de 20	20 a 30	30 a 40	40 a 50	50 e mais	Não sabe a idade	Não declarou
TOTAL	199	1,51	3,02	17,59	23,12	49,74	4,02	1,01
Menos de 200 ha								
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	9	—	—	22,22	33,33	44,44	—	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	5	—	—	80,00	—	20,00	—	—
Outros.....	2	—	—	—	50,00	50,00	—	—
200 — 500 ha								
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	20	—	10,00	10,00	30,00	45,00	5,00	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	3	—	33,33	33,00	—	33,33	—	—
Outros.....	4	—	—	—	50,00	50,00	—	—
500 — 2 000 ha								
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	22	—	4,55	—	36,36	54,55	4,55	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	11	—	—	18,18	18,18	63,64	—	—
Outros.....	4	—	—	25,00	—	50,00	—	25,00
2 000 — 20 000 ha								
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	46	—	2,17	4,35	13,04	80,43	—	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	53	—	1,89	33,96	20,75	35,85	7,55	—
Outros.....	10	20,00	—	10,00	50,00	10,00	—	10,00
20 000 ha e mais								
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	10	10,00	—	20,00	20,00	30,00	20,00	—
Outros.....	—	—	—	—	—	—	—	—

CLASSES DE ÁREA E PROCEDÊNCIA	PRODUTORES						
	Distribuição percentual por nível de instrução						
	Analfabeto	Primário incompleto	Primário completo	Secundária	Superior	Não sabe o grau de instrução	Não declarou
TOTAL	21,11	22,10	17,59	10,06	16,58	9,55	1,01
Menos de 200 ha							
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	44,44	44,44	—	11,11	—	—	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	20,00	20,00	40,00	—	—	20,00	—
Outros.....	—	50,00	50,00	—	—	—	—
200 — 500 ha							
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	65,00	35,00	—	—	—	—	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	—	33,33	33,33	33,33	—	—	—
Outros.....	25,00	25,00	50,00	—	—	—	—
500 — 2 000 ha							
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	18,18	45,45	24,27	—	4,55	4,55	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	18,18	27,27	9,09	9,09	27,27	9,09	—
Outros.....	25,00	25,00	—	—	—	25,00	25,00
2 000 — 20 000 ha							
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	23,91	26,09	25,09	2,17	21,74	—	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	3,77	5,66	7,55	37,74	22,64	22,64	—
Outros.....	20,00	—	80,00	—	10,00	—	10,00
20 000 ha e mais							
Norte de Goiás e Estados do Nordeste.....	—	—	—	—	—	—	—
Sul de Goiás e Estados do Nordeste.....	10,00	—	—	—	60,00	30,00	—
Outros.....	—	—	—	—	—	—	—

FORTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEQ/DIRUR.

revela mais expressiva. Tal situação se explica pelo próprio fato de que, embora seja recente a expansão econômica da área, seu processo de ocupação, como já foi mencionado, data de épocas mais remotas.

Quanto ao nível de instrução, observa-se que a grande maioria destes produtores (60,8%) se distribui entre analfabetos e de curso primário incompleto. Com relação a estes produtores de baixa instrução, constata-se que, de um modo geral, são provenientes do norte goiano e Estados do Nordeste, particularmente os analfabetos e de curso primário incompleto, que se concentram mais especialmente nos estabelecimentos de categoria dimensional inferior a 500 hectares.

No que se refere aos produtores de melhor nível de instrução, secundário e superior, os quais perfazem um percentual de 28,6%, estes são, de preferência, originários do sul goiano e Estados do Sudeste e se alocam, principalmente, nos estabelecimentos de estrato de área superior a 2.000 hectares. Esta situação é reflexo da implantação de grandes empreendimentos agropecuários na região que, de modo geral, são levados a efeito pelas frações da classe que detêm não apenas os recursos econômicos, mas que constituem, também, as de melhores oportunidades em termos de acesso à instrução formal; a inexistência de produtores nos menores estratos de área (inferiores a 500 hectares) com esse nível de instrução vem corroborar esta afirmação, e os percentuais significativos na coluna “não sabe” o nível de instrução, que são explicados porque os informantes — em geral administradores — não sabendo responder à questão, não indicam ausência de instrução dos produtores, pelo contrário, tudo leva a crer que, sobretudo nos grandes empreendimentos, ali se incluem, também, aqueles de nível superior.

No que se refere às possibilidades de acesso aos recursos econômicos, considera-se, em primeiro lugar, o problema dos financiamentos utilizados pelos produtores para a exploração dos seus estabelecimentos, que vai estar estreitamente correlacionado à sua situação enquanto detentor de meios de produção.

Apesar das políticas agrárias oficiais procurarem dinamizar a atividade agropecuária, através da criação de uma rede de incentivos e créditos, sua prática tem se concretizado em medidas de caráter discriminatório. Nesses termos são os pequenos produtores que, face aos requisitos exigidos para a consecução de financiamentos, os que têm menos possibilidades de acesso aos recursos necessários para a intensificação e desenvolvimento da produção (Tabela 22). Diversas sortes de dificuldades surgem ao produtor quando da solicitação de um financiamento: exige-se, em princípio, que ele tenha o título definitivo da terra que utiliza ou que possua o aval do proprietário da mesma, além de ser obrigado a apresentar um projeto no qual especifique o direcionamento a ser dado aos recursos pretendidos. Além disso, a partir de 1978, está obrigado a apresentar a comprovação da renda, obtida nos três anos que antecedem àquele ao qual se destina o financiamento solicitado. Embora este último critério tenha substituído o de dimensão do estabelecimento, tal medida não incorreu em qualquer facilidade para o pequeno produtor, pois, como agricultor de reduzida área de terra, sua renda está condicionada, entre outros fatores, à extensão da terra explorada.

TABELA 22

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES QUE SOLICITARAM OU NÃO FINANCIAMENTOS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA — 1979

CLASSES DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES (%)		
	Solicitaram financiamento		Não solicitaram financiamento
	Obtiveram	Não obtiveram	
TOTAL (ha)			
Proprietário.....	55,71	1,43	42,86
Arrendatário.....	—	—	100,00
Ocupante.....	17,24	3,34	79,31
Menos de 200 ha			
Proprietário.....	28,57	—	71,43
Ocupante.....	—	—	100,00
200 — 500 ha			
Proprietário.....	25,00	8,33	66,67
Arrendatário.....	—	—	100,00
Ocupante.....	—	—	100,00
500 — 2 000 ha			
Proprietário.....	61,54	3,85	34,62
Ocupante.....	18,18	18,18	63,64
2 000 ha e mais			
Proprietário.....	60,00	—	40,00
Ocupante.....	33,33	—	66,67

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Em relação ao problema do título de propriedade da terra é importante lembrar que, na medida em que os pequenos estabelecimentos têm a família como unidade de produção e não constituem empreendimento capitalista, seus objetivos são distintos, pois visam antes à subsistência da família. Também a própria noção de propriedade da terra desses produtores difere da concepção capitalista, pois os primeiros “se concedem o direito de abrirem suas posses nas chamadas terras livres, desocupadas e não trabalhadas, sem “sinal de ferro”, de vastas regiões desertas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum, é de todos. Só é legítima a posse porque baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra, é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”²³. Mesmo aqueles que procuram regulamentar a

²³ Martins, José de Souza. Terra de negócio e terra de trabalho; contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: *Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo*.

situação de seus estabelecimentos se deparam com o impeditivo inicial da ausência de recursos para solicitarem a regularização de suas glebas.

A problemática relativa à obtenção de financiamentos por pequenos produtores pode ser aquilatada pelas declarações de alguns dos entrevistados que, em suas respostas, deixaram entrever o nível das dificuldades inerentes ao atendimento das exigências legais obrigatórias. Alguns alegaram não fazer financiamentos, porque a pequena dimensão de seus estabelecimentos não compensava ou porque os únicos recursos de que dispunham “eram os braços”, e mesmo por não verem “vantagens na maneira como o crédito era financiado”. Desses entrevistados, o único que recorreu ao financiamento declarou que não o tinha conseguido, pois o depósito por ele realizado não correspondia à quantia mínima necessária à obtenção do montante requerido.

Apesar da obrigatoriedade do título de posse definitiva da terra ou do aval do proprietário do estabelecimento para a consecução de financiamentos, constataram-se casos de ocupantes que os haviam conseguido. Tratavam-se de posseiros cujas terras ocupadas eram superiores a 500 hectares e, em alguns casos, detentores de mais de um estabelecimento. Esses posseiros representavam 18,2% dos produtores de áreas que variam de 500 a menos de 2.000 hectares e 33,3% daqueles que tinham estabelecimentos de 2.000 hectares e mais. Em relação aos posseiros que pediram crédito, os que conseguiram tinham em seus estabelecimentos maior número de benfeitorias, empregavam, com mais frequência, máquinas e implementos agrícolas. Além da utilização de financiamentos, tais posseiros declararam que, frequentemente, empregam agrônomos e utilizam técnicas modernas como, por exemplo: na irrigação de solos de cerrado. Assim, apesar de posseiros, fica evidenciado que os objetivos de produção desses ocupantes diferem frontalmente daqueles dos produtores dos estabelecimentos de áreas menores de 500 hectares, uma vez que suas atividades se destacavam pelo cunho nitidamente comercial.

A questão da não titulação da terra desses produtores não pode ser atribuída a empecilho de ordem técnica, mas, antes, a entraves de outra natureza: ocupação de áreas que não podem ser tituladas, como na ilha do Bananal, litígios quanto aos limites dos estabelecimentos, etc. Embora, segundo informações de vários desses produtores, existissem problemas quanto à legalização, estes eram significativamente maiores para os pequenos ocupantes. Tanto assim que, do total dos produtores entrevistados, o maior contingente de ocupantes situava-se nos estabelecimentos de até 500 hectares, sobretudo nos de menos de 200 hectares.

No entanto são, sobremaneira, os grandes proprietários e empresas que captam a maior parte dos financiamentos concedidos, pois, tendo recursos para planejar a ocupação de extensas áreas e condições de apresentar um projeto de implantação do empreendimento agropecuário, obtêm, preferencialmente, empréstimos dos agentes financiadores que atuam na Médio Tocantins-Araguaia. Por sua vez os principais agentes financiadores são órgãos oficiais que, atendendo a um reduzido número de pequenos proprietários, cedem, então, a maior parte dos financiamentos aos grandes proprietários e, em menor escala, aos grandes ocupantes (Tabela 23).

TABELA 23

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTOS, POR ANO DE OBTENÇÃO E AGENTE FINANCIADOR, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA — 1979

CLASSES DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTOS (%)								
	Ano de obtenção dos financiamentos				Agentes financiadores				
	Antes de 1975	1975 a 1976	1977 a 1978	1979	Banco do Brasil	Banco de Amazônia	Banco do Estado do Rio de Janeiro	Banco Brasileiro de Descontos	Outros
TOTAL (ha)									
Proprietário.....	17,86	21,43	7,86	0,71	30,00	17,14	4,29	2,14	7,14
Arrendatário.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ocupante.....	3,44	1,72	1,72	3,44	1,72	1,72	—	3,44	1,72
Menos de 200 ha									
Proprietário.....	14,29	14,29	—	—	28,57	—	—	—	—
200 — 500 ha									
Proprietário.....	16,67	8,33	—	—	16,67	—	8,33	—	—
500 — 2 000 ha									
Proprietário.....	15,38	19,23	11,54	—	38,46	7,69	—	—	—
Ocupante.....	9,09	—	9,09	—	9,09	—	—	9,09	—
2 000 ha e mais									
Proprietário.....	18,96	24,21	8,42	1,05	29,47	23,16	5,26	3,16	9,47
Ocupante.....	4,17	4,17	—	8,33	—	4,17	—	4,17	4,17

FORTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

O destino dado aos financiamentos, obtidos pelos produtores rurais da Médio Tocantins-Araguaia, vai depender da dimensão dos estabelecimentos e, conseqüentemente, da atividade produtiva desenvolvida. O reduzido número de “pequenos produtores”, que obteve financiamentos, destinava-os preferencialmente, ao custeio, enquanto que “os grandes” os fizeram para investimento (Tabela 24).

Embora os objetivos de produção dos estabelecimentos menores não sejam obrigatoriamente regidos pelas leis de lucro, pois, na essência, seus produtos destinam-se à subsistência, os pequenos produtores mantêm vínculos com o mercado, devido às novas necessidades advindas das transformações na organização da produção, que vêm ocorrendo nesta Microrregião. Nestas condições, estreita-se a relação entre o mercado capitalista e as unidades familiares de produção. Esses vínculos mercantis concretizam-se em práticas que passam a ser fundamentais ao modo de vida desses produtores, quais sejam: a venda, por período limitado, de sua força de trabalho aos grandes estabelecimentos, à comercialização dos excedentes e, conseqüentemente, à crescente associação de produtos para o mercado com cultivos de subsistência. Portanto, mesmo nestes pequenos estabelecimentos, o trabalho despendido no processo produtivo é separado entre: tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Este último é apropriado pelo setor capi-

TABELA 24

**DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, POR CONDIÇÃO DO
PRODUTOR SEGUNDO O DESTINO DADO AO FINANCIAMENTO
OBTIDOS E CLASSES DE ÁREA — 1979**

DESTINO DADO AO FINANCIAMENTO E CLASSES DE ÁREA	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES (%)	
	Proprietário	Ocupante
Custeio.....	33,57	8,62
Menos de 200 ha.....	28,57	—
200 — 500 ha.....	25,00	—
500 — 2 000 ha.....	30,77	18,18
2 000 ha e mais.....	35,79	12,50
Investimento.....	48,57	6,89
Menos de 200 ha.....	28,57	—
200 — 500 ha.....	16,67	—
500 — 2 000 ha.....	42,31	—
2 000 ha e mais.....	55,79	16,67
Comercialização.....	—	1,72
Menos de 200 ha.....	—	—
200 — 500 ha.....	—	—
500 — 2 000 ha.....	—	—
2 000 ha e mais.....	—	4,17

FONTE — Pesquisa de Campo — MFH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGE0/DIRUR.

talista, seja pela compra da força de trabalho dos produtores menores, seja pela compra dos excedentes da produção que é obtida nas pequenas unidades produtivas.

Assim, com as transformações que vêm ocorrendo na organização da produção da Médio Tocantins-Araguaia, há um aumento das necessidades de capital dos pequenos produtores uma vez que, submetidos a uma economia de trocas, vêm-se na contingência de substituir produtos de grande valor de uso por produtos de grande valor de troca, fazendo com que os mesmos sejam compelidos a recorrer ao sistema de créditos. Os financiamentos destinam-se, sobremaneira, ao custeio, pois além dos pequenos produtores terem poucas possibilidades de ampliar seus empreendimentos (segundo as formas assumidas pelo capitalismo na área) esses recursos financeiros tornam-se essenciais para que, ao menos, parte desses produtores consiga a reprodução de sua unidade de produção.

Quanto aos financiamentos, obtidos pelos grandes produtores, que visavam antes ao investimento que ao custeio, destinavam-se, principalmente, à: realização de benfeitorias; aquisição de máquinas ou equipamentos; compra de animais de reprodução e terras (Tabela 25).

TABELA 25

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES QUE UTILIZARAM O FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS, COM INDICAÇÃO DA FORMA DE APLICAÇÃO DO INVESTIMENTO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1979

CLASSES DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES POR FORMA DE APLICAÇÃO DO INVESTIMENTO (%)							
	Máquinas ou equi- pamentos	Veículos	Benfei- torias	Animais de reprodução	Formação de pastagens	Renovação de pastagens	Aquisição de terras	Outros
500 — 2 000 ha								
Proprietário.....	15,38	—	11,54	26,92	3,85	3,85	23,08	3,85
2 000 ha e mais								
Proprietário.....	17,89	4,21	35,79	32,63	1,05	14,74	36,84	2,11
Ocupante.....	8,33	—	4,17	4,17	12,50	12,50	—	—

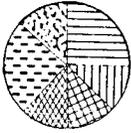
FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGE0/DIUR.

Esta última forma de utilização dos investimentos — aquisição de terras — é, em grande medida, responsável pela redução, nos últimos anos, do nível de solicitação de financiamentos por parte dos grandes produtores, que se manteve em elevação, até 1976, em consequência conforme mencionado das políticas agrárias para a “Amazônia Legal” que incentivaram os investimentos, criando condições ainda mais vantajosas para a ampliação da escala social da reprodução geral do capital. Embora as diretrizes que orientam essas políticas ainda estejam em vigor, a solicitação menos freqüente de créditos destinados a este fim verificada nesta Microrregião, a partir de 1977, decorre tanto de uma redução da oferta de terras, quanto da sua excessiva valorização, resultante da especulação ocorrida nesta área, corolário da rede de incentivos criada para atrair investidores.

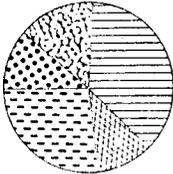
O processo de modernização, que começa a se intensificar na Médio Tocantins-Araguaia, tende, assim, a provocar a desorganização do padrão tradicional de produção em favor do desenvolvimento de empreendimentos agropecuários capitalistas. Os grandes empreendimentos que se instalaram nessa Microrregião, até o período da pesquisa de campo são, em sua maioria, formados por capitais provenientes do centro-sul de Minas Gerais e, sobretudo, de São Paulo, enquanto as pequenas unidades de produção, usualmente pertencem aos originários do norte de Goiás e a migrantes nordestinos, provenientes, especialmente, do Maranhão. Esta afirmação fica consubstanciada pela análise dos gráficos que mostram a participação em número e área dos estabelecimentos, segundo a procedência dos produtores e as diversas categorias dimensionais (Gráficos 1 e 2). Assim, pelos gráficos referentes aos estabelecimentos de menos de 200 hectares e aqueles que variavam de 200 a menos de 500 hectares, fica patenteada uma ampla supremacia tanto em número como em área das unidades produtivas, cujos responsáveis eram originários do norte goiano e do Maranhão. Nestes

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, POR PROCEDÊNCIA DO PRODUTOR SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL-MRH-MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

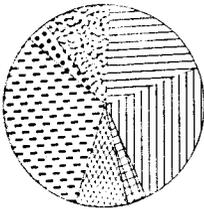
Menos de 200 ha.



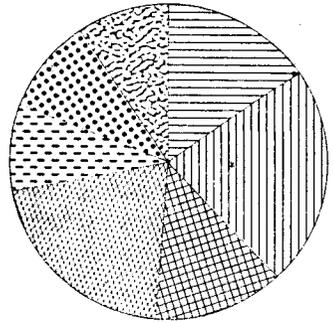
200 a menos de 500 ha.



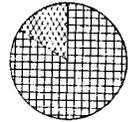
500 a menos de 2.000 ha.



2.000 a menos de 20.000 ha.



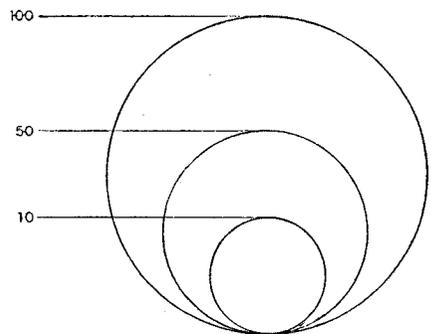
20.000 e mais



PROCEDÊNCIA DO PRODUTOR



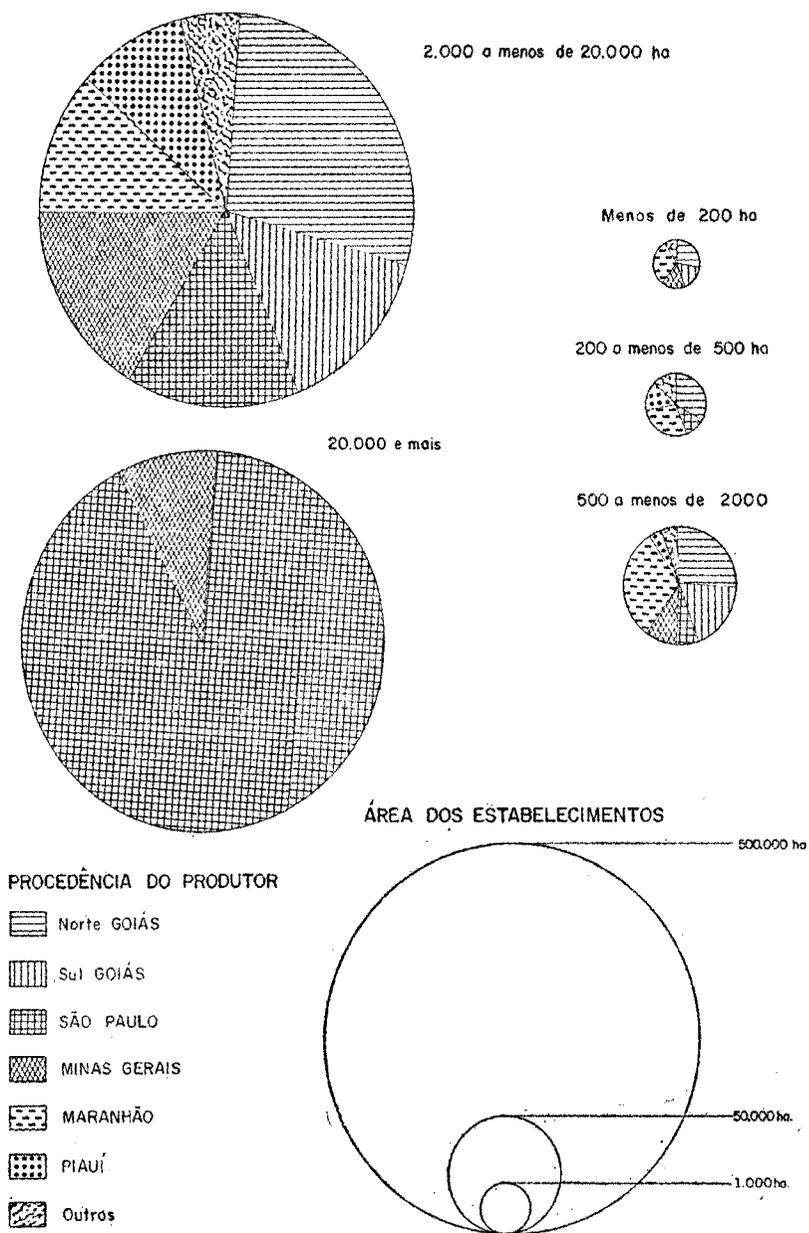
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS



Fonte: IBGE - DEGEO - DIRUR - Pesquisa de campo - MRH - Médio Tocantins - Araguaia - 1979

GRÁFICO 1

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, POR PROCEDÊNCIA DO PRODUTOR SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL-MRH-MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA



Fonte: IBGE - DEGEO - DIRUR - Pesquisa de campo - MRH - Médio Tocantins - Araguaia - 1979

GRÁFICO 2

estratos de área é menor a participação dos estabelecimentos pertencentes a mineiros, paulistas e goianos do sul, sendo que, no caso destes dois últimos, ela só ocorre na classe de área de menos de 200 hectares.

Com relação aos estabelecimentos de 500 hectares e mais, constatou-se que era predominante a participação, em número e em área, dos pertencentes a maranhenses, na categoria de 500 a menos de 2.000 hectares, enquanto os dos norte-goianos já acusavam acentuada redução. É interessante observar que nesta classe de área reaparecem as unidades produtivas pertencentes a paulistas, mas em reduzida proporção, assim como de goianos do sul, cuja participação era bastante significativa. Os proprietários de estabelecimento de 2.000 a menos de 20.000 hectares, provenientes do sul de Goiás, são mais numerosos que os mineiros e norte-goianos. Cabe ressaltar que nesta categoria dimensional os produtores maranhenses diminuem a sua participação, sendo inferior à dos paulistas.

Quanto aos estabelecimentos de 20.000 hectares e mais, constatou-se que os seus responsáveis eram mineiros e, de modo quase absoluto — 90,9% —, paulistas. Nesta categoria dimensional alocava-se a maioria das empresas agropecuárias da Microrregião, sendo que todas pertenciam a grupos financeiros, industriais ou até comerciais que tinham as matrizes, ou as principais filiais, em São Paulo como, por exemplo: Agropecuária Itaú, do grupo Itaú, com 29.040 hectares, Fazenda Monarck, Fazenda Formoso S/A (ambas com mais de 38.000 ha), Fazenda Paraíso (de propriedade da Universidade Agrícola Experimental de Ribeirão Preto) com 51.204 hectares, Balsa Agropecuária Barra Longa S/A, com 67.760 hectares, Fazenda Canuanã, do grupo Bradesco, com uma área total de 140.360 hectares, etc.

Embora muitos dos grandes empreendimentos agropecuários, em 1979, tivessem a totalidade de suas terras tituladas, uma porção destas encontrava-se em litígio com pequenos posseiros já alocados nesta Microrregião. Verificaram-se casos de áreas em disputa que chagavam a ultrapassar 19.000 hectares. Percebe-se a gravidade desses conflitos não somente pelo discurso de alguns grandes produtores que, ao serem indagados se havia ocupantes em suas propriedades, respondiam que já tinham comprado as suas fazendas “limpas”, isto é: sem posseiros, mas, também, pelo próprio depoimento destes últimos, que revelava a violência comumente praticada, quando os “tubarões” (grandes proprietários) ocupavam suas terras e os expulsavam. Grande número de posseiros, e mesmo pequenos proprietários, diante da expansão das grandes empresas, vêem-se na contingência de abandonar seus estabelecimentos, passando a procurar terras desocupadas, ou tornando-se assalariados. Desta forma, apesar da maioria dos pequenos produtores haver declarado ter se instalado em seus atuais estabelecimentos, no decorrer da primeira metade da década de 70, sua mobilidade no espaço deve-se, antes, à concentração fundiária que vem ocorrendo na própria Médio Tocantins-Araguaia, obrigando-os a constantes deslocamentos, do que à emigração extra-regional, uma vez que, proporcionalmente, predominavam pequenos produtores do norte de Goiás.

Portanto, alterações que tiveram início em meados da década de 60 e que se intensificaram, sobremaneira, no período 1970-75 têm ocasionado um amplo rearranjo das forças produtivas na Médio Tocantins-Araguaia pois, em poucos anos, órgãos de financiamentos

TABELA 26

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DO PERÍODO DE INSTALAÇÃO, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS							
	Números absolutos	Números relativos, por período de instalação (%)						
		Antes de 1940	1940 a 1949	1950 a 1959	1960 a 1969	1970 a 1975	Depois de 1975	Sem informação
TOTAL	159	2,51	—	15,58	28,14	35,68	13,07	2,00
Menos de 200 ha.....	16	6,25	—	12,50	6,25	50,00	25,00	—
200 — 500 ha.....	27	—	—	22,22	25,93	33,33	18,52	—
500 — 2 000 ha.....	37	2,70	2,70	16,22	37,84	24,31	13,61	2,70
2 000 ha e mais.....	119	2,52	4,20	14,29	28,57	37,82	10,08	2,52

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIARUR.

oficiais e privados, assim como grandes empresas agropecuárias originárias, sobremaneira do centro-sul, tornaram-se os principais responsáveis pela reorganização do quadro sócio-econômico preexistente. Assim, confirma-se a hipótese, aventada neste trabalho, de que o processo de acumulação das áreas mais desenvolvidas do País tem tido influência direta nesse movimento de organização do sistema produtivo da Médio Tocantins-Araguaia.

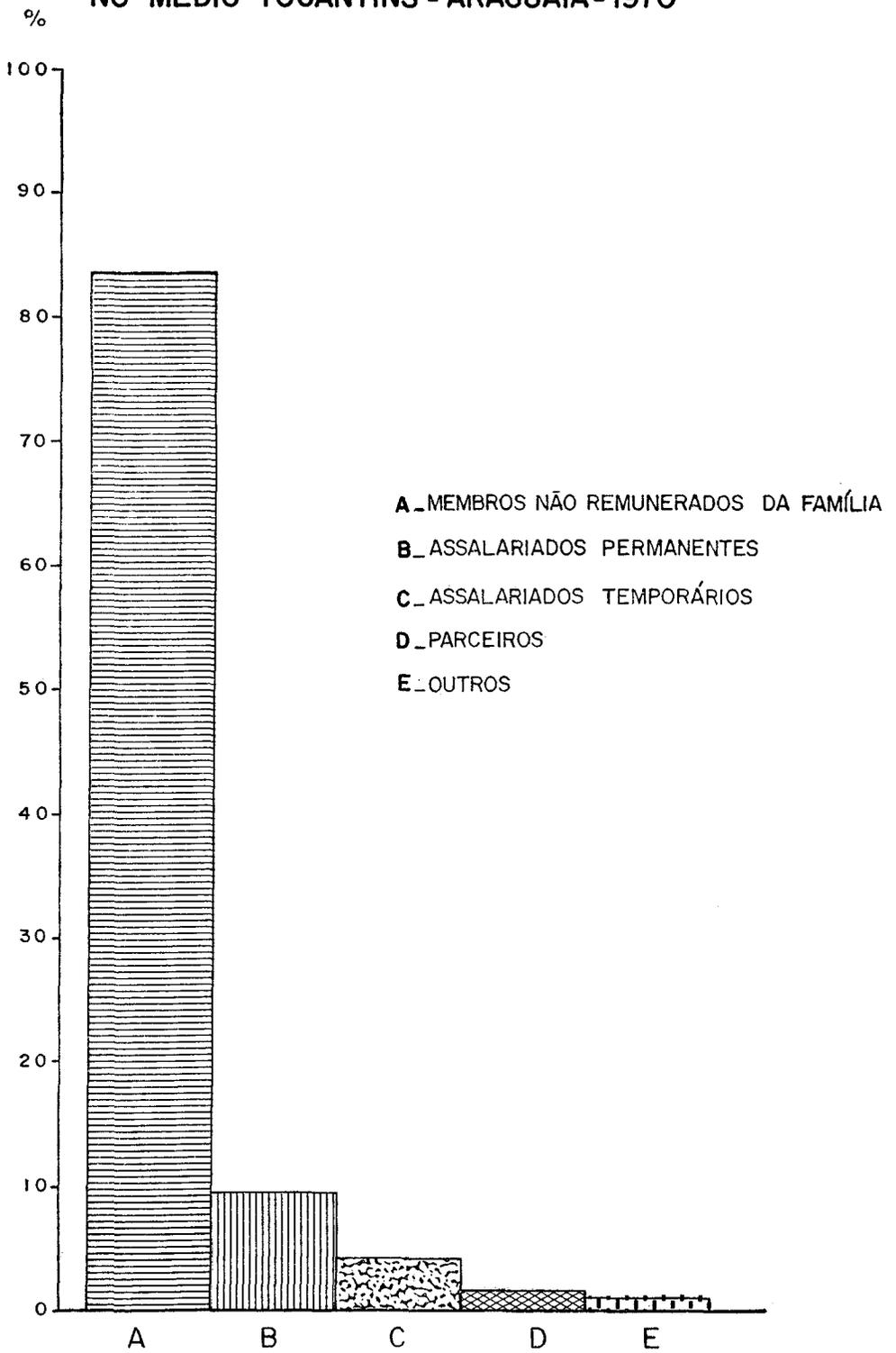
Com a intensificação da produção capitalista, tem havido, concomitantemente, alterações nas relações de produção, pois a composição do contingente de pessoal ocupado é rearticulada de acordo com as demandas surgidas da expansão e instalação das grandes empresas agropecuárias, ou mesmo de acordo com as necessidades do pequeno produtor que, muitas vezes, tem que se adaptar às novas práticas, com intuito de preservar ou pelo menos manter, por um período maior, seus estabelecimentos e garantir, deste modo, sua reprodução simples.

2.3.4 — A força de trabalho

A importância das diferenciações entre o contingente do pessoal ocupado no setor rural da Microrregião nos anos de 1970, 1975 e o da área pesquisada, em 1979 pode ser visualizado a partir dos gráficos que se seguem.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa direta, desdobraram-se as diversas categorias de mão-de-obra de tal sorte que possibilitassem o conhecimento mais específico das relações de trabalho vigente na área. Mas, para efeito de comparabilidade entre os dados censitários (Gráficos 3 e 4) e os de campo, essas categorias foram agrupadas segundo os critérios utilizados nos recenseamentos, para a construção do gráfico 5.

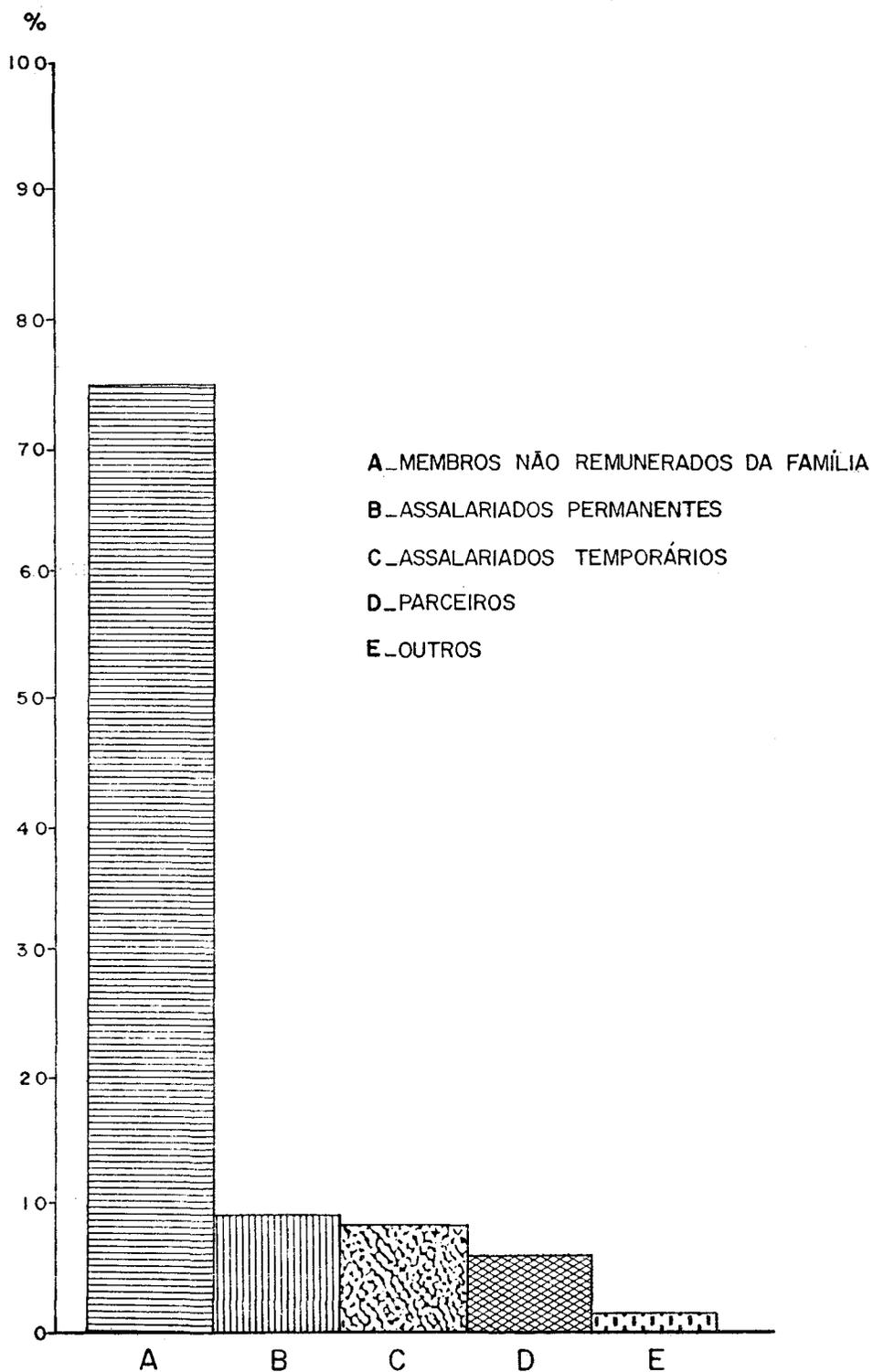
COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO
NO MÉDIO TOCANTINS - ARAGUAIA - 1970



Fonte: IBGE - Censo Agropecuario - Goiás - 1970

GRÁFICO 3

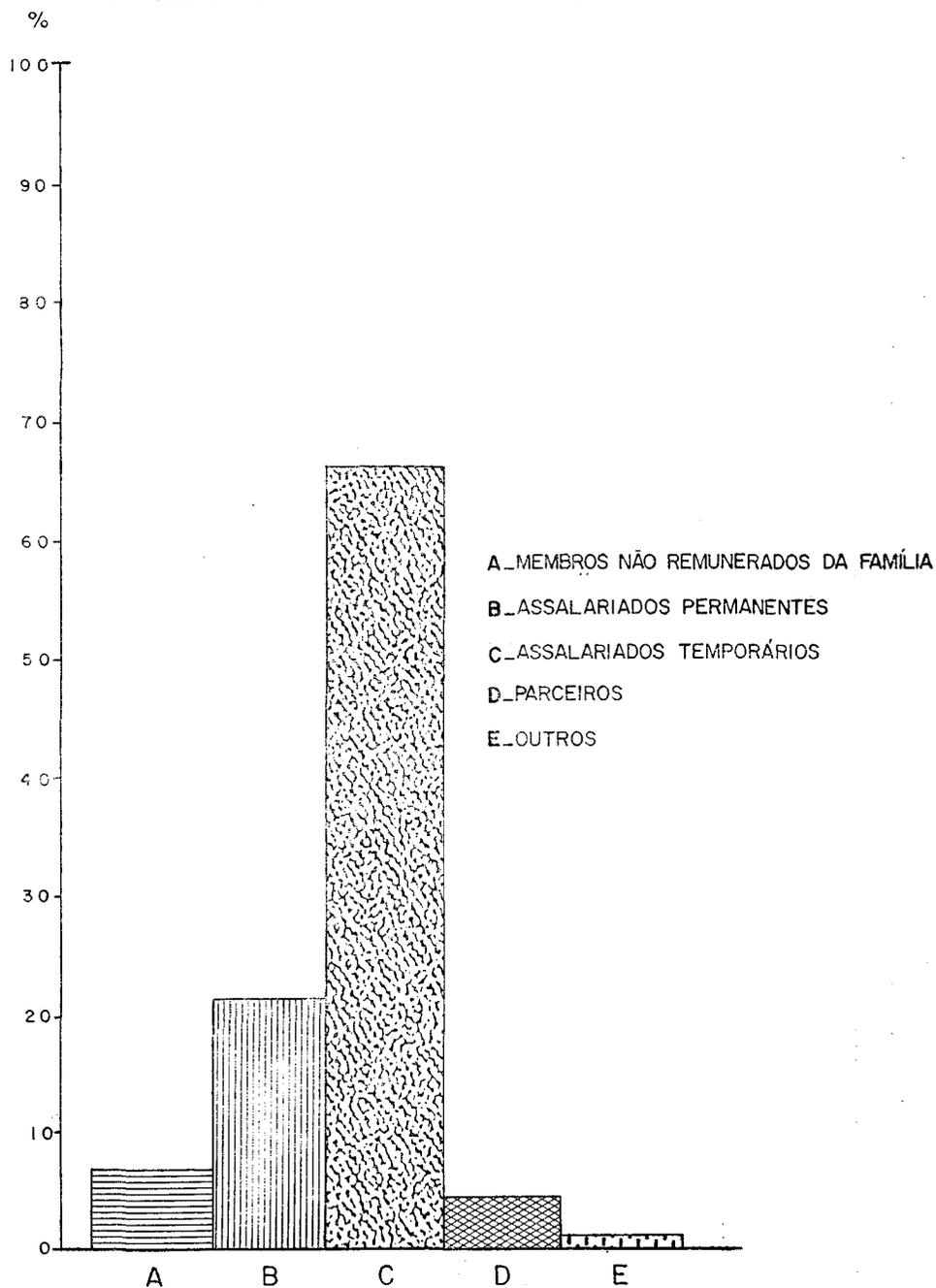
COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO MÉDIO TOCANTINS - ARAGUAIA - 1975



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - Goiás - 1970

GRÁFICO 4

COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO MÉDIO TOCANTINS - ARAGUAIA - 1979



Fonte: IBGE - DEGEO - DIRUR - Pesquisa de campo - MRH Médio Tocantins - Araguaia - 1979

GRÁFICO 5

Assim, na análise comparativa, foram considerados como membros não remunerados da família todos os componentes do grupo familiar que ajudavam o responsável do estabelecimento nas atividades agropecuárias e que não recebiam qualquer espécie de pagamento. Aqueles que, embora integrantes da família, obtinham algum rendimento por serviços prestados, foram alocados em outras categorias, ou seja, naquela segundo a forma de relação de produção estabelecida. Além dos operadores de máquinas e o pessoal administrativo, considerou-se como assalariado permanente o contingente de mão-de-obra semiquualificado ou desqualificado que exercia atividades de caráter efetivo ou de longa duração nos estabelecimentos. Ao lado dos trabalhadores que só conseguem vender sua força de trabalho sazonalmente, foram também considerados como empregados temporários os pequenos proprietários e posseiros que, com o intuito de complementação de renda, se empregavam nas unidades de produção pesquisadas, de forma intermitente. Quanto aos parceiros, não foi necessário qualquer agrupamento no que se refere às informações obtidas no estudo de campo e, finalmente, na categoria "outros", além do contingente de pessoal ocupado que não se enquadrava em nenhuma das categorias utilizadas no Censo, foram incluídos, também, os agregados.

Outra observação importante a ser feita, referente à delimitação de categorias específicas de mão-de-obra na Médio Tocantins-Araguaia, é a de que se tornou difícil, por vezes, aí integrar todos os trabalhadores, tendo em vista não somente as diversidades de formas de inserção dos mesmos nas atividades produtivas, como, também, a participação simultânea dos mesmos em diferentes formas, concretas, de relações de trabalho. Assim, por exemplo, encontraram-se vaqueiros assalariados permanentes que, também, eram remunerados pelo sistema de "sorte", ou que, embora assalariados permanentes, tinham sua remuneração calculada pela produção, além de estarem obrigados a trabalhar no estabelecimento com sua família, se bem que eles fossem os únicos contratados; no caso dos trabalhadores temporários, registraram-se práticas simultâneas de atividades remuneradas pelo sistema de "sorte". Tendo em vista esta realidade, considerou-se, para efeitos de categorização, a definição do próprio entrevistado quanto à sua posição na ocupação.

A leitura dos gráficos 3 a 4 indica que, já na primeira metade da década de 70, as modificações ocorridas, na organização agrária da Microrregião, concorriam para que a composição da mão-de-obra rural se alterasse ligeiramente em relação aos períodos anteriores. Mesmo permanecendo relativamente estável, a participação do efetivo de assalariados permanentes, em torno de 9%, e a do trabalho familiar continuando a predominar de maneira ampla, observou-se que esta última categoria já apresentava, ao se comparar os dados de pessoal ocupado em 1970 com os de 1975, uma retração em favor dos empregados parceiros e dos assalariados temporários. Os trabalhadores em regime familiar passaram, no decorrer do período, de 83,5 para 75% do total do contingente de pessoal ocupado, enquanto que a dos parceiros aumentava de 1,5 para 6% e a dos temporários de 4 para mais de 8%. Em relação à categoria de pessoal ocupado, englobado como "outra condição", constatou-se um incremento relativo da sua participação, pois, de 0,5% em 1970, representava 1,5% em 1975.

A observação do gráfico 5 revela que no decorrer do quadriênio seguinte, com a intensificação da expansão do capital no setor agropecuário, algumas das alterações na composição da mão-de-obra, verificadas no quinquênio anterior, se desenvolveram de forma bem mais acentuada. A estrutura do contingente de pessoal ocupado na área pesquisada da Médio Tocantins-Araguaia, em 1979, indica um amplo predomínio de categorias de trabalhadores, determinadas a partir de relações de trabalho tipicamente capitalistas, quais sejam a dos assalariados temporários ou permanentes. Estas categorias que, em 1975, na Microrregião, tinham em conjunto uma participação inferior a 10%, em 1979, quando discriminadas, os empregados permanentes passaram a representar 21% e os empregados temporários 66% da mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos pesquisados. Tal incremento se deu, sobremaneira, em detrimento da categoria de responsáveis e membros não remunerados da família, que não atingiram 10% da força de trabalho integrada naqueles estabelecimentos. Quanto às demais categorias verificou-se que a participação de trabalhadores de "outra condição" permaneceu estável, enquanto que a dos parceiros apresentou um ligeiro declínio: em 1975 representavam 6% do contingente de pessoal ocupado na Microrregião; em 1979 tal participação, na área investigada, declinava para menos de 4% daquele total.

Uma visão mais detalhada das formas em que se concretizam as relações de produção na Médio Tocantins-Araguaia é fornecida através da leitura do gráfico 6, construído a partir de dados obtidos na observação direta. Foram identificados como responsáveis e membros não remunerados da família aqueles trabalhadores, posseiros e pequenos proprietários que, calcados no trabalho familiar, estão voltados, basicamente, para a produção e reprodução de suas condições de existência e as de sua família, e que não são, necessariamente, conduzidos por objetivos de lucro. Esta categoria de ocupação era empregada em mais de 80% dos estabelecimentos de menos de 500 hectares e, praticamente, inexistente nos de 20.000 hectares e mais, embora, em termos absolutos, se concentrasse nas unidades produtivas cujas áreas variavam de 500 a menos de 2.000 hectares e de 2.000 a menos de 20.000 hectares onde este efetivo representava, em termos relativos, 25,8 e 23,4%, respectivamente, do total dos responsáveis e membros não remunerados da família (Tabelas 27 e 28). Convém salientar que, com as novas necessidades surgidas da expansão do capital na área, que tende a integrar a região, de forma mais sistemática, aos mercados extra-regionais, as unidades de produção familiares vêem-se, também, na contingência de se vincularem cada vez mais às atividades mercantis. Assim, a maioria desses grupos familiares tende a apresentar, embora secundariamente, vínculos mercantis constituídos seja pela comercialização dos excedentes, que passa a ser fundamental para a aquisição de bens não produzidos nos seus estabelecimentos, seja pela freqüente associação de culturas de subsistência com produtos para mercado ²⁴.

Todavia, em muitos casos, tais vínculos com a economia mercantil são insuficientes para garantir até mesmo a reprodução simples de mercadorias. Nestas condições, objetivando à complementação das despesas, parte deste segmento de mão-de-obra, nos períodos de maior

²⁴ Lopes, Juarez Brandão. Do latifúndio à empresa (unidade e diversidade do capitalismo no campo). In: *Cadernos CEBRAP*.

TABELA 27

**DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM
CONTINGENTE DE MÃO-DE-OBRA, POR CLASSES DE ÁREA E
CONDIÇÃO DE EMPREGAR E NÃO EMPREGAR, SEGUNDO A
CATEGORIA DE PESSOAL OCUPADO — 1979**

CATEGORIA DO PESSOAL OCUPADO	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, POR CLASSES DE ÁREA (%)			
	Menos de 200 ha		200 — 500 ha	
	Emprega	Não emprega	Emprega	Não emprega
Pessoas da família.....	81,25	18,75	88,88	11,12
Pessoal administrativo.....	—	100,00	—	100,00
Operador de máquinas.....	—	100,00	3,70	96,30
Assalariado permanente.....	12,50	87,50	3,70	96,30
Peão				
Não alojado no estabelecimento.....	18,75	81,25	11,11	88,89
Alojado temporariamente no estabelecimento.....	50,00	50,00	51,81	48,15
Agregado.....	12,50	87,50	7,40	92,60
Parceiro.....	6,25	93,75	7,40	92,60
Pequenos proprietários e posseiros da vizinhança	37,50	65,50	37,03	62,97
Empreiteiro.....	—	100,00	3,70	96,30
Outros.....	—	100,00	—	100,00

CATEGORIA DO PESSOAL OCUPADO	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, POR CLASSES DE ÁREA (%)					
	500 — 2 000 ha		2 000 — 20 000 ha		20 000 ha e mais	
	Emprega	Não emprega	Emprega	Não emprega	Emprega	Não emprega
Pessoas da família.....	43,24	56,76	25,24	74,76	8,34	91,66
Pessoal administrativo.....	16,22	83,78	46,73	53,27	91,64	8,36
Operador de máquinas.....	8,10	91,90	36,45	63,55	66,67	33,33
Assalariado permanente.....	35,13	64,87	58,88	41,12	75,00	25,00
Peão						
Não alojado no estabelecimento.....	13,51	86,49	28,37	76,63	33,34	66,66
Alojado temporariamente no estabelecimento.....	56,75	43,25	52,34	47,66	41,67	58,33
Agregado.....	8,10	92,60	12,15	87,85	—	100,00
Parceiro.....	43,24	92,60	34,58	65,42	—	100,00
Pequenos proprietários e posseiros da vizinhança	32,43	62,97	18,70	81,30	8,34	91,66
Empreiteiro.....	8,10	96,30	34,58	65,42	16,67	83,33
Outros.....	—	100,00	0,94	99,06	—	100,00

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGED/DIRUR.

TABELA 28

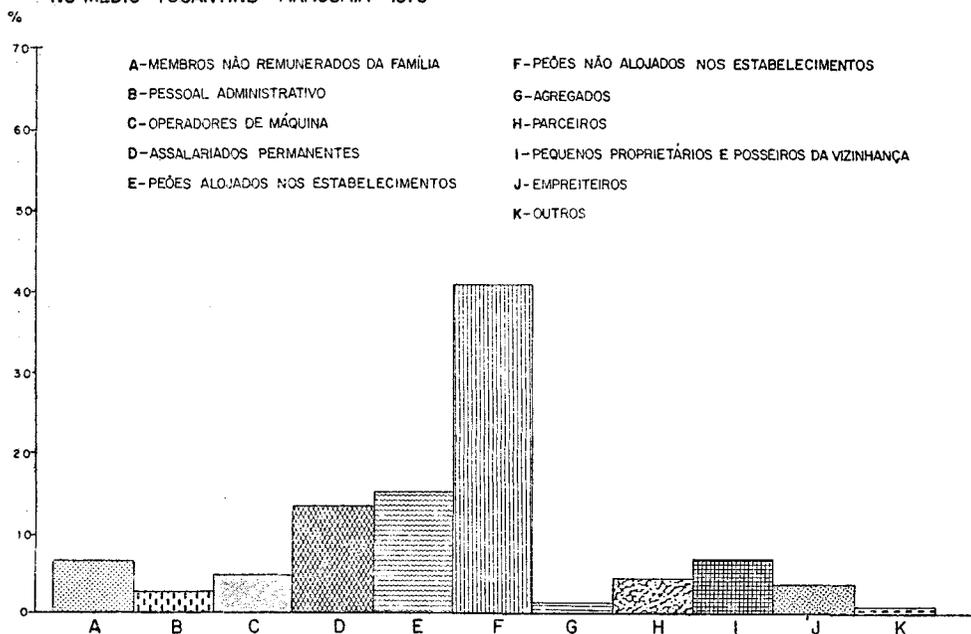
**DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM
CONTINGENTE DE MÃO-DE-OBRA, POR CLASSES DE ÁREA,
SEGUNDO A CATEGORIA DO PESSOAL OCUPADO — 1979**

CATEGORIA DO PESSOAL OCUPADO	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, POR CLASSES DE ÁREA			
	Menos de 200 ha		200 — 500 ha	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Pessoas da família.....	24	11,48	81	38,76
Pessoal administrativo.....	—	—	—	—
Operador de máquinas.....	—	—	2	1,32
Assalariado permanente.....	2	0,48	1	0,24
Peão				
Não alojado no estabelecimento.....	2	0,43	13	2,82
Alojado temporariamente no estabelecimento	25	2,02	42	3,40
Agregado.....	2	4,65	5	11,63
Parceiro.....	1	0,76	2	1,52
Pequenos proprietários e posseiros da vizinhança	17	8,10	25	11,90
Empreiteiro.....	—	—	3	2,52
Outras.....	—	—	—	—

CATEGORIA DO PESSOAL OCUPADO	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, POR CLASSES DE ÁREA					
	500 — 2 000 ha		2 000 — 20 000 ha		20 000 ha e mais	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Pessoas da família.....	54	25,84	49	23,44	1	0,48
Pessoal administrativo.....	6	7,50	57	71,25	17	21,25
Operador de máquinas.....	2	1,32	112	73,68	36	23,68
Assalariado permanente.....	20	4,80	253	60,67	141	33,81
Peão						
Não alojado no estabelecimento.....	38	8,24	366	79,39	42	9,11
Alojado temporariamente no estabelecimento	106	8,58	715	57,89	347	28,11
Agregado.....	7	16,28	29	67,44	—	—
Parceiro.....	36	27,27	93	70,45	—	—
Pequenos proprietários e posseiros da vizinhança	55	26,19	104	49,52	9	4,29
Empreiteiro.....	9	7,56	90	75,63	17	14,29
Outras.....	—	—	2	100,00	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEQ/OIRUR.

COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO
NO MÉDIO TOCANTINS - ARAGUAIA - 1979



Fonte: IBGE - DEGEIO - DIRUR - Pesquisa de campo - MRH Médio Tocantins - Araguaia - 1979

GRÁFICO 6

oferta de trabalho, emprega-se nos estabelecimentos vizinhos, comumente de grande dimensão. Nesta situação enquadram-se “os pequenos proprietários e posseiros da vizinhança” que, a partir das informações obtidas na pesquisa de campo, foram separados dos “responsáveis e membros não remunerados da família”, com o intuito de avaliar até que ponto estes grupos dependem do trabalho assalariado como forma alternativa de complementação da renda auferida na sua terra. Tendo em vista este objetivo, verificou-se que, embora fosse maior o percentual de estabelecimentos de menos de 500 hectares que recorriam a esta categoria de pessoal ocupado, em torno de 37%, o emprego em larga escala desse segmento de mão-de-obra ocorria nos estabelecimentos, de 500 a menos de 2.000 hectares, que absorviam 26,2% desse efetivo e, sobretudo, nas unidades produtivas de 2.000 a menos de 20.000 hectares, que utilizavam 49,5% destes trabalhadores.

Apesar desses produtores encontrarem-se atingidos por um processo de expropriação, tendo em vista que entre vários fatores, vêem-se na contingência de vender sua força de trabalho, e também porque os mecanismos de comercialização em vigor tendem a deprimir os preços pagos pelos excedentes da produção, a sua eliminação não tem-se dado de forma definitiva e completa. As formas de produção, baseadas no trabalho familiar, reproduzem-se na área mas, subordinadas ao setor mais avançado.

Em relação às outras categorias de trabalhadores não desvinculados dos meios de produção, foram identificados os chamados empregados parceiros e os agregados, que representavam, respectivamente,

em 1979, em torno de 4 e 1% do contingente de pessoal ocupado nos estabelecimentos investigados. O sistema de parceria não foi eliminado; ele foi, contudo, redefinido na área pelo capital, de tal maneira que passou a se constituir numa categoria de mão-de-obra, em grande medida, temporária.

De modo geral, ao lado do vaqueiro de "sorte" que subsiste ainda na Microrregião, e que é considerado parceiro, pois tem participação sobre o número de cabeças de gado nascidas no período de um ano nos estabelecimentos em que trabalha, figuram, ainda, parceiros contratados para utilizarem a terra durante um certo prazo, findo o qual são obrigados a devolvê-la com o pasto formado. Tal sistema comumente utilizado na Médio Tocantins-Araguaia para a formação de pastagens, faz com que grandes parcelas da população trabalhadora rural fiquem sujeitas a uma atividade temporária, que as obriga a se deslocarem, sempre, para terras disponíveis e a abandoná-las, novamente, após curto período de trabalho, para que sejam ocupadas pelo rebanho bovino. Esta categoria de pessoal ocupado está mais freqüentemente empregada nos estabelecimentos que variavam de 500 a menos de 2.000 hectares e de 2.000 a menos de 20.000 hectares. Cerca de 43% dos estabelecimentos de 500 a menos de 2.000 hectares empregavam 27,3% do total de parceiros, enquanto nos de 20.000 hectares e mais, 34,6% dos estabelecimentos utilizavam 70,4% desse contingente de mão-de-obra.

Diferentemente dos parceiros, os agregados não são contratados pelo proprietário da terra; ocupando parcela de terra do estabelecimento cedida como "favor" pelo proprietário, eles têm o direito de plantar para sua subsistência, desde que não realizem lavouras permanentes, uma vez que estas, em caso de litígio, lhes possibilitariam a exigência legal de uma possível indenização. Em troca desses direitos o agregado é obrigado a prestar uma gama de serviços que variam, desde os cuidados com o gado e os pastos, o desmatamento de novas áreas para as lavouras, o plantio, trato e colheita, até o desempenho de tarefas ocasionais como a construção e reparos de beifeitorias. No que se refere à remuneração, ela é variável tanto em função do acordo feito entre este trabalhador e o proprietário, como do tipo de tarefa que desempenha. O agregado pode ou não ser obrigado a ceder parte da produção obtida em sua lavoura de subsistência, pode ser remunerado em espécie pelos vários serviços que presta, ou, ainda, ser pago sob a forma de diárias ou mensalmente. É importante ressaltar que os agregados estão cada vez mais dependentes deste tipo de remuneração, pois, com a expansão das pastagens, há uma retração de sua área de plantio. O elemento básico que irá definir esta categoria de mão-de-obra é a relação de dependência pessoal muito forte com o empregador, a tal ponto que até sua esposa é obrigada a prestar serviços domésticos para o proprietário. Verificou-se que tal categoria de mão-de-obra é utilizada com regularidade em todas as categorias dimensionais de estabelecimentos, excetuando-se, apenas, os de 20.000 hectares e mais onde não foi encontrada; são, particularmente, os estabelecimentos de 2.000 a menos de 20.000 hectares que empregam 67,4% do total desta categoria, no conjunto da área pesquisada.

A necessidade de empregar um contingente de mão-de-obra mais especializado, em condições de executar tarefas relacionadas com a operação de máquinas e a administração dos estabelecimentos, tem levado a uma concentração desta categoria nos estabelecimentos onde é

maior a composição orgânica do capital. O número mais significativo de unidades produtivas que empregam pessoal administrativo são as de 20.000 hectares e mais — 91,6% — assim como operadores de máquinas — 66,7% — destaque-se, no entanto, que o maior número desses trabalhadores se encontra distribuído nos estabelecimentos de 2.000 a menos de 20.000 hectares, que empregam 71,2% do pessoal administrativo e 73,7% dos operadores de máquinas. Estes trabalhadores caracterizam-se como assalariados permanentes e, em sua grande maioria, residem nos estabelecimentos onde estão empregados. Apesar de assalariados, os operadores de máquinas distinguem-se do pessoal administrativo, tendo em vista que estes últimos têm, algumas vezes, direito a uma parcela de terra para plantio próprio ou mesmo participação sobre a produção do empreendimento agropecuário, sendo expressivo o número de administradores que tem sua remuneração calculada com base na produção obtida.

Identificou-se, também, dentro da categoria de empregados permanentes, um contingente de mão-de-obra pouco qualificado que, em face da crescente ocupação da terra pela pecuária, desempenha, sobretudo, a função de vaqueiros (mas que não são parceiros). Como a atividade criatória é mais significativa a partir dos estabelecimentos de áreas de 500 hectares e mais, verificou-se que a distribuição dessa categoria de trabalhadores se dá, justamente, nesses estratos. Assim, 35,1% dos estabelecimentos que variavam de 500 a menos de 2.000 hectares, 58,9% daqueles de área entre 2.000 e menos de 20.000 hectares e 75% dos que tinham 20.000 hectares e mais, utilizavam empregados “vaqueiros”. No que se refere à participação desta categoria de pessoal ocupado empregada nestes estabelecimentos, ela representava, respectivamente, 4,1, 60,7 e 33,8% do total de assalariados permanentes. Residindo nos estabelecimentos em que trabalham, em moradias cedidas, eles percebem sua remuneração mensal, orçada por tempo de serviço. O vaqueiro é obrigado a desenvolver suas atividades de modo a permanecer disponível na propriedade, pois sua jornada de trabalho se caracteriza por longos períodos de duração, embora seja realizada com uma certa intermitência. Desta forma, é imprescindível que os trabalhadores residam no estabelecimento o que, em certa medida, não implica em maiores custos para o proprietário, pois a pecuária demanda um número restrito de mão-de-obra.

É exatamente a “. . . diferença existente na agricultura entre tempo de produção e tempo de trabalho, onde o primeiro é obviamente maior que o último”²⁵ que irá particularizar as categorias dos empregados temporários “peões” (aí compreendidos os que se deslocam diariamente e os alojados temporariamente nos estabelecimentos) e os “empreiteiros”.

Em relação a estes últimos, verificou-se que eram utilizados por 34,6% dos estabelecimentos de 2.000 a menos de 20.000 hectares, que empregavam 75,6% do contingente pesquisado e por 16,7% das unidades produtivas de 20.000 hectares e mais, que absorviam 14,3% da categoria. O empreiteiro apresenta-se como elemento intermediador entre os proprietários e os assalariados temporários, os quais são contratados para a execução de determinadas tarefas em caráter tempo-

²⁵ Maluf, Renato S. Mercado de trabalho agrícola: emprego e salários, projeto de intercâmbio de pesquisa social em agricultura.

rários. Na Médio Tocantins-Araguaia a maioria desses empreiteiros tinha domicílio urbano, embora 30% residissem nos estabelecimentos em que trabalhavam. Sua remuneração, calculada segundo as tarefas realizadas é, muitas vezes, percebida sob a forma de diárias, embora não seja desprezível o número de empreiteiros que recebe mensalmente; algumas vezes, eles prelevam para si uma percentagem, em dinheiro, do montante destinado a pagar aos trabalhadores temporários recrutados.

O número total de empreiteiros que atuavam nesta Microrregião, em 1979, constituía uma parcela relativamente expressiva na estrutura da composição do contingente de pessoal ocupado. Tal situação denota a operacionalidade desta categoria, em face da reorganização do setor de atividade agropecuária, onde a relação de produção mediatizada pela figura do empreiteiro tem importância fundamental no processo de desenvolvimento dos empreendimentos agropecuários da área, que utilizam, cada vez mais, o trabalhador temporário.

A importância que assume, na região, o trabalho assalariado em caráter temporário, nos grandes estabelecimentos, pode ser verificada a partir dos dados seguintes: 88,5% dos peões que se deslocam diariamente para as empresas e 86% dos alojados temporariamente nos estabelecimentos estavam alocados nas unidades produtivas de mais de 2.000 hectares (Tabela 27); no que se refere ao número de estabelecimentos que empregavam esse contingente de mão-de-obra, constata-se que os primeiros são particularmente utilizados nas duas maiores categorias dimensionais. Quanto aos peões, alojados temporariamente nos estabelecimentos, as unidades produtivas que os empregam apresentam, percentualmente, idêntica distribuição em todas as classes de área.

Os empregados assalariados temporários (peões) são aqueles trabalhadores que, já totalmente dissociados dos meios de produção e dependendo, exclusivamente, da venda de sua força de trabalho, só conseguem inserir-se no sistema produtivo sazonalmente, em épocas de "picos" na demanda de mão-de-obra nos estabelecimentos. Em razão da grande oscilação da necessidade de força de trabalho no decorrer das várias etapas do processo de produção agrícola, os estabelecimentos agropecuários tendem a restringir, a um número mínimo, os seus empregados permanentes e a utilizar, nas atividades diárias, um número cada vez maior de empregados temporários. Com isso aumenta o total desse contingente de pessoal ocupado.

Tanto os peões alojados no estabelecimento durante o período em que realizam a tarefa, quanto os não alojados, percebem os salários em forma de diárias, calculadas com base na duração do tempo dos serviços por eles prestados ou pelas tarefas realizadas. O que irá diferenciá-los é o fato de que, parte desse contingente está obrigado a retornar diariamente para suas residências, enquanto que a maior parte permanece morando nos estabelecimentos durante o período para o qual foi contratada, ressaltando-se, porém, que a maioria destes últimos não dispõe de morada fixa.

Segundo grande parte das respostas dadas pelos produtores entrevistados, em torno de 46,7%, a utilização crescente desta categoria de mão-de-obra está relacionada ao fato dela corresponder às necessidades de produção, pois, o empregador dispõe de um contingente de mão-de-obra de baixo custo, nas épocas de maior demanda de força de trabalho. Por outro lado, parte dos produtores, em torno de 28%, declarou

preferir utilizar este segmento de mão-de-obra porque se vê livre das obrigações sociais, previstas por lei, uma vez que o trabalhador temporário segundo interpretações dadas ao texto legal, não tem caracterizada sua condição de empregado (Tabela 29). Embora estes produtores tenham declarado que o Estatuto do Trabalhador Rural foi o principal fator que os induziu à adoção da mão-de-obra temporária, em consequência da série de encargos trabalhistas que ele acarreta ao empregador, na verdade a sua promulgação parece não ser elemento determinante do fenômeno.

TABELA 29

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, POR MOTIVOS DA PREFERÊNCIA PELA MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1979

CLASSES DE ÁREA	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS			
	Absoluta	Relativa por motivos da preferência pela mão-de-obra temporária (%)		
		Menor custo	Ausência de encargos	Outros
TOTAL	199	46,73	28,64	37,18
Até 200 ha.....	16	50,00	25,00	43,75
200 — 500 ha.....	27	44,44	22,22	29,62
500 — 2 000 ha.....	37	51,35	35,13	45,94
2 000 ha e mais.....	119	45,37	28,57	35,29

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

O aumento desta categoria de pessoal ocupado na Médio Tocantins-Araguaia deve-se, sobretudo, à expansão do capital no setor agropecuário. Se o processo de produção capitalista é um processo de valorização do capital, para o empresário rural a forma ideal de relação de trabalho é a que melhor serve para maximizar seu lucro e, no caso concreto, as formas de trabalho assalariado, em caráter temporário, parecem atender mais a tal objetivo. Através do discurso dos produtores, quando falam dos motivos que os levaram a preferir mão-de-obra temporária, essa questão aparece de forma clara ou indireta. Nesse sentido aparecem expressões como: “o serviço não é constante”, “não há razões para manter empregado fixo, só na limpeza de pastos”, “falta serviço e o custo da alimentação é alto”, “a gente não tem condição de sustentar trabalhador com 8 ou 10 filhos, o que ele ganha não dá nem para comer, dá doença e o fazendeiro tem que assumir, quem deve sustentar gente com muito filho é o Governo”. Não é somente a sazonalidade do trabalho que justifica a adoção de empregados temporários, é o custo da mão-de-obra propriamente dito que vai determinar essa preferência. Se os salários pagos aos empregados permanentes são insuficientes para a reprodução do grupo familiar, as consequências daí

advindas, também, podem aumentar os encargos do empregador, daí expressões como: “o que ele ganha não dá para comer...; dá doença e o fazendeiro tem que assumir...”; segundo o ponto de vista lógico do empresário é, então, mais razoável utilizar outros meios menos custosos.

Por outro lado, os conflitos recentes pela posse da terra na região têm, também, levado os fazendeiros à desconfiança em relação à presença de empregados permanentes, os quais poderiam alegar possíveis direitos adquiridos sobre a terra trabalhada: “tenho medo de ser denunciado no INCRA”, ou porque “a partir de 1965, com a criação do INCRA, os empregados começaram a querer ser donos das terras onde trabalham, ele vai se acostumando e a lei do trabalho traz problemas”, “não posso ter empregado fixo, pois ele se considera dono e daí tenho concorrente”. Desta sorte, as relações sociais de produção configuradas no trabalho temporário são as que melhor atendem aos objetivos dos empresários agrícolas de valorizarem seu capital, mais eficientemente. Essa necessidade de valorizar cada vez mais o capital em detrimento do trabalho aparece, ainda, dissimulada por argumentos como: “o povo hoje está difícil de trabalhar”, “esse bicho é enrolado, é melhor ficar jogando com esse pessoal (peões), porque faz trabalho braçal e precisa de ajuda”, “o pessoal de fora é melhor, ninguém gosta de trabalhar de forma permanente, dá prejuízo, porque vão embora devendo”; “peões é invenção dos mineiros, em vez de quebrar a cabeça com dez, esquenta só com um” (gato). Torna-se então claro que, na necessidade de contar com um tipo de força de trabalho que seja o mais eficiente ao processo de reprodução do capital, prefere-se “peão” porque ele “faz trabalho braçal e precisa de ajuda”, enquanto o trabalhador permanente é, por vezes, anti-econômico — “esse bicho é enrolado”, “dá prejuízo”. Essas formas concretas sob as quais aparece o trabalho temporário na região, mediatizadas pela figura do intermediário (gato) constituem aí fenômeno recente — “é invenção dos mineiros” — sendo, ainda mais, um dos reflexos da penetração de empresários provenientes do Sudeste do País na Microrregião e que, correspondem melhor à racionalidade do produtor — “em vez de esquentar a cabeça com dez, esquenta só com um”.

De modo geral, as modificações operadas na estrutura da composição do contingente de pessoal ocupado na área decorreram de novas exigências de força de trabalho, devido ao processo de modernização das atividades agropecuárias, pautadas por uma organização da produção onde sistemas de cultivo e de criação se tornaram viáveis, entre outros fatores, pela integração de mão-de-obra que se adaptasse à nova realidade. A disponibilidade de excedentes populacionais liberados corresponde, então, às novas exigências da natureza da demanda de força de trabalho.

Em linhas gerais, as constatações até então expostas permitem confirmar a hipótese inicial de trabalho. Ficou evidente que, simultaneamente às modificações ocorridas na organização agrária, deram-se alterações nas relações de trabalho, com o aumento da mão-de-obra assalariada, sobretudo da temporária e, ao mesmo tempo, reproduziram-se outras formas de inserção da força de trabalho no sistema produtivo. Em termos concretos, as formas de trabalho assalariado, e com relevância o trabalho temporário, apresentaram substancial incremento de 1975 para 1979, vindo a consolidar a tendência já esboçada no quinquênio 1970-75.

No entanto, o aumento das categorias “empregados parceiros” e “de outra condição”, verificado de 1970 para 1975, não se confirmou no quadriênio seguinte, quando esta última permaneceu estável e a primeira acusou um ligeiro declínio, embora sua participação no processo produtivo mantivesse significativa importância em relação às demais categorias. Nesse sentido, a outra hipótese de trabalho segundo a qual acreditava-se que a expansão das formas de produção capitalista não tem implicado na eliminação completa das formas de produção não capitalista, o que levou à suposição de que, na Microrregião teria havido a reprodução, não somente da pequena produção familiar como, também, da parceria e do pequeno arrendamento foi, parcialmente, confirmada. De fato, com exceção do pequeno arrendamento que não aumentou na área pesquisada, tendo em vista que, por vezes, é mais rentável a exploração direta da terra, as demais formas não capitalistas de relações de trabalho se mantiveram, se bem que redefinidas e articuladas pelo setor de produção dominante.

Assim, embora os “empregados parceiros” e, sobretudo, os “responsáveis e membros não remunerados da família” tenham apresentado uma redução de seu efetivo em 1979, e apesar de destituídos de autonomia e sujeitos a mecanismos de trocas desiguais, não só se mantiveram como, também, têm ainda papel importante no desenvolvimento do processo de produção capitalista, sejam como redutos de mão-de-obra, sejam como produtores de mercadorias de baixo custo.

Em conclusão, o processo de desenvolvimento do setor agropecuário da Médio Tocantins-Araguaia não foi, tendencialmente, homogeneizador no sentido de submeter, todo o contingente de mão-de-obra, às relações de produção, tipicamente capitalista. Tal processo se caracterizou, antes, pela redefinição de diferentes formas de produção, preexistentes na área, através das quais o capital subordinou grande parte da força de trabalho disponível na Microrregião, dando origem a uma crescente massa de trabalhadores com vínculos cada vez mais tênues com a terra. Paralelamente às formas de ocupação precária da terra, aumentou a proporção dos trabalhadores rurais que necessitam viver somente, ou em maior intensidade que antes, do assalariamento. No entanto, o capital, no seu processo de valorização não conseguiu absorver toda a massa de trabalhadores liberados. As formas de sobrevivência, sob as quais se abrigam segmentos dessa classe não mais desejada como força de trabalho vão variar, segundo as circunstâncias; parte deles não tem outra alternativa senão migrar, outra se refugia no próprio setor dominante, que cria modalidade de emprego, de caráter pouco estável.

Como ficou constatado, o desenvolvimento do processo produtivo agropecuário na Médio Tocantins-Araguaia não esconde seu caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que se expande a produção e a região vem sendo integrada ao mercado, acentua-se o processo de negação do trabalho assalariado em suas formas típicas, ou seja, a ampliação do setor produtivo se dá paralelamente à incorporação instável da mão-de-obra. Essa questão é fundamental para o avanço da discussão sobre grupos marginais. Para isso, passa-se à análise mais detalhada das características dos diferentes grupos de trabalhadores identificados nos estabelecimentos pesquisados, o que vai permitir uma visão mais ampla do problema.

3 — O TRABALHADOR RURAL NA MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

A análise dos dados secundários e primários, realizada na primeira parte deste estudo, mostrou que, segundo as formas de organização da produção agrícola prevalentes na área, concretizam-se relações de trabalho bastante diversificadas. A medida em que aquelas se modificam, alteram-se, também, estas últimas, tendo em vista que o modo como se expande o capital, com seus reflexos na geração ou destruição das oportunidades de trabalho, é que tem conformado a estrutura ocupacional, do setor rural, da Microrregião. Nesse processo de redefinição das relações sociais de produção acentua-se a instabilidade das relações de trabalho do contingente de trabalhadores diretos, e que se concretiza, tal qual foi observado, na presença de um conjunto de um efetivo de mão-de-obra de características extremamente heterogêneas.

A partir desta evidência e tendo em conta os objetivos da investigação, elegeu-se como objeto de estudo específico um grupo de trabalhadores inseridos nas atividades produtivas dos estabelecimentos pesquisados, com o intuito de complementar as informações obtidas através das entrevistas realizadas, junto aos responsáveis por aquelas unidades produtivas. Foram selecionados, em cada estabelecimento, trabalhadores segundo sua categoria de ocupação, de sorte que se pudesse obter um subconjunto do total de mão-de-obra ali utilizada que representasse as inúmeras relações de trabalho vigentes, na área pesquisada. Esse procedimento permitiu uma caracterização mais detalhada dessa mão-de-obra e, através da análise das suas condições de existência e de reprodução das relações de trabalho, pôde-se estabelecer um confronto entre as categorias de trabalhadores identificadas no campo. Nesse sentido tomou-se como ponto básico da análise, a comparação entre as categorias de trabalhadores integrados nas relações sociais de produção capitalistas típicas e as não capitalistas e, partindo do modo sob o qual participam da divisão social do trabalho, confrontaram-se determinadas características sócio-econômicas dos mesmos, com o intuito de averiguar se, das diferenciações constatadas, poder-se-iam identificar grupos marginais e não marginais.

Partindo-se desses princípios, o total da população que compunha a amostra de trabalhadores foi distribuído, segundo as diferentes posições na ocupação que os mesmos detinham. Assim, o objeto de estudo foi constituído de empregados permanentes, que representavam cerca de 40% da população entrevistada, e de empregados temporários (peões), numa proporção de 34,3%, onde estavam incluídos tanto os que residiam temporariamente nos estabelecimentos, durante o período para o qual eram contratados, como os que não utilizavam alojamento do patrão. Com essas duas categorias, empregados permanentes e temporários (peões), obteve-se o subgrupo de trabalhadores livres, cujas relações de trabalho se definiam como capitalistas. Além desses, integravam a amostra aqueles trabalhadores não desvinculados dos meios de produção, ou seja, parceiros empregados — 11,5% —, pequenos proprietários e posseiros que se assalariavam, temporariamente, nos estabelecimentos pesquisados — 7,1% —, os agregados, em torno de 6% e trabalhadores de outra condição — 0,6%.

Os resultados finais da pesquisa junto a essa população foram agrupados, para efeito de análise, em três partes assim especificadas: a

primeira refere-se à questão dos antecedentes à condição de ocupação atual dos trabalhadores, onde são abordados, também, problemas relativos à mobilidade espacial e a maneira como estão inseridos no sistema de produção na Médio Tocantins-Araguaia; a segunda diz respeito às características gerais dos trabalhadores, sobretudo, no que concerne aos aspectos sócio-demográficos e, finalmente, na última parte são consideradas as condições concretas de existência dos mesmos. Ao longo da análise procedeu-se à comparação entre as referidas categorias de mão-de-obra onde, a partir das especificidades que definem cada uma delas, buscou-se a identificação de grupos que corresponderiam aos chamados marginais e não marginais.

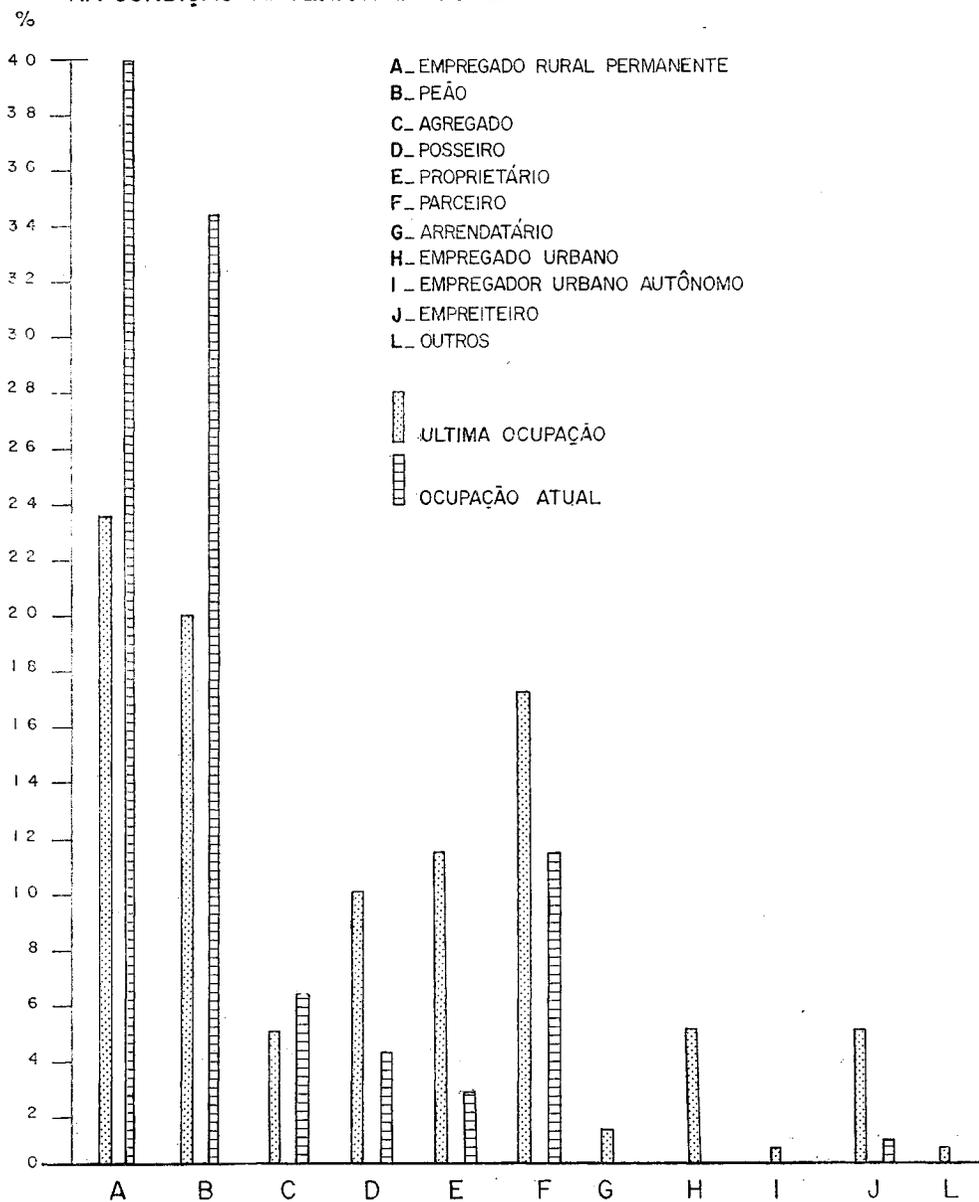
3.1 — Antecedentes à condição atual de ocupação e a questão da estabilidade

A confrontação de alguns dados, verificados para o conjunto dos trabalhadores, frente ao quadro teórico proposto, no que diz respeito à conceituação dos grupos marginais sugere algumas observações importantes. Relevava-se, inicialmente, a necessidade de se construir o conceito de marginalidade, a partir das formas de inserção, das populações marginais na divisão social do trabalho, das suas especificidades e diferenças em relação aos trabalhadores assalariados permanentes, integrados no setor tipicamente capitalista; nesse sentido as especificidades que delimitariam o campo da marginalidade estariam estruturadas, sobretudo, em torno do caráter instável ou irregular que define a condição de inserção dos grupos marginais no processo produtivo. Do lado oposto, encontrar-se-iam os trabalhadores não marginais que desempenham atividades produtivas sob outras condições, tendo em vista o caráter mais regular de sua participação nessas atividades. O problema da estabilidade ou da regularidade na condição de participação do trabalhador no sistema de produção aparece, então, como marco diferencial dos marginais e não marginais; na análise do caso concreto dos trabalhadores da Médio Tocantins-Araguaia foram tomadas como referência algumas questões, a partir das quais se poderiam avaliar essas possíveis especificidades. Em outras palavras, considerou-se não somente a condição anterior de ocupação dos trabalhadores, a fim de verificar o que representou a mobilidade para a atual situação, como também aspectos concernentes às condições de garantia de permanência no trabalho representadas, sobretudo, pela legislação trabalhista em vigor.

A história ocupacional desses trabalhadores está marcada por sucessivas tentativas que visavam à consecução de uma situação econômica mais estável, o que pode ser verificado tanto pelas várias formas de ocupação a que estiveram ligados, como pelos contínuos deslocamentos espaciais realizados. Analisando-se, em primeiro lugar, as categorias de ocupação a que pertenciam antes da migração para o local atual, observou-se que a grande proporção dos trabalhadores entrevistados — 43,6% — integravam as classes assalariadas, seja na classe de empregados permanentes — 23,6% — ou na de temporários (peões) — 20% —. Os outros faziam parte dos segmentos da classe trabalhadora não totalmente desvinculada dos meios de produção, assim discriminados, segundo as categorias de ocupação: os proprietários e posseiros perfaziam o total de 11,5 e 10%, respectivamente; os par-

ceiros representados por um percentual de 17,1%, enquanto que os agregados tinham participação de apenas 5% e os de outra condição na qual os espreiteiros representavam 5% e os arrendatários apenas 1,4%; ressaltando-se, ainda, os que exerciam atividades urbanas, em torno de 5,7% (Gráfico 7).

PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO
NA CONDIÇÃO ANTERIOR E ATUAL



Fonte: IBGE - DEGEÓ - DIRUR - Pesquisa de campo - Médio Tocantins - Araguaia - 1979

GRÁFICO 7

Certos aspectos referentes a esta última relação de trabalho, antes da migração para o local de residência atual, servem para mostrar que foi a própria situação anterior que criou condições para que se efetivasse a expulsão dessa população. Além disso, quando se comparam as duas condições de ocupação — anterior e atual — fica evidente que a mobilidade horizontal não significou, necessariamente, mobilidade social para a maioria dela; aliás, a situação precedente dos trabalhadores teve grande peso como condicionante da atual, conforme será visto adiante.

Tomando-se os dados referentes às condições concretas de inserção nas atividades produtivas das categorias de trabalhadores agrícolas mais representativos na condição anterior (são excluídos da análise os trabalhadores, antigos arrendatários, por serem pouco significativos, assim como os que exerciam atividades no setor urbano), verificou-se que tanto os empregados permanentes quanto os temporários (peões) trabalhavam em estabelecimentos de grande área, cuja finalidade da produção era, essencialmente, de caráter comercial (Tabela 30). Tratando-se de segmentos da classe expropriada, a comparação entre a relação de trabalho dos assalariados permanentes e a dos temporários (peões), nesses estabelecimentos, vai apontar poucas diferenciações entre eles. Tanto assim é que, o único dado que mostrou sua diferenciação é o da viabilidade do cultivo de um pedaço de terra, por conta própria, que era praticado por cerca de 27% dos empregados permanentes, enquanto os demais — permanentes e todos os temporários (peões) — não contando com essa alternativa de complementação da renda-salário dependiam, exclusivamente, da venda da força de trabalho. Em relação ao tempo de permanência no último local de moradia, os dados revelaram características mais ou menos semelhantes para os dois grupos, ou seja, cerca de 81% dos empregados permanentes e 82% dos temporários (peões) aí residiram durante menos de cinco anos, sendo que 45% dos primeiros e 51% dos últimos declararam período de menos de dois anos. Se a curta permanência parece funcionar como elemento homogeneizador dos dois grupos de trabalhadores é, no entanto, evidente que a relação de trabalho, na qual se insere o empregado temporário (peão), é marcada pelo caráter descontínuo do emprego, na medida em que ele não consegue vender sua força de trabalho, durante todo o ano. Mesmo que empregados permanentes e temporários tenham permanecido por curto período de tempo no local, anterior à migração, supõe-se que a relativa estabilidade da qual gozavam os primeiros como assalariados permanentes, os colocava em condição um pouco mais favorável, tendo em vista que não são atingidos pelo problema da descontinuidade do trabalho, como no caso dos empregados peões.

Em relação à ocupação exercida como trabalhadores não separados dos meios de produção, a presença daqueles que tiveram a parceria como última relação de trabalho no campo, tem o mesmo nível de importância, em termos numéricos, que a dos proprietários e posseiros. A partir dos dados relativos à área dos estabelecimentos que exploravam a mão-de-obra utilizada ao destino da produção e ao tempo de permanência, constatou-se, também, a inexistência de variações substanciais entre essas categorias. Assim, apesar de que os parceiros estivessem utilizando terras de estabelecimentos maiores que aqueles em posse dos proprietários e posseiros — a área dos estabelecimentos explorados por aqueles variavam de 100 a menos de 500 hectares,

TABELA 30

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, DESTINO DA PRODUÇÃO, TEMPO DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, LAVOURA COM CULTURA PRÓPRIA E MÃO-DE-OBRA UTILIZADA, SEGUNDO SUA ÚLTIMA OCUPAÇÃO NA MICRORREGIÃO MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA — 1979

ÚLTIMA OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES	TRABALHADORES (absoluto)	PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES (%)							
		Área dos estabelecimentos					Destino da produção		
		Mais de 20	20 — 50	50 — 100	100 — 500	500 e mais	Consumo	Vendas	Consumo e vendas
TOTAL	140	10,83	8,33	20,00	28,33	32,50	29,17	35,83	35,00
Proprietário e posseiro.....	25	32,00	20,00	28,00	20,00	—	60,00	—	40,00
Parceiro.....	25	—	4,00	24,00	56,00	16,00	24,00	44,00	32,00
Agregado.....	8	12,50	12,50	12,50	—	62,50	62,50	—	37,50
Empregado permanente.....	33	12,12	3,03	9,09	30,30	45,45	6,06	60,61	33,33
Empregado temporário (peão).....	29	—	6,90	24,14	17,24	51,72	24,24	41,38	34,48
Outra condição (1).....	20	—	—	—	—	—	—	—	—

ÚLTIMA OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES	PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES (%)							
	Tempo de ocupação em anos				Lavoura com cultura própria		Mão-de-obra utilizada	
	Menos de 2	2 — 5	5 — 10	10 e mais	Sim	Não	Familiar	Empregado
TOTAL	33,33	28,33	17,50	20,83	52,50	47,50	55,00	4,17
Proprietário e posseiro.....	4,00	16,00	28,00	52,00	100,00	—	92,00	8,00
Parceiro.....	32,00	35,00	20,00	12,00	72,00	28,00	88,00	12,00
Agregado.....	12,50	—	50,00	37,50	87,50	12,50	100,00	—
Empregado permanente.....	45,45	36,36	12,12	6,06	27,27	73,73	27,27	73,73
Empregado temporário (peão).....	51,72	31,03	3,45	13,79	13,79	86,21	13,79	86,21
Outra condição (1).....	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

(1) Inclusive trabalhadores urbanos.

enquanto a dos estabelecimentos dos proprietários e posseiros era de menos de 100 hectares — em termos de área efetiva explorada não havia diferenciações entre os mesmos. As condições de produção eram igualmente similares; cultivavam produtos para a subsistência — principalmente arroz, feijão, milho e mandioca — e comercializavam pequena parte do excedente. A grande maioria dos produtores não utilizava mão-de-obra assalariada, mas contava, apenas, com a sua própria força de trabalho e de sua família na realização da produção. Em relação ao tempo em que permaneceram nessa última ocupação, no entanto, apesar de que os parceiros tivessem estado por mais tempo no local que os trabalhadores assalariados, o mesmo não ocorreu quando são comparados com os proprietários e posseiros. Enquanto que a maioria destes últimos — 52% — permaneceu mais de dez anos no último estabelecimento, apenas 32% dos parceiros acusaram permanência de cinco anos e mais; ficou evidente a relativa estabilidade dos proprietários e posseiros em relação aos parceiros quando se constatou,

também, que cerca de 80% daqueles estiveram no último estabelecimento por um período de cinco anos e mais.

Se tanto proprietários e posseiros como os parceiros desenvolviam atividades produtivas como camponeses, onde o objetivo primordial de seu trabalho era a reprodução da unidade familiar de produção, a relação de trabalho baseada na parceria vai ser marcada por características diversas daquela baseada na propriedade ou ocupação da terra. Os vínculos que se estabelecem entre parceiros e proprietários fundiários que compelem os primeiros a dividir com estes últimos a produção obtida para pagar o direito de uso da terra, fazem com que sua condição se torne mais vulnerável que a dos proprietários e posseiros, uma vez que, comumente dependendo da forma de contrato e dos recursos disponíveis, a parcela da produção que lhes é destinada não corresponde às necessidades básicas de sua reprodução e da família.

Finalmente, a categoria de trabalhadores identificada na última ocupação como agregados também se define pelo caráter vulnerável de sua condição, tendo em vista os laços de dependência que os atrelam ao proprietário da terra. Todos os agregados entrevistados, se bem que residissem em grandes estabelecimentos — de áreas superiores a 500 hectares — faziam sua própria roça de pequena extensão, destinada quase que exclusivamente à subsistência, daí serem poucos os que chegavam a um excedente que pudesse ser comercializado. A mão-de-obra utilizada nesse empreendimento era a familiar, mas a esta faina se ajuntam as tarefas executadas para o proprietário como forma de retribuição pelo “favor” concedido para permanecer no estabelecimento. O período de duração desta estada foi também mais longo que o dos assalariados, pois todos dali saíram após cinco anos de permanência.

Vistas estas características da última ocupação da população entrevistada, coloca-se, a seguir, outra questão: a de saber quais as razões que levaram este contingente da força de trabalho a sair do local onde vivia e a buscar outras possibilidades de ganhar a vida. Em linhas gerais, as transformações operadas na organização da produção agrícola interferem sobre as oportunidades ocupacionais, determinando, portanto, os deslocamentos espaciais da força de trabalho. Nesse sentido, vale relembrar que, quando o capital penetra e se expande no setor agrícola, ele rebate não somente o contingente de mão-de-obra menos qualificado como, também, mobiliza outros segmentos da classe trabalhadora. Conseqüentemente, a evidência mais clara é o quadro de sucessivas migrações da força de trabalho que, sob diversas formas de ocupação, tenta manter-se no setor agrícola, seja na condição de pequeno produtor — proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário — ou na de trabalhador desvinculado das formas de ocupação mais estáveis.

Segundo o que foi visto na primeira parte deste estudo, a Médio Tocantins-Araguaia vem passando por um processo de transformação na organização da produção, o que tem condicionado os movimentos espaciais da força de trabalho na área. Considerando-se, inicialmente, dentre as informações que pudessem explicar o problema da migração para o local atual, os dados concernentes à região de procedência dos trabalhadores investigados, verificou-se que a maioria deles já não residia no lugar de nascimento quando realizou o deslocamento para a atual residência (Tabela 31). Se, apenas, 39,3% dessa população nasceram nas proximidades do lugar em que se encontram nos dias

atuais, ou seja, no norte de Goiás, no momento da última migração cerca de 90% dela já estava fixada nesta região, somente 3,6% vieram diretamente do sul do Estado de Goiás, de Minas Gerais e do Maranhão, enquanto 6,4% formavam o pequeno número de trabalhadores que nunca haviam migrado (Tabela 32). Acrescente-se, ainda, que, do total de trabalhadores entrevistados, grande parte — 60,7% — não nasceu no Estado de Goiás, mas em outros Estados da Federação — 20% são nascidos no Maranhão, 10% no Piauí, 8,5% em Minas Gerais e 17,86% em outros Estados, principalmente do Nordeste — Bahia, Pernambuco e Ceará.

TABELA 31

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR LUGAR DE PROCEDÊNCIA, SEGUNDO A OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS					
	Total		Lugar de procedência			
	Absoluto	Relativo (%)	Norte de Goiás		Sul de Goiás	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	140	100,00	126	90,00	3	2,14
Empregado temporário (peão)....	48	100,00	43	89,58	2	4,17
Agregado.....	9	100,00	9	100,00	—	—
Parceiro.....	16	100,00	14	87,50	—	—
Proprietário e posseiro.....	10	100,00	9	90,00	—	—
Empregado permanente.....	56	100,00	50	89,28	1	1,79
Outra.....	1	100,00	1	100,00	—	—

OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS					
	Lugar de procedência					
	Minas Gerais		Maranhão		Não migrou	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	1	0,71	1	0,71	9	6,44
Empregado temporário (peão)....	—	—	1	2,08	2	4,17
Agregado.....	—	—	—	—	—	—
Parceiro.....	—	—	—	—	2	12,50
Proprietário e posseiro.....	—	—	—	—	1	10,00
Empregado permanente.....	1	1,79	—	—	4	7,14
Outra.....	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

TABELA 32

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR LUGAR DE NASCIMENTO, SEGUNDO A OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS							
	Total		Lugar de nascimento					
	Abso- luto	Rela- tivo (%)	Norte de Goiás		Sul de Goiás		São Paulo	
			Abso- luto	Rela- tivo (%)	Abso- luto	Rela- tivo (%)	Abso- luto	Rela- tivo (%)
TOTAL	140	100,00	55	39,29	5	3,57	1	0,71
Empregado temporário (peão).....	48	100,00	20	41,67	—	—	1	2,08
Agregado.....	9	100,00	3	33,33	—	—	—	—
Parceiro.....	16	100,00	12	75,00	—	—	—	—
Proprietário e posseiro.....	10	100,00	3	30,00	2	20,00	—	—
Empregado permanente.....	56	100,00	17	30,36	3	5,36	—	—
Outra.....	1	100,00	—	—	—	—	—	—

OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS							
	Lugar de nascimento							
	Minas Gerais		Maranhão		Piauí		Outros	
	Abso- luto	Rela- tivo (%)	Abso- luto	Rela- tivo (%)	Abso- luto	Rela- tivo (%)	Abso- luto	Rela- tivo (%)
TOTAL	12	8,57	28	20,00	14	10,00	25	17,86
Empregado temporário (peão).....	2	4,17	11	22,91	6	12,50	8	16,67
Agregado.....	1	11,11	3	33,33	1	11,11	1	11,11
Parceiro.....	—	—	2	12,50	—	—	2	12,50
Proprietário e posseiro.....	—	—	2	20,00	2	20,00	1	10,00
Empregado permanente.....	8	14,29	10	17,86	5	8,93	13	23,20
Outra.....	1	100,00	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGE0/DIRUR.

A mobilidade horizontal marca, pois, a trajetória de vida desses trabalhadores. O grupo proveniente dos Estados nordestinos, onde a saturação das possibilidades da agricultura familiar se acentua, integra a corrente migratória que se dirige para a Amazônia Oriental, e se instala na área do Tocantins-Araguaia. Os que procedem do sul de Goiás e de Minas Gerais fazem parte do contingente que vem sendo expulso das áreas onde o processo de acumulação já atingiu estágio mais avançado. De modo geral, o capital se expandindo expulsa, mas não proletariza a todos os trabalhadores; estrangulados economicamente, parte dessa força de trabalho excedente tenta reconquistar a autonomia do trabalho, sobretudo dirigindo-se para outras áreas. No caso da área em estudo, na qual se concentram grandes fazendas, sobretudo para o desenvolvimento da atividade pecuária, e, também, de conflitos pela posse da terra (como foi visto na Médio Tocantins-

Araguaia, além da chegada freqüente de fazendeiros provenientes do sul de Goiás, de São Paulo, Minas Gerais, etc., é também significativo o número de posseiros desde muito ali fixados), nada leva a crer que a chegada de novos contingentes da força de trabalho que para lá se dirigiram teriam grandes possibilidade para uma conquista de estabilidade. No que se refere aos trabalhadores entrevistados, se 90% já se encontravam no norte de Goiás antes da última migração, foram, uma vez mais, compelidos a se deslocarem no interior, mesmo, da região, sempre em busca de um modo mais estável de participação no sistema de produção agrícola. Antes de averiguar o que significou, concretamente, para os referidos trabalhadores, este último deslocamento, é importante considerar, ainda, outros fatores que dizem respeito aos movimentos espaciais que antecederam a sua chegada ao Médio Tocantins-Araguaia.

A análise do processo de mobilidade horizontal que, ao longo do tempo, marcou a história de vida desses trabalhadores antes de sua integração na condição atual de ocupação revela que, de modo geral, foi antes de tudo a forma de inserção instável, nas atividades produtivas, a característica comum aos mesmos, independentemente da posição na ocupação que detinham. Assim, considerando o número de migrações operadas, verificou-se, por exemplo, que 93,6% dos trabalhadores já haviam migrado anteriormente e apenas 6,4% eram do próprio local e dali nunca saíram. Se toma-se em conta o número de vezes que realizaram esses deslocamentos espaciais, constata-se que, enquanto 37% dos mesmos realizaram apenas uma migração, 63% o fizeram duas ou mais vezes e, destes, 33% mais de três migrações. No entanto, quando se considera, de forma discriminada, as diferentes categorias de ocupação às quais pertenciam, segundo o número de vezes que migraram, a tabela seguinte (Tabela 33) mostra algumas diferenciações entre elas.

TABELA 33

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR NÚMERO DE MIGRAÇÕES EFETUADAS, SEGUNDO A POSIÇÃO ANTERIOR NA OCUPAÇÃO — 1979

POSIÇÃO ANTERIOR NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS, POR NÚMERO DE MIGRAÇÕES (%)		
	Uma vez	Duas ou mais vezes	Três ou mais vezes
Pequeno proprietário e posseiro.....	58,4	41,6	12,5
Parceiro.....	40,0	60,0	16,0
Agregado.....	33,3	66,7	33,3
Empregado permanente.....	37,5	62,5	37,0
Empregado temporário (peão).....	21,0	79,0	55,0

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Os percentuais referentes ao número de migrações efetivadas revelam que são principalmente os trabalhadores assalariados livres que migraram com mais freqüência e, nesse grupo, os peões (empregados temporários) estão em primeiro lugar. Constata-se que, na coluna de

uma única migração, os percentuais mais altos se referem aos trabalhadores vinculados aos meios de produção, pequenos proprietários e posseiros — 58,4% —, vindo a seguir os parceiros — 40% —, descem no caso dos empregados permanentes — 37,5% — e agregados — 33,3% — e atingindo o nível mais baixo com os empregados temporários (peões) — 21% —; no entanto, nas colunas referentes aos percentuais de duas ou mais migrações, essa ordem se inverte: enquanto que 41,6% dos pequenos proprietários e posseiros migraram duas ou mais vezes, e destes apenas 12,5% três ou mais vezes, quando se trata dos parceiros, agregados e empregados os percentuais sobem consideravelmente, sobretudo no caso dos empregados temporários (peões); 60% dos parceiros, 62,5% dos empregados permanentes, 66,7% dos agregados e 79% dos empregados temporários (peões) migraram duas ou mais vezes; no caso desses últimos, cerca de 55% migraram três ou mais vezes, vindo a seguir, em ordem decrescente, os empregados permanentes, em torno de 37%, além de 33,3% dos agregados e dos parceiros com participação relativa de 16%.

Considerando que a migração é, de modo geral, determinada por fatores de ordem econômica, os deslocamentos espaciais de frações da classe trabalhadora representam sempre a busca de novas possibilidades de emprego, de melhores condições sócio-econômicas. Ou, em outros termos, a decisão de migrar está relacionada às condições nas quais esses grupos estavam inseridos, nas atividades produtivas, na situação anterior à migração. Em consequência, os grupos que migram mais vezes são aqueles que mais freqüentemente não conseguem concretizar as aspirações de melhoria de sua situação econômica. Nesse sentido, a intensidade dos movimentos migratórios está relacionada às condições instáveis de participação dos trabalhadores no processo de produção e, no caso concreto ora analisado, as diferenciações verificadas apontam certas categorias de trabalhadores mais diretamente envolvidos pela inserção instável nas atividades econômicas.

Embora os trabalhadores, na sua quase totalidade, já tivessem migrado antes de se estabelecerem no local atual de residência, o processo de inserção instável é mais acentuado no caso dos trabalhadores livres e, dentre estes, a incidência maior dá-se entre os assalariados temporários (peões). A partir deste ponto aparece um primeiro problema, tendo em vista a colocação teórica anterior, que ressalta a questão da estabilidade de situação de trabalho, como fator básico, para diferenciar os marginais dos não marginais. Ao que tudo indica, se os trabalhadores integrados de forma estável no setor capitalista — no caso, os empregados permanentes — fazem parte dos grupos não marginais, os dados observados contrariam esta afirmação quando se parte do pressuposto de que a intensidade dos movimentos migratórios serve como indicador de estabilidade ou de instabilidade no trabalho. Como foi visto, são justamente os trabalhadores inseridos nas formas de produção não capitalista os que migraram menos vezes em relação aos outros trabalhadores. Em síntese, as informações referentes aos movimentos espaciais dessa população mostraram que a maioria dela se mantém, ainda, no campo, às custas de sucessivas migrações, o que confere, sobretudo à relação de trabalho baseada no assalariamento, um caráter de instabilidade ainda mais acentuado que àquelas onde o trabalhador não está totalmente desvinculado dos meios de produção.

Para melhor compreensão desse problema, nada mais oportuno que a própria palavra do trabalhador entrevistado, que deixa

entrever, no seu discurso, os elementos fundamentais do processo de seu estrangulamento econômico que o obrigou a migrar. Assim, as informações referentes aos motivos pelos quais eles abandonaram a última ocupação e decidiram migrar para a Médio Tocantins-Araguaia revelam que é a questão econômica o determinante principal da saída para a maioria deles, independentemente da posição na ocupação que detinham. As expressões mais comuns que aparecem, no seu discurso, não escondem que as precárias condições nas quais se encontravam centralizaram as motivações de sair. Vir para “miorá de vida”, “arrumar um meio de profissão”, “caçá miora”, “acabou o sirviço na fazenda”, são expressões presentes no discurso de acerca de 64% dos peões; as motivações da maioria dos empregados permanentes — 67,8% — são também semelhantes, pois eles falam que “onde tava, as condição não era boa”, “a pricisão apertou”, “vim caçá miora”, havia “falta de recurso”. Em relação aos trabalhadores vinculados aos meios de produção, a questão é mais ou menos a mesma, sendo sempre a situação econômica, pouco satisfatória, que aparece no seu discurso quando falam da migração para a Médio Tocantins-Araguaia. Segundo 44% dos parceiros e agregados, é a “vontade de ganhar mais”, de “arranjar um lugar mais fácil”, de vir “prá miorá”, enquanto os pequenos proprietários e posseiros — 62,2% — atribuem, sobretudo à falta de condições para explorar, de modo conveniente, suas terras, o fator determinante da saída: “nóis era fraco de situação”, “foi o aperto de situação, o mato foi acabano”, a “falta de condição de manter a terra”.

O restante dos trabalhadores, livres ou não, que não colocaram diretamente a condição econômica como elemento básico, na tomada de decisão de sair, referiram-se às influências da família, de parentes e amigos ou do patrão, daí uma rede informal de comunicação, constituída por tais pessoas, que serve como veículo importante de conhecimento prévio da nova realidade, o que vai facilitar a resolução de partir. Nas expressões “os conhecido falaro que tinha trabalho na fazenda”, “o meu povo já morava aqui” e “o patrão mandou chamar”, “foi os parentes, família é igual a carneiro, tudo junto”, “o sogro e o cunhado me chamou”, “nós era conhecido do dono da fazenda”, “ouvi falar que esse fazendeiro era muito bom”, “a gente sai trabaiano com o patrão, acompanha e vai desceno”, “o homem chamou prá vim trabaiaá” — pode-se perceber, de maneira geral, que os mecanismos de influência exercidos por essa rede informal de comunicação, se bem que tenham tido papel relevante no processo de deslocamento dos trabalhadores, não constituem, na realidade, fatores determinantes deste processo. Concretamente, toma-se a resolução de migrar porque as possibilidades novas que se lhes apresentam são, teoricamente, melhores, e não somente porque parentes, amigos e patrão interferem. Pode-se, então, inferir que, mesmo fazendo alusão à influência de terceiros na realização da migração, para esses trabalhadores foram, como no caso do primeiro grupo, os fatores econômicos os mais importantes nessa tomada de decisão.

Se, do ponto de vista da questão migratória, a análise empírica não apontou a estabilidade como qualificativo específico dos trabalhadores inseridos no setor de produção capitalista, vejamos, então, se, em relação à nova situação no local de destino, especialmente tomando como referência o próprio sistema de representação dos trabalhadores, aparecem elementos significativos para diferenciar os grupos integrantes dos setores capitalista e não capitalista. Uma primeira obser-

vação diz respeito à posição na ocupação que detinham antes de migrar e a que lograram depois. Nesse sentido, cabe ressaltar a categoria de trabalhadores assalariados e, no interior da mesma, duas situações distintas: a dos empregados temporários (peões) e a dos permanentes. Enquanto 43,7% dos primeiros — peões — não mudaram de posição na ocupação e 10,7% passaram à condição de empregados permanentes, no caso dos que eram empregados permanentes as proporções dos que continuaram nessa mesma ocupação chegam a 39,2%, mas os que passaram à condição de peões atingem 18,7 (Tabela 34). Em termos de mobilidade social, o deslocamento no espaço não acarretou mudança para a maioria, tendo em vista que permaneceram na categoria de trabalhadores livres, apenas, com certas conotações a serem remarcadas — os que conseguem ingressar na condição de empregado permanente, outros que perdem esta posição para se transformarem em peões, ou chegam a apossar-se de um pedaço de terra, tornando-se posseiros ou parceiros. No que se refere aos trabalhadores não expropriados — parceiros, agregados, pequenos proprietários e posseiros — foram operadas algumas mudanças significativas. Se bem que, parte dos parceiros e agregados continuou na mesma posição na ocupação, outros passaram à condição de peões, empregados permanentes, ou mesmo pequenos proprietários e posseiros; em relação aos que eram anteriormente pequenos proprietários e posseiros, cerca de 50% se mantiveram nessa posição, mas 30,9% se proletarizaram.

Percebe-se o significado dessas mudanças através da representação que os trabalhadores mesmos elaboram a respeito de sua situação atual na Médio Tocantins-Araguaia. A alusão à nova situação, segundo os trabalhadores peões, é feita a partir da percepção de que ela reproduz a condição anterior, ou seja, quando se referiam aos motivos pelos quais abandonaram a última ocupação, seu discurso se estruturava, basicamente, em torno da questão de busca de melhores condições; agora, referindo-se às situações concretas vivenciadas no presente, falam tanto do problema dos baixos rendimentos como, também, das duras condições de trabalho — “lá num tava teno sirviço, então o homem mandou chamar, achei que ele ia fazer uma boa coisa e num fez nada; o tempo é assim, a gente veve caçano miora, mas num miorou não”, “aqui o sirviço é brabo, o dinheiro é difícil”, “a gente sofre bem, o trabalho é difícil, ganha a diária, ganha pouco porque a gente esforça demais”, “a gente é livre, mas num progride, tocá lavoura é mió que ser pinhão”, “só dá pobreza, vivo dos meus braço, nunca dá de jeito nenhum”, “é trabaiá a vida inteira e num conseguir nada”, “fraqueza de condição”; “doença que combate, dispraneio por meio da situação de fraqueza, ser largado no mundo . . .”, “é com precisão a vida toda”; “tudo que ganha é pouco, num dá prá comer, e buniteza é quando pode comer”. Nessa estrutura de discurso os peões se reconhecem como trabalhadores livres, mas a liberdade experimentada significa trabalhar muito, esforçar-se demais e, em contrapartida, ter que permanecer na situação, por eles definida, de fraqueza de condição. Por isso, “tocá lavoura é mió que ser pinhão”, e se lhes apresenta como a alternativa mais viável para ultrapassar o “dispraneio . . . da situação de fraqueza”.

Embora os empregados permanentes também se referissem, principalmente, aos problemas de baixos rendimentos e às condições penosas de trabalho, na sua representação da situação atual aparecem

TABELA 34

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS COM INDICAÇÃO DA OCUPAÇÃO ATUAL, SEGUNDO A OCUPAÇÃO ANTERIOR — 1979

OCUPAÇÃO ANTERIOR	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS						
	Total	Ocupação atual					
		Empregado temporário (peão)		Agregado		Parceiro	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	140	48	34,29	9	6,43	16	11,43
Pequeno proprietário e posseiro..	25	8	16,67	3	33,33	1	6,25
Arrendatário.....	2	2	4,17	—	—	—	—
Parceiro.....	25	5	10,42	1	11,11	6	37,50
Agregado.....	8	1	2,08	4	44,44	—	—
Empregado permanente.....	33	9	18,75	—	—	—	—
Empregado temporário (peão)....	29	21	43,74	—	—	2	12,50
Outras.....	8	2	4,17	1	11,11	3	18,75
Trabalhadores urbanos.....	10	—	—	—	—	4	25,00

OCUPAÇÃO ANTERIOR	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS					
	Ocupação atual					
	Pequeno proprietário e posseiro		Empregado permanente		Outro	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	10	7,14	56	40,00	1	0,71
Pequeno proprietário e posseiro..	5	50,00	8	14,29	—	—
Arrendatário.....	—	—	—	—	—	—
Parceiro.....	2	20,00	11	19,64	—	—
Agregado.....	1	10,00	2	3,57	—	—
Empregado permanente.....	2	20,00	22	39,29	—	—
Empregado temporário (peão)....	—	—	6	10,71	—	—
Outra.....	—	—	1	1,79	1	100,00
Trabalhadores urbanos.....	—	—	6	10,71	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo MRH - Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

outros elementos não verbalizados pelos peões e, entre outros, um certo nível de satisfação pessoal na vivência da realidade presente. Quando parte desses trabalhadores faz alusão às dificuldades experimentadas, seu discurso é mais ou menos semelhante ao dos peões — “quanto mais trabalha, mais a coisa encolhe”; “trabaiar barato”; “trabaiar muito e o ganho é pouco”; “é tanto problema que até fico loco, ordenado é pequeno pelo visto do custo de vida e eu num tenho outra renda”; “dificuldade é por ser fraco de vida e pricisá trabaiá que nem doido”.

Assim, tanto peões como empregados permanentes têm implícita em sua consciência a realidade da condição de expropriados, e mesmo no caso destes últimos que, quando se referem à nova situação como melhor que a anterior, reconhecem-se como vendedores de força de trabalho — “vou viver sem problemas, o ganho é a gente que faz”; “não acho ruim . . . , o patrão é bom”. No entanto, a maneira segundo a qual os dois grupos estão inseridos no processo produtivo se diferencia, sobretudo, quando se sabe que os peões estão submetidos a um processo de contínuo deslocamento no espaço em busca de emprego, o que parece marcar, de preferência, a consciência desses trabalhadores; tanto que em nenhum momento os peões se referiram à nova situação como sendo melhor que a anterior; ao contrário, no seu depoimento aparecem elementos que apontam mais para a condição de excluídos que de integrados, contidos em expressões como “... ser largado no mundo”, “... trabalhar a vida inteira e não conseguir nada”.

Para as categorias de trabalhadores vinculados aos meios de produção — parceiros, agregados, pequenos proprietários e posseiros — a nova situação, como no caso dos peões, não é representada de forma positiva e, pelo menos para a grande maioria, são as penosas condições de trabalho, associadas à falta de recursos para explorar a terra que definem a sua condição de trabalhador rural na Médio Tocantins-Araguaia. Enquanto os empregados se reconheciam explicitamente como possuidores de apenas sua força de trabalho, os parceiros, agregados, pequenos proprietários e posseiros recorrem à questão da falta de recursos para viabilizar a produção, como determinante da situação precária na qual se encontram — “nóis trabaia apertado, sem dinheiro, trabaia-dor da roça não vale nada, sai prá caça miora, mas sempre piora, perde o que tinha”, “dificuldade de roça e pobreza porque pobre só enfrenta dificuldade”; “a vida de quem trabalha na roça não é fácil . . . renda pouca, não posso pegar um trator porque não tenho dinheiro”; “fraqueza de recurso, doença, desarranjação”, “dificuldade de trabalho, o ganho é pouco e o trabalho é muito”; “eu tenho força, mas num posso fazer nada na terra dos outros, pobre é assim mesmo, mete os pés e vai caindo”. “O trabalhar muito e ganhar pouco”, que se fazia presente no discurso dos empregados, aparece, também, aqui, mas com outra conotação, pois é a condição de trabalhador da roça que vai explicar a pobreza vivenciada pelos parceiros, agregados, pequenos proprietários e posseiros; ou, em outros termos, o ser pobre é que determina a situação de “fraqueza” (isto é, sem recursos econômicos), de “desarranjação”, ou o “ter que enfrentar tanta coisa”. Apesar de todos serem obrigados a recorrer ao trabalho assalariado para complementar os rendimentos obtidos na realização da roça, essa questão não aparece no seu discurso, assim como não percebem por que o trabalho despendido no estabelecimento não lhes possibilita ultrapassar o nível da simples sobrevivência.

Essas formas de representação, verbalizadas pelas diferentes categorias de trabalhadores, mostram que, de modo geral, elas refletem as condições concretas de existência dos mesmos, após a migração, marcadas, sobretudo, pelos baixos rendimentos em contrapartida ao trabalho exercido de forma penosa e intensa. Nesse sentido, na sua representação, não aparecem diferenciações entre as categorias de trabalhadores consideradas, tendo-se, no entanto, a ressaltar que parte dos empregados permanentes referem-se à sua condição atual como melhor que a anterior; esse nível de satisfação pode ser entendido a partir

das mudanças operadas a pós a migração, pois, — parte dos peões — os que são marcados, de preferência, pela descontinuidade de emprego — passaram à condição de empregados permanentes que, apesar de tudo, têm mobilidade no trabalho um pouco menor que aqueles. Por outro lado, se muitos dos trabalhadores vinculados aos meios de produção passaram à condição de expropriados — empregados permanentes e peões —, essa mudança vai interferir, também, sobre os níveis de satisfação pessoal, daí as formas de representação de caráter negativo verificadas, sobretudo, entre os peões.

Se poucas diferenciações foram detectadas no sistema de representação dos trabalhadores integrados nos setores capitalista e não capitalista interroga-se, finalmente, se do ponto de vista da garantia das leis trabalhistas pode-se falar em condição de maior estabilidade para aqueles inseridos nas atividades tipicamente capitalistas. Considere-se, inicialmente, que os trabalhadores assalariados contam, teoricamente, com instrumentos legais capazes de proporcionar-lhes certas vantagens sociais, o que lhe ofereceria certas garantias em relação às outras categorias. No caso específico do setor rural, a expansão das leis trabalhistas da cidade para o campo permitiu que os trabalhadores agrícolas, enquanto assalariados, passassem a ocupar posição semelhante à das classes assalariadas urbanas. Entretanto, a institucionalização do regime de assalariado puro colocou o trabalhador rural frente a situações novas e, por vezes, contraditórias.

Se, de um lado, as diferentes formas de organização produtiva, regidas pelo capital, tendem cada vez mais a submeter a força de trabalho às necessidades de expansão da produção, criando novas oportunidades de emprego, ou aumentando a oferta de mão-de-obra, de outro, a extensão das leis trabalhistas ao campo não conseguiu resolver os problemas decorrentes do modo como vem se dando o processo de expansão capitalista na agricultura, onde a geração de excedentes de mão-de-obra assume proporções elevadas. Esses excedentes se adaptam, como podem, aos movimentos do capital, seja através da migração para outras áreas ou para as cidades, seja integrando-se nas próprias atividades agrícolas como empregados temporários ou permanentes, ou como produtores camponeses.

O papel do Estado, regulando as relações de trabalho no campo, criou mecanismos que vieram facilitar o desenvolvimento do processo de consolidação do capitalismo agrário. Entretanto, a extensão das leis trabalhistas ao campo não favoreceu, de modo geral, a classe trabalhadora, sobretudo quando se tem em conta as várias interpretações que têm sido dadas às mesmas e à falta de organização dos trabalhadores que, geralmente, não reivindicam seus direitos. Em primeiro lugar coloca-se o problema dos empregados utilizados em caráter intermitente, remunerados por tarefa ou período de trabalho que, expulsos da terra e não conseguindo outras formas de ganhar a vida, encontram, dessa

maneira, meios de garantir um emprego, se não de cunho permanente, pelo menos, em uma parte do ano. Por sua vez, essa forma de utilização de mão-de-obra permite ao empregador contar com força de trabalho de custo mais baixo, sobretudo para as épocas de “pico” nas atividades agropecuárias, e podendo fugir às obrigações das leis trabalhistas. Embora os termos das leis sejam claros, delas não excluindo os empregados temporários, a burla das mesmas é freqüente, tendo em vista as interpretações que lhes são dadas. Considerando o artigo 2.º da Lei 5.889/73, a caracterização de empregado rural é feita nos termos seguintes: “toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob dependência deste e mediante salário”. Nesta definição está explicitado, de forma clara, que todo trabalhador assalariado que presta serviços de natureza não eventual — como, por exemplo, tratos culturais, colheita, etc. — é empregado, mesmo se engajado em trabalhos temporários, desde que desempenhando tarefa do ciclo normal das culturas. Mas, várias interpretações têm levado à consideração de eventuais e não de empregados, os trabalhadores temporários, sem relevar a natureza das atividades por eles desempenhadas; outras vezes consideram que a contratação de trabalhadores para a execução de empreitada permite também descaracterizá-los da categoria de empregados, uma vez que são remunerados por serviços prestados e não pelo tempo gasto ou pela participação na produção. Todas essas formas de interpretação servem de respaldo ao não cumprimento da lei, o que tem contribuído para aguçar problemas relacionados à condição de empregado temporário.

No caso concreto dos trabalhadores da Médio Tocantins-Araguaia, verificou-se que, na condição atual de ocupação, para os empregados temporários não há o cumprimento das prescrições legais, pois não se registrou nenhum caso, dentre os mesmos, que tivesse carteira de trabalho assinada, sendo os contratos de trabalho de caráter estritamente verbal. Constatou-se igualmente que 70% desses trabalhadores nem possuem carteira de trabalho. Ficou evidente também, que, mesmo para os empregados permanentes, não há o cumprimento estrito da lei, pois de 26% dentre os que possuem carteira de trabalho, apenas 16% as têm assinadas, enquanto 84% nem têm sequer carteira de trabalho. Interrogados sobre a condição anterior de trabalho, antes da migração, foi constatada situação ainda mais grave — apenas 5,3% dos empregados permanentes tinham carteira de trabalho assinada, enquanto os empregados temporários (peões) atingiam 2%; para os parceiros e agregados predominavam relações contratuais de caráter verbal tanto na condição anterior como na atual (Tabela 35).

Essas características revelam que, apesar de pequena parte dos empregados permanentes já usufruir de certas garantias das leis trabalhistas, para a grande maioria não se pode considerar a questão da

observação das prescrições legais como indicador de estabilidade desses trabalhadores e, portanto, como critério para distinguir marginalizados dos não marginalizados. A mobilidade no espaço não provocou, portanto, maior estabilidade, tendo em vista a pouca expressão de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, tanto antes como depois da migração. No entanto, a desproteção desses trabalhadores assim concretizada não chega a ser por eles percebida como questão a ser resolvida; em seu discurso, quando falam dos seus problemas e de suas condições reais de existência, não fazem alusão ao fato de serem lesados quanto às garantias que lhes deveriam ser proporcionadas pelas leis trabalhistas.

Em termos concretos, a não participação dos trabalhadores nas entidades sindicais parece explicar, em parte, porque os mesmos não chegaram a desenvolver na sua consciência uma percepção crítica a respeito dos direitos que lhes são negados. A maioria deles desconhece as possibilidades de se organizarem enquanto classe, através das entidades sindicais — 64,3% dos empregados permanentes e 75% dos

TABELA 35

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS COM INDICAÇÃO DA OCUPAÇÃO ANTERIOR E FORMA DE CONTRATO DE TRABALHO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

(continua)

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS							
	Total	Ocupação anterior e forma de contrato de trabalho						
		Proprietário e possêiro (conta própria)	Arrendatário			Parceiro		
			Carteira assinada	Contrato assinado	Contrato verbal	Carteira assinada	Contrato assinado	Contrato verbal
NÚMEROS ABSOLUTOS								
TOTAL	140	25	—	—	2	—	1	24
Empregado temporário (peão)	48	8	—	—	2	—	—	5
Agregado	9	3	—	—	—	—	—	1
Parceiro	16	1	—	—	—	—	1	5
Empregado permanente	56	8	—	—	—	—	—	11
Outra	1	—	—	—	—	—	—	—
Pequeno proprietário e parceiro (conta própria)	10	5	—	—	—	—	—	2
NÚMEROS RELATIVOS (%)								
TOTAL	100,00	17,86	—	—	1,43	—	0,71	17,15
Empregado temporário (peão)	100,00	16,67	—	—	4,17	—	—	10,42
Agregado	100,00	33,33	—	—	—	—	—	11,11
Parceiro	100,00	6,25	—	—	—	—	16,25	31,25
Empregado permanente	100,00	14,29	—	—	—	—	—	19,64
Outra	100,00	—	—	—	—	—	—	—
Pequeno proprietário e parceiro (conta própria)	100,00	50,00	—	—	—	—	—	20,00

**DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS COM INDICAÇÃO
DA OCUPAÇÃO ANTERIOR E FORMA DE CONTRATO DE
TRABALHO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO
ATUAL — 1979**

(conclusão)

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS					
	Ocupação anterior e forma de contrato de trabalho					
	Agregado			Empregado permanente		
	Carteira assinada	Contrato assinado	Contrato verbal	Carteira assinada	Contrato assinado	Contrato verbal
NÚMEROS ABSOLUTOS						
TOTAL	—	1	7	3	1	29
Empregado temporário (peão).....	—	—	1	—	—	9
Agregado.....	—	1	3	—	—	—
Parceiro.....	—	—	—	—	—	—
Empregado permanente.....	—	—	2	3	1	18
Outra.....	—	—	—	—	—	—
Pequeno proprietário e pos- seiro (conta própria).....	—	—	1	—	—	2
NÚMEROS RELATIVOS (%)						
TOTAL	—	0,71	5,00	2,14	0,71	20,72
Empregado temporário (peão).....	—	—	2,08	—	—	18,75
Agregado.....	—	11,11	33,33	—	—	—
Parceiro.....	—	—	—	—	—	—
Empregado permanente.....	—	—	3,57	5,36	1,79	32,14
Outra.....	—	—	—	—	—	—
Pequeno proprietário e pos- seiro (conta própria).....	—	—	10,00	—	—	20,00

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS					
	Ocupação anterior e forma de contrato de trabalho					
	Empregado temporário (peão)			Outros (1)		
	Carteira assinada	Contrato assinado	Contrato verbal	Carteira assinada	Contrato assinado	Contrato verbal
NÚMEROS ABSOLUTOS						
TOTAL	1	1	27	5	—	13
Empregado temporário (peão).....	1	1	19	—	—	2
Agregado.....	—	—	—	1	—	—
Parceiro.....	—	—	2	1	—	6
Empregado permanente.....	—	—	6	2	—	5
Outra.....	—	—	—	1	—	—
Pequeno proprietário e pos- seiro (conta própria).....	—	—	—	—	—	—
NÚMEROS RELATIVOS (%)						
TOTAL	0,71	0,71	19,29	3,57	—	9,29
Empregado temporário.....	2,08	2,08	39,58	—	—	4,17
Agregado.....	—	—	—	11,11	—	—
Parceiro.....	—	—	12,50	6,25	—	37,50
Empregado permanente.....	—	—	10,71	3,57	—	8,93
Outra.....	—	—	—	100,00	—	—
Pequeno proprietário e pos- seiro (conta própria).....	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

(1) Inclusiva trabalhadores urbanos.

peões declararam nunca ter tido referência acerca dessa forma de organização. Mesmo aqueles que sabiam da existência dos sindicatos — 36% dos empregados permanentes e 25% dos peões — nunca fizeram parte dessa organização. Os outros trabalhadores, parceiros, pequenos proprietários e posseiros desconhecem, na sua totalidade, essas formas de organização. Constatou-se então que, apesar de nenhum trabalhador estar vinculado às organizações sindicais, são justamente os trabalhadores livres, embora em pequena proporção, que já sabem das possibilidades de se organizarem; dependendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho para garantirem a própria sobrevivência, esses assalariados teriam, potencialmente, maior possibilidade de desenvolver uma consciência mais crítica a respeito de sua condição.

Em conclusão, a análise da situação precedente à integração na condição atual de ocupação revelou que a maior parte dos trabalhadores tinha procedência rural, e que tentativas sucessivas de permanecer nas atividades agrícolas caracterizam as suas histórias de vida, concretizadas pelas etapas de migração realizadas. Esses movimentos fizeram-se acompanhar de mudanças nas relações de trabalho, o que ficou evidente quando se considerou, por exemplo, a última migração e a posição anterior e atual de ocupação. A tendência dessas mudanças foi mais no sentido de expropriar os trabalhadores ainda vinculados aos meios de produção, dado o número significativo daqueles que passaram a integrar a classe de assalariados puros. A tendência inversa, qual seja a da passagem da condição de assalariado para a de trabalhador vinculado aos meios de produção, revelou-se sem importância no caso concreto em questão, tendo-se ainda que revelar o fenômeno do desaparecimento de categorias de ocupação que figuravam na condição anterior — pequenos arrendatários e empreiteiros.

Por outro lado, o caráter de instabilidade apontado pelo número significativo de migrações realizadas por esta população e corroborado pelo discurso mesmo de parte dela, incide de preferência sobre as classes de trabalhadores assalariados, que parecem ser as de menores possibilidades de reivindicar seu “direito de estabilidade”. Nesse sentido as informações sobre a relação de emprego como elemento fundamental para formalização da relação de trabalho mostraram que, no nível da realidade concreta, ela é inexistente para os trabalhadores peões, o que os impossibilita de exigir do patrão a contrapartida pela venda de sua força de trabalho. A descaracterização de sua relação de emprego acaba colocando-os em situação de desamparo total, pois nenhum deles contava com a carteira profissional, meio mais seguro de provar o contrato de trabalho. Verificou-se, no entanto, que mesmo para os empregados permanentes a prática da carteira de trabalho é pouco comum na área pesquisada. Nesse nível constata-se então que tanto empregados temporários como permanentes estão colocados em patamares quase idênticos de igualdade. Inere-se contudo que é no sentido da descontinuidade, que define a condição do assalariado temporário (peão), que se confrontariam as duas categorias de trabalhadores assalariados — permanentes e temporários — onde os últimos teriam condições ainda menos garantidas para assegurar-lhes melhor nível de vida, dada a relativa estabilidade de que usufruiriam os primeiros. Resta saber, a partir das relações concretas de trabalho, na situação atual, quais as diferenciações sócio-econômicas distinguiriam

não somente as duas classes de trabalhadores inseridas nas atividades capitalistas como também aquelas ligadas às relações de produção não capitalistas.

3.2 — Condição atual de ocupação

Segundo a análise precedente, viu-se que o desenvolvimento das forças produtivas, tais como capital, tecnologia e força de trabalho, cujo movimento na Médio Tocantins tem relativa expressão a partir de meados da década de 70, e relacionando-se aos movimentos gerais do capital nacional — sobretudo do Sudeste — e do capital estrangeiro, tem, necessariamente, transformado as relações de produção, expressas pelas diferentes formas de atividades praticadas pelos trabalhadores como empregados, permanentes ou temporários, parceiros, agregados e outros. A força de trabalho enquanto componente das forças produtivas passa pois por modificações substanciais na sua composição, o que, no caso concreto dos trabalhadores investigados, se exprime tanto pelo aparecimento de novas categorias de ocupação como pela eliminação ou aumento de outras preexistentes. Nesse movimento geral a tendência predominante na evolução das relações de produção, ou seja, a da separação entre o produtor e a propriedade dos meios de produção, aparece, portanto, repleta de contradições, onde do enfrentamento entre o capital e o trabalho são articuladas novas relações ou redefinidas as já existentes como condições para alimentar o processo de acumulação.

Visto sob o ângulo das formas de inserção no sistema de produção é que se perceberá que o contingente de trabalhadores, objeto da presente investigação, encarna o processo contraditório do desenvolvimento das forças produtivas na região, pois nele associa-se a necessidade de incorporação da força de trabalho à necessidade de negação do trabalho como fonte de valor. Esta questão é decisiva, embora menos aparente que aquelas reveladas pelos dados empíricos — exemplificados pelos baixos níveis de padrão de vida — para a compreensão do significado da marginalidade. A análise das características sócio-econômicas dos trabalhadores, apresentada a seguir, servirá apenas para melhor entender como se concretiza a determinação das suas condições de vida e trabalho, e assim identificar, do ponto de vista empírico, quais categorias poderiam ser tomadas como parâmetro das chamadas populações marginais. Contudo, é preciso deixar claro que a situação de pauperismo e seus resultados sociais nada mais representam que conseqüências concretas das condições sob as quais os mesmos participam na divisão social do trabalho, não se constituindo, portanto, em critério fundamental para a definição dos grupos marginais.

3.2.1 — Características gerais dos trabalhadores

Antes de examinar os resultados concretos da atividade produtiva desses trabalhadores, serão consideradas inicialmente, algumas características sociais dos mesmos, ressaltando-se a importância que os fatores estruturais que fundamentaram os processos de seu deslocamento no espaço tem sobre ditas características, como será visto a seguir.

Nessa perspectiva, analisando-se em primeiro lugar a pirâmide etária desses trabalhadores²⁶, a característica mais relevante que aparece é a da presença de homens jovens (Tabela 36) na faixa de idade de até 30 anos — 48,6% dos trabalhadores — ou seja quase metade da população investigada, seguida daqueles que contavam entre 31 a 50 anos — perfazendo um total de 40,7% — enquanto apenas 10% estavam em idade acima desses limites. A distribuição das diferentes categorias de trabalhadores nessas classes de idade não se dá de maneira homogênea; o grupo de características etária mais jovem é o dos empregados temporários (peões), onde 60,4% participam da faixa etária dos trabalhadores de até 30 anos. Em ordem decrescente seguem-se, além da outra categoria de assalariados na condição de empregados permanentes, a dos agregados, cujas proporções atingem, respectivamente, 44,6 e 44,5%. A participação relativa mais baixa nessa classe de idade é a dos pequenos proprietários e posseiros — 30% — e a dos parceiros — 37,5% — mas que, na faixa etária de 31 a 50 anos, é mais significativa — 56,3 e 40% respectivamente, ao lado dos empregados permanentes que totalizam 53,6%.

TABELA 36

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS								
	Total	Grupos de idade							
		Até 30 anos		31 a 50 anos		51 e mais anos		Não declarou	
		Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)
TOTAL.....	140	68	48,6	57	40,7	14	10,0	1	0,7
Empregado temporário (peão).....	48	29	60,4	11	22,9	8	16,7	—	—
Agregado.....	9	4	44,5	3	33,3	2	22,2	—	—
Parceiro.....	16	6	37,6	9	56,3	1	6,2	—	—
Pequeno proprietário e posseiro..	10	3	30,0	4	40,0	2	20,0	1	10,0
Empregado permanente.....	56	25	44,6	30	63,6	1	1,8	—	—
Outra.....	1	1	100,0	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

De certa maneira a alta proporção de trabalhadores assalariados na faixa etária mais baixa vem mostrar que o processo de expansão agrícola na área não tem apenas expropriado trabalhadores até então vinculados à terra, mas que vem também criando obstáculo à integração dos elementos mais jovens, que começam a engrossar o contingente da

²⁶ Quando se trata de entrevistados casados, na análise das características sociais, serão retomados principalmente os dados relativos ao trabalhador enquanto chefe de família.

força de trabalho no sistema de produção familiar, onde pudessem estabelecer-se por conta própria. Além disso, outro reflexo dessa característica demográfica dos assalariados é a sua maior participação relativa na condição de solteiros, em comparação com as outras categorias (com exceção apenas dos parceiros): 40% dos peões, 25% dos parceiros e 23% dos empregados permanentes eram solteiros, enquanto nas outras categorias a quase totalidade dos trabalhadores era constituída de casados. Se bem que a necessidade de vender a força de trabalho não esteja condicionada a critérios de idade e estado civil, as pressões sentidas pela deterioração da exploração familiar, não permitindo a integração de todos os membros da família na unidade de produção, condicionam a saída de alguns, e no caso concreto, são os mais jovens e solteiros que, em primeiro lugar, são lançados no mercado para oferecer sua força de trabalho. Tendo em vista que, dadas as condições nas quais se integram nas atividades produtivas na região, tais características vêm facilitar seu ingresso no contingente de assalariados, pois devendo morar no estabelecimento ou fazer o vaivém como peões, esses trabalhadores são preferidos pelo patrão, que pode se eximir de responsabilidades frente à família do empregado, sobretudo quando na condição de residente no estabelecimento.

A estrutura etária dos trabalhadores tem também reflexos sobre a composição do seu grupo familiar, que é extremamente heterogêneo em relação ao número de membros que dele fazem parte, e variando ainda segundo as categorias de ocupação dos chefes. As famílias de quatro a seis pessoas são as mais numerosas — 46% — enquanto as de sete ou mais membros perfazem o total de 32% e as de duas ou três têm participação relativa de 22%. Se prevalecem os grupos familiares de quatro a seis pessoas no caso dos chefes de família na condição de agregado, parceiro e empregado permanente, entre aqueles ocupados como peões aparecem tanto as famílias menos numerosas — duas a três pessoas — como as maiores; ressalte-se que os grupos familiares menores são também significativos no caso dos empregados permanentes.

No que concerne à dimensão da força de trabalho do grupo familiar a presença de filhos de baixa idade — devido à estrutura etária relativamente baixa dos chefes — vai interferir sobre ela, de maneira que as pessoas em idade de trabalhar, isto é, a partir de 15 anos, sejam numericamente reduzidas na grande maioria das famílias (Tabela 37). Cerca de 53,5% dos filhos dos trabalhadores tinham menos de 7 anos contra 33,5% que integravam o grupo etário de 7 a menos de 15 anos, enquanto os que se encontravam nas faixas etárias superiores perfaziam apenas 13% do total (Tabela 38). Dessa maneira, mesmo não sendo pequenas, as famílias contam com poucos elementos adultos para a execução das atividades produtivas, o que vai exigir dos menores de 15 anos a entrada precoce na força de trabalho.

A integração prematura nas atividades produtivas desloca para segundo plano a formação escolar dessa população (Tabela 39). Com efeito, considerando-se inicialmente o nível de participação no ensino formal das crianças em idade escolar, isto é, de 7 a menos de 15 anos, verificou-se que cerca de 20% delas nunca frequentaram escola; tomando-se os dados relativos ao grupo que tem ou teve alguma forma de participação no sistema escolar, constatou-se que 12,2% das crianças de 7 a menos de 10 anos e 25,4% das que estavam na faixa etária

TABELA 37

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR GRUPOS DE MEMBROS DA FAMÍLIA, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS										
	Total	Grupos de membros da família									
		Até 3		4 a 6		7 a 9		10 a 12		13 e mais	
		Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)
TOTAL	140	62	44,29	46	32,86	20	14,29	9	6,43	3	2,14
Empregado temporário (peão)	48	28	58,33	8	16,67	7	14,58	3	6,25	2	4,17
Agregado.....	9	2	22,22	7	77,78	—	—	—	—	—	—
Parceiro.....	16	5	31,25	8	50,00	2	12,50	1	6,25	—	—
Pequeno proprietário da vizinhança e posseiro.....	10	4	40,00	1	10,00	4	40,00	1	10,00	—	—
Empregado permanente.....	56	22	39,29	22	39,29	7	12,50	4	7,14	1	1,79
Empreiteiro.....	1	1	100,00	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

TABELA 38

DISTRIBUIÇÃO DOS FILHOS DOS TRABALHADORES RURAIS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL DOS PAIS — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL DOS PAIS	DISTRIBUIÇÃO DOS FILHOS DOS TRABALHADORES RURAIS										
	Total	Grupos de idade									
		Menos de 7 anos		7 a menos de 10 anos		10 a menos de 15 anos		15 a menos de 20 anos		20 anos e mais	
		Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Abso-luto	Rela-tivo (%)
TOTAL	321	172	53,6	49	15,3	59	18,4	27	8,4	14	4,3
Empregado temporário (peão)	85	42	49,5	15	17,6	15	17,6	10	11,8	3	3,5
Agregado.....	25	12	48,0	6	24,0	4	16,0	3	12,0	—	—
Parceiro.....	39	19	48,7	5	12,8	8	20,5	3	7,7	4	10,3
Pequeno proprietário e posseiro.....	33	10	30,3	5	15,2	10	30,3	6	18,2	2	6,0
Empregado permanente.....	139	89	64,0	18	13,0	22	15,8	5	3,6	5	3,6

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

de 10 a menos de 15 anos tiveram que abandonar a escola. Assim, a participação relativa dos menores de 15 anos na instrução formal atinge 67,3% no caso das crianças de 7 a menos de 10 anos, e baixa para 54,2% na faixa etária seguinte, de 10 a menos de 15 anos.

TABELA 39

FILHOS DOS TRABALHADORES RURAIS ENTRE 7 E 15 ANOS DE IDADE, POR SITUAÇÃO ESCOLAR, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL DOS PAIS — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL DOS PAIS	FILHOS DOS TRABALHADORES RURAIS								
	Total absoluto			Distribuição relativa por grupo de idade e situação escolar (%)					
	Total	Grupos de idade		7 a 10 anos			10 a 15 anos		
		7 a 10 anos	10 a 15 anos	Nunca freqüentaram escola	Interromperam freqüência	Freqüentam	Nunca freqüentaram escola	Interromperam freqüência	Freqüentam
TOTAL.....	109	49	59	20,41	12,24	67,35	20,34	25,42	54,24
Empregado temporário (peão).....	30	15	15	33,33	6,67	60,00	33,33	20,00	46,67
Agregado.....	10	6	4	15,67	16,67	66,66	—	—	100,00
Parceiro.....	13	5	8	20,00	—	80,00	—	12,50	87,50
Pequeno proprietário e posseiro..	15	5	10	—	—	100,00	—	10,00	90,00
Empregado permanente.....	40	18	22	16,67	22,22	61,11	31,82	45,45	22,73

FONTE — Pesquisa de Campo — M3H Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Foram registradas ainda algumas diferenciações nos níveis de acesso à escola segundo a condição de ocupação dos chefes da família. Os filhos dos empregados, em geral, acusaram percentuais um pouco mais baixos de freqüência escolar em todas as idades e maiores proporções de evasão para aqueles de 10 a menos de 15 anos, mas com uma situação ainda menos favorável para os filhos dos empregados permanentes: enquanto 46,6% dos filhos dos peões, na faixa etária de 10 a menos de 15, freqüentavam a escola, para os filhos dos empregados permanentes essa participação desce para 22,7%; para as outras categorias de ocupação dos chefes de família esses mesmos percentuais situam-se acima de 66,6%. Em relação à evasão escolar, 45,4% dos filhos dos empregados permanentes e 20% dos filhos dos peões, na idade de 10 a menos de 15, abandonaram a escola, enquanto que, para os filhos dos chefes em outras categorias de ocupação, esses percentuais oscilavam apenas entre 10 e 12,5%.

Se por um lado a formação escolar dos filhos desses trabalhadores está comprometida, o que vai implicar uma potencial degradação de sua situação futura, verificou-se, por outro, que os dados relativos aos níveis de instrução dos seus pais refletem problemas ainda mais graves (Tabela 40). Do total de trabalhadores entrevistados, 59,2% dos que conseguiram ingressar no sistema de ensino formal interromperam os estudos, enquanto 39,2% nunca foram à escola e apenas 1,4% estava participando de processo de aprendizagem em instituição de ensino. Conseqüentemente, os níveis de instrução formal dessa população são muito baixos: 59,2% eram constituídos de chefes de família analfabetos, 36,4% declararam saber ler e escrever e somente 2,8% haviam terminado o curso primário; ressaltou-se também que os percentuais de trabalhadores que conseguiram completar outros cursos,

como por exemplo, o secundário, não têm expressão. Observaram-se, igualmente, certas discrepâncias em relação aos níveis de instrução segundo as categorias de ocupação a que pertenciam os trabalhadores. Assim, a proporção de analfabetos, que é muito alta para a maioria, — variando de 60 a 88,8% — baixa, relativamente, para a categoria empregado permanente — 51,7% — que é aquela onde aparece proporção de trabalhadores que havia completado o curso primário e outros cursos, embora de forma pouco expressiva. A situação mais grave situa-se sobretudo no caso dos trabalhadores vinculados aos meios de produção, mas acredita-se que a composição mesma do pessoal integrado na categoria empregado explica o seu saldo um pouco mais favorável, tendo em conta que parte dos empregados é constituída de mão-de-obra qualificada.

TABELA 40

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR SITUAÇÃO ESCOLAR E NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS							
	Total	Situação escolar			Nível de instrução			
		Nunca frequentou escola	Interrompeu frequência escolar	Frequenta escola	Analfabeto	Sabe ler e escrever	Curso primário	Outro

NÚMEROS ABSOLUTOS

TOTAL	140	55	83	2	83	51	4	2
Empregado temporário (peão).....	48	19	28	1	30	17	1	—
Agregado.....	9	6	3	—	8	1	—	—
Parceiro.....	16	7	9	—	10	6	—	—
Pequeno proprietário e posseiro..	10	6	4	—	6	4	—	—
Empregado permanente.....	56	17	38	1	29	22	3	2
Outra.....	1	—	1	—	—	1	—	—

NÚMEROS RELATIVOS (%)

TOTAL	100,00	39,29	59,28	1,43	59,28	36,43	2,86	1,43
Empregado temporário (peão).....	100,00	39,58	58,34	2,08	62,50	35,42	2,08	—
Agregado.....	100,00	66,67	33,33	—	88,89	11,11	—	—
Parceiro.....	100,00	43,75	56,25	—	62,50	37,50	—	—
Pequeno proprietário e posseiro..	100,00	60,00	40,00	—	60,00	40,00	—	—
Empregado permanente.....	100,00	30,36	67,86	1,78	51,79	39,28	5,36	3,57
Outra.....	100,00	—	100,00	—	—	100,00	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Embora os níveis de instrução das mulheres (esposas) sejam também insuficientes, verificaram-se ligeiras diferenciações entre as mesmas e seus esposos pois, de modo geral, tanto os percentuais das que nunca freqüentaram escola como os das que interromperam os estudos são mais baixos que os verificados para os homens (Tabela 41). Essa pequena vantagem registrada viu-se também refletida nas proporções de mulheres que estão ainda freqüentando escolas e que concluíram o curso primário; em conseqüência, os níveis de analfabetismo registrados entre elas foram igualmente inferiores. Se essas diferenciações persistem para todas as categorias de ocupação dos chefes de família é, no entanto, na categoria empregados — permanentes ou temporários (peões) — e parceiros, que as mulheres, levam mais vantagem, o que pode ser também explicado pela participação maior de mão-de-obra qualificada no caso dos empregados, e pela experiência de vida urbana de parte das famílias (esta questão será retomada mais adiante).

TABELA 41

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS ESPOSAS DOS TRABALHADORES, POR SITUAÇÃO ESCOLAR E NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA E OCUPAÇÃO ATUAL DO MARIDO — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL DO MARIDO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS ESPOSAS									
	Total	Situação escolar				Nível de instrução				
		Nunca freqüentou escola	Interrompeu os estudos	Freqüenta escola	Não informou	Analfabeto	Sabe ler e escrever	Curso primário	Outros	Não informou
TOTAL	100,00	34,41	51,61	6,45	7,53	49,46	33,33	8,60	1,08	7,53
Empregado temporário (peão).....	100,00	40,00	32,00	12,00	16,00	56,00	24,00	4,00	—	16,00
Agregado.....	100,00	37,50	50,00	—	12,50	62,50	25,00	—	—	12,50
Parceiro.....	100,00	41,67	50,00	—	8,33	58,34	25,00	8,33	—	8,33
Pequeno proprietário e posseiro....	100,00	40,00	40,00	—	20,00	60,00	20,00	—	—	20,00
Empregado permanente.....	100,00	28,57	64,29	7,14	—	40,48	42,86	14,29	2,38	—
Outros.....	100,00	—	100,00	—	—	—	100,00	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

A rigor, não se pode justificar a pouca participação dessa população na formação escolar somente pela premência da família em contar com a força de trabalho de todos os seus membros. Sem dúvida alguma um dos fatores determinantes dos baixos níveis de escolarização da população rural se encontra na questão de suas precárias condições de existência, marcada pela pauperização, daí os deslocamentos múltiplos das famílias em busca de melhores oportunidades de ganhar a vida, o ingresso prematuro dos menores na força de trabalho, etc., o que vai incidir inevitavelmente sobre as suas possibilidades de permanecer na escola. No entanto, a infra-estrutura escolar disponível no meio rural, assim como as condições sob as quais o ensino se encontra organizado, exercem também seu peso negativo, limitando a capacidade de acesso da população ao ensino formal. Mas em que pesem estes últimos

fatores, pode se afirmar que são as precárias condições de vida prevalentes no campo que contribuem, de maneira vantajosa, para agravar o problema; de nada adiantaria uma oferta suficiente de instituições educativas, se a maior parte da população rural não pode participar regularmente do sistema de ensino oferecido por aquelas. O alcance desta questão pode ser melhor percebido através da concretização da renda da população em análise, que vai, de forma decisiva, refletir sobre as “qualidades” sociais do grupo e suas condições de reprodução enquanto contingente da força de trabalho.

3.2.2 — Condições de reprodução da força de trabalho

No âmbito da análise das condições de existência dos trabalhadores, a questão do rendimento vai ser tomada, necessariamente, como referencial básico, como indicador dos meios materiais disponíveis para a reprodução da força de trabalho. Desse modo, rejeitando-se a simples descrição das condições concretas nas quais se encontram as diferentes categorias de trabalhadores, procura-se inicialmente, perceber como eles conseguem resolver seus problemas de sobrevivência. As informações sobre os rendimentos auferidos através das formas concretas de ganhar a vida servirão, pois, de subsídios para a compreensão dos seus padrões de existência, expressos no contexto cotidiano de suas vidas. É importante lembrar ainda que as condições de reprodução da força de trabalho são engendradas, em última instância, pelo próprio processo de produção que tem como parte essencial as relações de trabalho às quais se vinculam as diversas categorias de mão-de-obra.

Para a análise das condições de reprodução da força de trabalho foram privilegiados os trabalhadores como chefe de família, o que se justifica por ser aquele que, via de regra, é o principal responsável pelo sustento da mesma; foram considerados também, na investigação, os trabalhadores solteiros empregados nos estabelecimentos, sem vínculos com a família. Face à importância da renda familiar para garantir a subsistência de todos os membros do grupo doméstico, num segundo momento, foram integradas as informações referentes à renda dos trabalhadores chefes àquelas relativas aos demais componentes da família enquanto força de trabalho.

Considerando que todos os trabalhadores entrevistados, independentemente de outra posição na ocupação que exerciam, faziam parte do contingente de mão-de-obra utilizado nos estabelecimentos que compõem a amostra da pesquisa, os dados sobre os rendimentos se reportam aos salários ganhos pela venda da sua força de trabalho. Por outro lado, como parte dos trabalhadores não vivia exclusivamente do assalariamento, os mesmos foram discriminados, em cada faixa de rendimento, segundo a prática da lavoura e/ou do sistema de “sorte”, formas adotadas para complementar os rendimentos provenientes do trabalho assalariado. Os valores obtidos na produção da lavoura e da pecuária não foram calculados devido à pouca importância da parte comercializada e porque os próprios trabalhadores não sabiam estimar o montante correspondente à parte destinada ao consumo. O que se pretendia, no caso, era verificar a importância do trabalho assalariado na reprodução dessa força de trabalho, apesar de parte deles poder contar com práticas complementares da renda. Concretamente procurou-se averiguar que diferenciações, em termos de condições reais de

existência, poderiam ser registradas entre aqueles que praticavam atividades de lavoura ou “sorte” e os que viviam exclusivamente da venda da força de trabalho.

Na análise dos diferentes níveis de remuneração foram estabelecidas três faixas de rendimentos, tomando-se como base o salário mínimo regional, que foram assim discriminadas: até menos de um salário mínimo, de um até menos de um salário e meio e, finalmente, de um salário e meio ou mais. Partindo-se desses níveis de remuneração, a observação dos dados revelou certas variações não somente entre os trabalhadores dentro da mesma posição na ocupação, como também em relação às diferentes categorias de trabalhadores. Tais variações decorrem, sobretudo, das formas configuradas nas relações de produção a que estão submetidos os trabalhadores locais e da regularidade com que eles conseguem se inserir, pela venda de sua força de trabalho, no modo de produção dominante. Portanto, não só os rendimentos que são percebidos pelos trabalhadores que estão totalmente separados dos meios de produção diferem dos auferidos por aqueles que ainda não estão submetidos a relações de produção tipicamente capitalistas, como também, comparativamente, são variáveis os rendimentos percebidos pelos assalariados permanentes e temporários, pelos parceiros, agregados e pequenos proprietários e posseiros.

Assim, os resultados da pesquisa direta na área mostraram que os rendimentos mensais obtidos pela maioria do contingente entrevistado são inferiores a um salário mínimo regional, e que apenas 10,7% obtêm rendimentos superiores a um salário mínimo e meio (Tabela 42). Embora ainda seja prática utilizada na área, complementar o salário percebido com a lavoura e/ou a “sorte”, a maior parte dos trabalhadores rurais investigados não realiza tais atividades. Esta complementação, embora pouco expressiva, é inversamente proporcional aos níveis salariais, pois é principalmente entre os trabalhadores alocados nas menores faixas de salários, que foi constatada a prática de complementar a remuneração em espécie com produtos originários de atividades de lavoura e/ou pecuária que eles desenvolvem.

Certos fatores contribuem para a redução dos rendimentos da mão-de-obra rural na área como, por exemplo, a contratação, em regime de empreitada, de unidades familiares e a utilização corrente do trabalhador “cativo”. Quando o empregador contrata todo um grupo familiar para a execução de determinadas tarefas, o rendimento per capita deste é, geralmente, inferior ao salário que comumente seria auferido pelos membros do grupo, caso se inserissem individualmente no mercado de trabalho. Quanto aos trabalhadores “cativos”, embora percebendo salários superiores àqueles pagos aos empregados livres, são obrigados a descontar a alimentação que lhes é fornecida nos estabelecimentos, ocasionando uma forte queda nos níveis de seus rendimentos, uma vez que o montante descontado é arbitrariamente determinado pelo empregador.

Portanto, com relação aos rendimentos, observou-se que, de modo geral, na Microrregião Médio Tocantins-Araguaia, além da maioria dos trabalhadores entrevistados perceber menos que o salário mínimo, considerado por lei como indispensável para a reprodução de sua força de trabalho, poucos são os que realizam atividades que possam complementar sua renda monetária. Igualmente se constatou que muitos daqueles trabalhadores que percebem um salário bruto mais elevado

TABELA 42

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL E FORMA DE COMPLEMENTAÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS						
	Total absoluto	Distribuição percentual por grupos de rendimento mensal e forma de complementação					
		Até menos de um salário mínimo regional			Um a menos de um e meio salário mínimo regional		
		Não complementa	Complementa com lavoura	Complementa com "sorte"	Não complementa	Complementa com lavoura	Complementa com "sorte"
TOTAL	140	33,67	15,72	5,72	14,29	8,57	1,43
Empregado temporário (peão).....	48	58,33	14,59	2,08	16,67	—	—
Agregado.....	9	11,11	55,56	11,11	—	22,22	—
Parceiro.....	16	—	6,25	18,75	—	—	—
Pequeno proprietário e posseiro..	10	50,00	—	10,00	30,00	—	—
Empregado permanente.....	56	32,15	7,14	5,36	19,64	12,50	3,57
Outros.....	1	—	—	—	—	—	—

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS						Não declarou
	Distribuição percentual por grupos de rendimento mensal e forma de complementação						
	Um e meio e mais salários mínimos regionais			Rendimento "in natura"			
	Não complementa	Complementa com lavoura	Complementa com "sorte"	Lavoura	"sorte"	Sorte e lavoura	
TOTAL	6,43	2,14	2,14	1,43	3,57	2,86	2,14
Empregado temporário (peão).....	6,25	—	—	—	—	—	2,08
Agregado.....	—	—	—	—	—	—	—
Parceiro.....	—	—	6,25	12,50	31,25	18,75	6,25
Pequeno proprietário e posseiro..	—	—	—	—	—	—	10,00
Empregado permanente.....	10,71	5,36	1,79	—	—	1,75	—
Outros.....	—	—	100,00	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGE/DIRUR.

NOTA — Valor do salário mínimo regional Cr\$ 1.797,60 (maio — 1979).

que a maioria, estão sujeitos a diferentes práticas que resultam na depreciação de seus salários.

Conforme mencionado anteriormente, os dados sobre os salários percebidos pelo contingente de mão-de-obra segundo as diversas categorias de ocupação, sugeriram que as diferenciações quanto ao nível dos rendimentos variam de acordo com a sua forma de integração nas

atividades produtivas. Com relação aos empregados, constatou-se um número maior entre os empregados na condição de permanentes que não só consegue perceber salários mais elevados que os temporários (peões), como também pratica, por conta própria, atividades de lavoura e/ou pecuária. Do contingente de empregados permanentes entrevistados, 44,6% percebem menos de um salário mínimo regional enquanto, entre os peões, 75% estão alocados nesta faixa de rendimento mais baixo. Destes últimos trabalhadores, 14,6% complementam os salários com a lavoura e 2% com a "sorte". Entre os assalariados permanentes alocados nesta faixa de rendimentos, 7,1% complementam com a lavoura e 5,3% com a pecuária.

Quanto aos assalariados que conseguem auferir um salário mínimo ou mais, constata-se não somente a participação de um maior número daqueles que são permanentes, como também, ficou evidente que os poucos empregados temporários (peões) alocados nestas faixas de rendimentos não complementam os salários percebidos. Verifica-se igualmente que estes trabalhadores, assalariados permanentes e temporários (peões) que ganham um e meio salário mínimo e mais, prestavam serviços mais especializados. Entre as funções desempenhadas pelos empregados permanentes foram registradas as de administrador, operador de máquinas, mecânico e chefe dos vaqueiros nos estabelecimentos em que trabalham. Dos salários pagos a esses trabalhadores, o mais elevado, Cr\$ 5,0 mil, é percebido pelo administrador, enquanto os demais variam em torno de Cr\$ 3,0 mil. Já entre os peões alocados nesta faixa de rendimento, dois que prestavam serviços de carpintaria, percebiam em torno de Cr\$ 3,0 mil, além do caso de um que exercia a função de chefe de turma, realizando empreitadas não só no estabelecimento em que reside, como também em outros, e que ganhava em média Cr\$ 5,0 mil mensais.

Assim, considerando-se os trabalhadores sujeitos a relações de produção tipicamente capitalistas, constata-se melhores condições quanto aos níveis de rendimentos entre assalariados permanentes, pois 55,4% desse contingente ganhavam mais de um salário mínimo regional. Esses maiores salários percebidos pelos trabalhadores permanentes são explicados pela regularidade com que eles se inserem no sistema produtivo, o que lhes permite vender sua força de trabalho durante todo o período do ano, e pela presença de maior número desses trabalhadores prestando serviços especializados ou semi-especializado que, a priori, devem assegurar-lhes remuneração mais elevada.

É exatamente a prestação de serviços não especializados bem como a intermitência com que os assalariados temporários (peões) se inserem no processo produtivo que irão explicar os menores salários desses trabalhadores. Realizando tarefas das mais diversas ordens, sob regime de empreita, esta categoria da força de trabalho não obtém emprego sistematicamente e, na falta de opções de ocupações alternativas, devido à estrutura da organização da produção na Médio Tocantins-Araguaia, permanecem à mercê das oscilações de demanda de serviços nos grandes estabelecimentos, o que vai concorrer para a depreciação do salário percebido por esse contingente de mão-de-obra, devido ao tempo em que permanece sem trabalhar. Essa condição de inserção no processo produtivo igualmente reduz as possibilidades desses trabalhadores de complementarem seus salários com a prática de lavouras ou com a "sorte". Despossuídos dos meios de produção, e permanecendo por

períodos relativamente curtos de tempo nos estabelecimentos em que vendem sua força de trabalho, grande parte desse segmento de pessoal ocupado, por não se empregar sempre nas mesmas unidades produtivas, é obrigado a realizar constantes deslocamentos em busca de empregos, o que, em muitos casos, inviabiliza o desenvolvimento de atividades de lavouras e pecuária por conta própria.

Quanto às demais categorias de pessoal ocupado — agregados, parceiros, pequenos proprietários e posseiros — verifica-se que os rendimentos obtidos por esses trabalhadores, sujeitos principalmente a relações de produção não tipicamente capitalistas, situam-se num nível intermediário em relação aos percebidos pelos que são exclusivamente assalariados. São inferiores aos rendimentos dos permanentes e superiores aos dos peões. Embora sua posição principal na ocupação não seja a de trabalhador assalariado, os salários têm papel importante na renda global dos mesmos.

Dentre os agregados entrevistados, a maioria percebia menos de um salário mínimo regional e apenas dois recebiam rendimentos que variavam de um a menos de um salário mínimo e meio. Embora agregados, estes trabalhadores conseguiam perceber um salário mais alto por se inserirem no sistema produtivo como mão-de-obra temporária uma vez que os contratos de agregância a que estavam sujeitos lhes permitiam executar trabalhos esporadicamente, em regime de empreitadas, seja em outro estabelecimento, seja na própria unidade de produção onde estavam como moradores. Tal situação, além de exigir desses trabalhadores um sobreesforço na execução de tarefas diárias, torna instável o nível de seus rendimentos, tendo em vista o caráter temporário da empreitada. Diferentemente dos assalariados permanentes, que fazem a “sorte”, os agregados entrevistados praticavam mais comumente a lavoura como forma de complementação de seus salários. Isto decorre, em parte, da própria atividade a que os empregados permanentes estavam mais comumente ligados pois, enquanto estes trabalhadores, em grande proporção, eram vaqueiros, os agregados, cuja mão-de-obra era solicitada para todo uma série de serviços tinham, geralmente, segundo acordo com o empregador, o direito de praticar uma pequena lavoura para subsistência.

Quanto aos parceiros, constatou-se que a maior parte obtinha seus rendimentos “in natura”, fosse através do sistema de sorte, da prática da lavoura ou dessas duas formas combinadas. Em geral, o nível dos salários daqueles que, além da renda “in natura”, contavam também com uma renda monetária, era inferior a um salário mínimo regional. Somente um dos parceiros entrevistados, que era chefe dos vaqueiros no estabelecimento em que trabalhava, declarou perceber mais de um salário mínimo e meio. No entanto, esses trabalhadores, conforme observado durante a pesquisa de campo, na grande maioria dos casos, exerciam funções especializadas ou semi-especializadas, que são as mais bem remuneradas, conforme se verificou no caso dos empregados permanentes.

Em relação aos pequenos proprietários e posseiros, aqui considerados somente como vendedores de força de trabalho, por períodos limitados de tempo, nos grandes estabelecimentos, com o intuito de completar a renda obtida em suas glebas, verificou-se que o nível de seus salários era bastante baixo, uma vez que 50% deles percebiam menos de um salário mínimo regional e nenhum conseguia auferir

quantia superior a um salário mínimo e meio. Assim, o nível dos rendimentos tanto desses trabalhadores como dos agregados e dos parceiros, é superior apenas ao dos rendimentos dos peões. Na medida em que se encontram vinculados aos meios de produção, eles têm, em relação aos empregados temporários, maiores possibilidades de complementar sua renda monetária com a prática de atividade de lavoura ou pecuária.

Em síntese, constatou-se que os rendimentos médios mensais obtidos pelos trabalhadores da Médio Tocantins-Araguaia apresentam um nível muito baixo, sendo maior o número de empregados permanentes que consegue perceber mais de um salário mínimo médio regional, enquanto os parceiros, agregados e peões, ganham, em sua maioria, menos que este valor. As categorias de trabalhadores que percebem, em média, mais de um salário mínimo regional, são aquelas que participam sistematicamente do processo produtivo como assalariados.

A análise dos dados relativos à renda do grupo familiar revela que este contribui, embora modestamente, para o aumento dos rendimentos obtidos pelos chefes de família. Comparando-se os rendimentos resultantes das atividades exercidas por todo o grupo familiar com os do chefe, isoladamente (Tabelas 42 e 43), constata-se a maior participação dos primeiros nas faixas salariais mais elevadas, embora seja também bastante expressivo o contingente daqueles grupos familiares que percebem menos de um salário mínimo regional, o que revela a fraca contribuição financeira dos demais membros da família. Entre os fatores que condicionam os baixos rendimentos dessas famílias, destaca-se a própria maneira como está organizado o processo produtivo na Microrregião que, nas atuais condições, reflete-se numa incapacidade do mercado de trabalho em absorver todo o contingente de população rural economicamente ativa, em disponibilidade. A tendência à adoção de mão-de-obra em caráter temporário, assim como as poucas possibilidades do mercado urbano em oferecer alternativas de emprego na região, vão interferir nesse processo de rebaixamento dos rendimentos do grupo familiar. Tal situação favorece aos grandes empreendimentos agropecuários que absorvem mão-de-obra, pois, sendo a oferta de trabalho sempre superior à demanda, os empregadores têm melhores condições de manter os salários deprimidos. Por outro lado, como ficou constatado anteriormente, a própria estrutura etária da população investigada, onde a presença de menores é bastante significativa, vai contribuir para que seja reduzido o número de pessoas em idade de trabalhar. Mesmo que os menores ingressem na força de trabalho, o que geralmente ocorre, devido às necessidades da família, quando vendem sua força de trabalho, os salários que recebem são mais baixos que o dos adultos.

Verificando-se as unidades familiares cujos chefes são peões e empregados assalariados permanentes, constata-se que é expressivo o número desses grupos com baixos rendimentos, inclusive dos que percebem menos de um salário mínimo. A rigor, a situação dessas famílias que, em grande parte, contam somente com rendimentos provenientes do trabalho assalariado — é pouco significativo o número daqueles que complementam os rendimentos com a lavoura e/ou “sorte” — é mais precária que a dos trabalhadores não expropriados.

Considerando-se os grupos familiares cujos chefes são agregados, pequenos proprietários e posseiros, constata-se também que entre eles os rendimentos são baixos, sendo todavia mais altos os percentuais dos

TABELA 43

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES CASADOS, POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL E FORMA DE COMPLEMENTAÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS								
	Total	Dos quais casados		Participação percentual dos casados, por grupos de rendimento mensal e forma de complementação					
		Absoluto	Relativo (%)	Até menos de um salário mínimo			Um a menos de um e meio salário mínimo		
				Não complementa	Complementa com a lavoura	Complementa com "sorte"	Não complementa	Complementa com a lavoura	Complementa com "sorte"
TOTAL	140	100	71,43	20,00	6,00	2,00	28,00	1,00	2,00
Empregado temporário (peão).....	48	27	56,25	25,93	7,41	—	25,93	—	3,70
Agregado.....	9	8	88,89	37,50	25,00	—	25,00	—	—
Parceiro.....	16	12	75,00	8,33	—	—	—	—	—
Pequeno proprietário e posseiro....	10	9	90,00	11,11	22,22	—	11,11	11,11	—
Empregado permanente.....	56	43	76,79	18,60	—	4,65	41,86	—	2,33
Outra.....	1	1	100,00	—	—	—	—	—	—

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS						Não declarou
	Participação percentual dos casados, por grupos de rendimento mensal e forma de complementação						
	Um e meio e mais salários mínimos			Rendimento "in natura"			
	Não complementa	Complementa com a lavoura	Complementa com "sorte"	Lavoura	"Sorte"	Lavoura e "sorte"	
TOTAL	27,00	—	1,00	1,00	2,00	1,00	9,00
Empregado temporário (peão).....	25,93	—	—	—	—	—	11,11
Agregado.....	12,50	—	—	—	—	—	—
Parceiro.....	16,67	—	8,33	8,33	8,33	8,33	41,67
Pequeno proprietário e posseiro....	33,33	—	—	—	—	—	11,11
Empregado permanente.....	30,23	—	—	—	2,33	—	—
Outra.....	100,00	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

NOTA — Valor do salário mínimo regional Cr\$ 1.797,60 (maio — 1979).

que obtêm rendimentos inferiores a um salário mínimo. Entretanto, constata-se que parte das famílias destes trabalhadores situadas nas faixas de rendimentos inferiores consegue, efetivamente, complementar sua renda monetária com outras atividades, no caso, a lavoura. Do contingente de parceiros entrevistados, a maioria utiliza o trabalho

familiar na exploração da lavoura e/ou a prática da “sorte” como a forma de complementação de seus rendimentos; apenas três declararam contar com rendimentos dos membros da família sob a forma exclusiva de dinheiro. A forma predominante da parceria na região que assume, muitas vezes, um caráter temporário, bem como o fato dos grupos familiares em parceria receberem seus rendimentos “in natura”, tornou difícil a determinação do valor monetário de sua renda.

Com o processo de penetração/expansão da exploração capitalista na Médio Tocantins-Araguaia, vem ocorrendo uma realocação do contingente de mão-de-obra, assim como uma redefinição das relações de produção que preexistiam na região. A pecuária, em franca expansão na área, tende a subordinar todas as demais atividades produtivas, e por sua conhecida característica de pouco absorvedora de mão-de-obra, ela contribui para acelerar o processo de expulsão da mão-de-obra do campo, sendo que parte dela vai ser reabsorvida pelas empresas agrícolas, na condição de assalariados. No entanto, a própria lógica do processo de produção em vigor, privilegiando a substituição paulatina da força de trabalho pelo emprego cada vez mais intenso do capital, reforça a dinâmica de expropriação da população, fazendo com que um número cada vez mais expressivo de trabalhadores só consiga inserir-se de forma transitória ou irregular no processo produtivo. A transitoriedade ou a irregularidade de participação do processo produtivo, como ficou demonstrado, interferem sobre os níveis de rendimentos dos trabalhadores, o que vai, necessariamente, incidir sobre as suas condições de existência. Embora tivesse sido impossível traduzir em número o valor da produção que os trabalhadores obtiveram com a prática da lavoura e/ou sistema de “sorte”, não resta dúvida que a possibilidade de contar com esses recursos parece minorar as condições de existência de parte deles. A situação dos que são compelidos a viver apenas dos rendimentos provenientes do trabalho assalariado é, certamente, mais precária; contudo, há uma degradação mais acentuada em se tratando dos empregados assalariados temporários (peões). A análise dos dados sobre os níveis de rendimentos põe também à tona outro problema, ou seja, a importância do assalariamento para as classes de trabalhadores cuja ocupação principal se define por sua vinculação aos meios de produção. A proporção significativa desses trabalhadores que dependia quase exclusivamente dos rendimentos ganhos como salários vem mostrar a inviabilidade da agricultura por conta própria, devido à falta de recursos econômicos.

3.2.3 — Condições de existência

A precariedade das formas de inserção no processo produtivo e dos níveis de remuneração, não atingindo apenas os trabalhadores livres, que entram no mercado de trabalho sem qualquer vínculo de estabilidade, concerne também às frações da classe trabalhadora não separada dos meios de produção. A esse respeito a análise das formas de ganhar a vida e de sua representação concreta em termos de rendimentos monetários serviu para delinear situações de pauperização entre os trabalhadores, o que vai marcar o campo específico de suas condições de existência.

Retomando-se os dados sobre os rendimentos, para tratá-los em relação às despesas efetivadas pelas famílias com a aquisição de bens necessários à reposição de sua força de trabalho (Tabela 44), verifi-

cou-se que na maior parte desses grupos domésticos os gastos, quando não superiores aos valores da renda auferida, eram mais ou menos equivalentes. A proporção de famílias com orçamento não deficitário é baixa e, ao mesmo tempo, não deixa de ser significativo o número daquelas cujos rendimentos e/ou despesas não foram especificadas, seja porque incluíam-se entre os grupos sem renda monetária, seja porque não sabiam ou era pouco expressivo o montante despendido. De qualquer maneira os dados revelam que os valores subtraídos da renda são capazes de permitir que, de algum modo, se realizem as condições de reposição da força de trabalho, mas que exceto em alguns casos, dificilmente estas famílias ultrapassam o nível da simples sobrevivência. A pauta de certos bens como, por exemplo, os relativos à moradia e alimentação, assim como as condições em que realizam o trabalho e o emprego do tempo em lazer que, comumente, podem ser tomados

TABELA 44

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, POR CLASSES DE DESPESA DA FAMÍLIA, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL E CLASSES DE RENDIMENTO DA FAMÍLIA — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL E CLASSES DE RENDIMENTO DA FAMÍLIA	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS				
	Total	Classes de despesa da família			Sem informação
		Menos de Cr\$ 1 797,60	1 797,60 — 2 696,40	2 696,40 e mais	
TOTAL	140	49	19	35	37
Proprietário e posseiro	10	2	1	4	3
Menos de Cr\$ 1 797,60	5	1	—	1	3
Cr\$ 1 797,60 — Cr\$ 2 696,40	2	—	—	2	—
Cr\$ 2 696,40 e mais	3	1	1	1	—
Parceiro	16	3	1	1	11
Menos de Cr\$ 1 797,60	14	3	—	—	11
Cr\$ 1 797,60 — Cr\$ 2 696,40	—	—	—	—	—
Cr\$ 2 696,40 e mais	2	—	1	1	—
Agregado	9	2	1	1	5
Menos de Cr\$ 1 797,60	7	2	—	—	5
Cr\$ 1 797,60 — Cr\$ 2 696,40	1	—	1	—	—
Cr\$ 2 696,40 e mais	1	—	—	1	—
Empregado permanente	56	20	13	18	5
Menos de Cr\$ 1 797,60	22	14	2	1	5
Cr\$ 1 797,60 — Cr\$ 2 696,40	17	5	7	5	—
Cr\$ 2 696,40 e mais	17	1	4	12	—
Empregado temporário (peão)	48	22	3	10	13
Menos de Cr\$ 1 797,60	29	14	—	2	13
Cr\$ 1 797,60 — Cr\$ 2 696,40	6	2	3	1	—
Cr\$ 2 696,40 e mais	13	6	—	7	—
Outra	1	—	—	1	—
Menos de Cr\$ 1 797,60	—	—	—	—	—
Cr\$ 1 797,60 — Cr\$ 2 696,40	—	—	—	—	—
Cr\$ 2 696,40 e mais	1	—	—	1	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGED/DIRUR.
(1) Inclusive grupos familiares com renda "in natura"

como indicadores dos níveis de bem estar dos indivíduos, vai mostrar que a maioria dos trabalhadores, objeto de estudo, se vê compelida a reduzir a um mínimo os itens de suas despesas, tendo em vista as necessidades de garantir a reposição material imediata da força de trabalho.

Via de regra as suas condições de moradia se definem pelo caráter precário, e estão correlacionadas, de certa maneira, às formas de inserção dos trabalhadores nas atividades produtivas (Tabela 45). Viu-se, inicialmente, que a situação mesma do domicílio — na zona rural ou urbana — está estreitamente vinculada à posição na ocupação do chefe e que, como tal, a localização do domicílio vai trazer implicações em termos de orçamento familiar. Enquanto os trabalhadores vinculados aos meios de produção residem na própria zona rural, a situação de domicílio urbano incide nas categorias de trabalhadores livres: os empregados temporários (peões) estão, em grande parte — 78,4% — com domicílios estabelecidos na zona urbana e para os empregados permanentes, embora em menos proporção, registrou-se ocorrência em torno de quase 19%. Supõe-se então que, para esses trabalhadores, a situação de domicílios na zona urbana vai fazer com que se torne premente a necessidade de conseguir a casa própria, o que os liberaria do compromisso de um aluguel. No entanto, segundo revelaram os dados, apesar de ser maior o contingente de empregados temporários (peões) com domicílios urbanos, a proporção mais significativa de trabalhadores com domicílio próprio está no contingente de assalariados permanentes — 57,1% — enquanto entre os primeiros registrou-se o total de 37,9%; tanto assim que predominam as outras formas de ocupação — 62,1% — entre os peões: 31% pagavam aluguel e 31,1% tinham moradia cedida por terceiros, enquanto para os empregados permanentes os percentuais baixavam para 28,6% para os que ocupavam domicílios cedidos e 14,3% com domicílios alugados. De modo geral, tratando-se da condição de domicílios rurais, a situação é bem diferente. Ali, a maior parte dos empregados, tanto permanentes quanto peões, tem domicílios cedidos, o que ocorre, da mesma forma com os parceiros e agregados. Naturalmente todos os pequenos proprietários quanto os posseiros ocupam domicílios próprios.

A precariedade dos imóveis ocupados foi apontada não somente pela localização, no caso dos domicílios urbanos, como também pela inexistência de uma infra-estrutura de serviços básicos, que atinge tanto aqueles situados na cidade quanto no campo (Tabela 46). A proporção de domicílios de características rústicas é quase a mesma para aqueles situados na zona urbana — 70,2% — ou rural — 69,9% — mas quando são examinados segundo as categorias de ocupação dos chefes das famílias, os imóveis ocupados pelos empregados permanentes se distinguem dos demais pela melhor qualidade; 71,4% dos domicílios urbanos e 53% dos domicílios rurais desses trabalhadores são duráveis, enquanto para todos as outras categorias predominam os imóveis rústicos, sendo que no caso dos proprietários posseiros e agregados tal característica é comum à totalidade absoluta dos mesmos. Entretanto, a situação mais favorável dos empregados permanentes com domicílio rural se deve antes à condição de ocupação do imóvel, tendo em vista que, geralmente, muitos deles residem na própria sede do estabelecimento em que trabalham ou em casas construídas pelo patrão, o que não se dá no caso dos peões que, se na condição “sem moradia fixa”, alojam-se em galpões — de palha ou madeira, onde estendem

TABELA 45

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, COM INDICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MORADIA, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS			
	Absoluta	Relativa, por condição de moradia		
		Própria	Cedida	Outra
TOTAL.....	140			
Urbano.....	37	43,20	29,70	27,10
Rural.....	103	8,73	83,50	7,77
Empregado temporário (peão)....	48			
Urbano.....	29	37,94	31,03	31,03
Rural.....	19	15,79	78,95	5,26
Agregado.....	9			
Urbano.....	—	—	—	—
Rural.....	9	—	100,00	—
Parceiro.....	16			
Urbano.....	1	100,00	—	—
Rural.....	15	—	100,00	—
Pequeno proprietário e posseiro..	10			
Urbano.....	—	—	—	—
Rural.....	10	100,00	—	—
Empregado permanente.....	56			
Urbano.....	7	57,14	28,57	14,29
Rural.....	49	—	93,88	6,12
Outro.....	1			
Urbano.....	—	—	—	—
Rural.....	1	—	100,00	—

FONTÉ — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

as redes para dormir — construídos no próprio estabelecimento. Em relação ao problema dos peões sem moradia fixa, é necessário ressaltar que a transitoriedade que caracteriza sua forma de inserção nas atividades produtivas em cada estabelecimento tem levado a situações ainda mais precárias em termos de condições habitacionais, pois foi constatada até mesmo a inexistência de galpões, o que os colocava na contingência de dormir sob árvores (casos constatados em Formoso do Araguaia e Paraíso do Norte).

A predominância de domicílios rústicos alia-se à precariedade dos serviços básicos de água e esgoto, instalações sanitárias e eletricidade, que vai caracterizar a grande maioria dos imóveis ocupados pelos trabalhadores, tanto na zona urbana quanto rural. Foram registrados percentuais, para os trabalhadores com domicílios urbano, de 83,8%, e

TABELA 46

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS COM INDICAÇÃO DO TIPO E DA INFRA-ESTRUTURA DO DOMICÍLIO EM QUE RESIDEM E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS										
	Total			Tipo de domicílios				Infra-estrutura dos domicílios			
	Total	Zona urbana	Zona rural	Rústico		Durável		Instalação sanitária			
				Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Tem		Não tem	
								Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural
	NÚMEROS ABSOLUTOS										
TOTAL	140	37	103	26	72	11	31	6	14	31	89
Empregado temporário (peão)	48	29	19	23	16	6	3	3	3	26	16
Agregado.....	9	—	9	—	9	—	—	—	—	—	9
Parceiro.....	16	1	15	1	13	—	2	—	—	1	15
Pequeno proprietário e possseiro.....	10	—	10	—	10	—	—	—	—	—	10
Empregado permanente.....	56	7	49	2	23	5	26	3	11	4	38
Outra.....	1	—	1	—	1	—	—	—	—	0	1
	NÚMEROS RELATIVOS %										
TOTAL	100,00	26,42	73,58	70,27	69,90	29,73	30,10	16,22	13,59	83,78	86,41
Empregado temporário (peão)	100,00	60,41	39,59	79,31	84,21	20,69	15,79	10,34	15,79	89,66	84,21
Agregado.....	100,00	—	100,00	—	100,00	—	—	—	—	—	100,00
Parceiro.....	100,00	6,25	93,75	100,00	86,67	—	13,33	—	—	100,00	100,00
Pequeno proprietário e possseiro.....	100,00	—	100,00	—	100,00	—	—	—	—	—	100,00
Empregado permanente.....	100,00	12,50	87,50	28,57	46,94	71,43	53,06	42,86	22,45	57,14	77,55
Outra.....	100,00	—	100,00	—	100,00	—	—	—	—	—	100,00

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS											
	Infra-estrutura dos domicílios											
	Água encanada				Esgoto ou fossa				Luz elétrica			
	Tem		Não tem		Tem		Não tem		Tem		Não tem	
	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural
	NÚMEROS ABSOLUTOS											
TOTAL	1	11	36	92	4	12	33	91	7	14	30	89
Empregado temporário (peão)	1	3	28	16	2	2	27	17	3	2	26	17
Agregado.....	—	—	—	9	—	—	—	9	—	—	—	9
Parceiro.....	—	—	1	15	—	1	1	14	—	—	1	15
Pequeno proprietário e possseiro.....	—	—	—	10	—	—	—	10	—	3	—	7
Empregado permanente.....	—	8	7	41	2	9	5	40	4	9	3	40
Outra.....	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	1
	NÚMEROS RELATIVOS (%)											
TOTAL	2,70	10,68	97,30	89,32	10,81	11,65	89,19	88,35	18,92	10,68	81,08	89,32
Empregado temporário (peão)	3,45	15,79	96,55	84,21	6,90	10,53	93,10	89,47	10,34	10,53	89,66	89,47
Agregado.....	—	—	—	100,00	—	—	—	100,00	—	—	—	100,00
Parceiro.....	—	—	100,00	100,00	—	6,67	100,00	93,33	—	—	100,00	100,00
Pequeno proprietário e parceiro.....	—	—	—	100,00	—	—	—	100,00	—	30,00	—	70,00
Empregado permanente.....	—	16,33	100,00	83,67	28,57	18,37	71,43	81,63	57,14	18,37	42,86	81,63
Outra.....	—	—	—	100,00	—	—	—	100,00	—	—	—	100,00

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

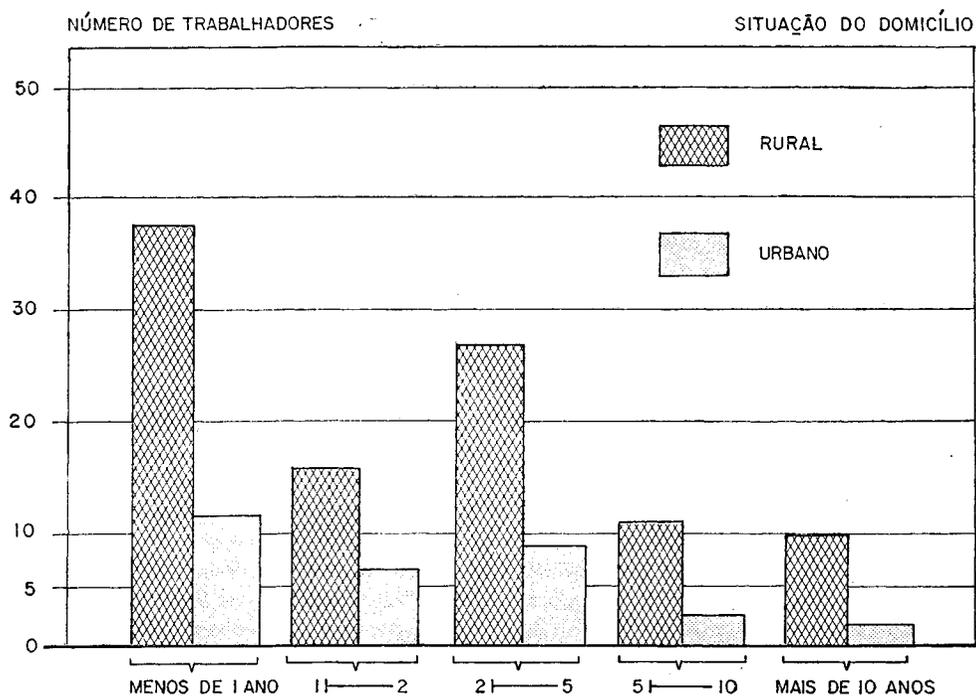
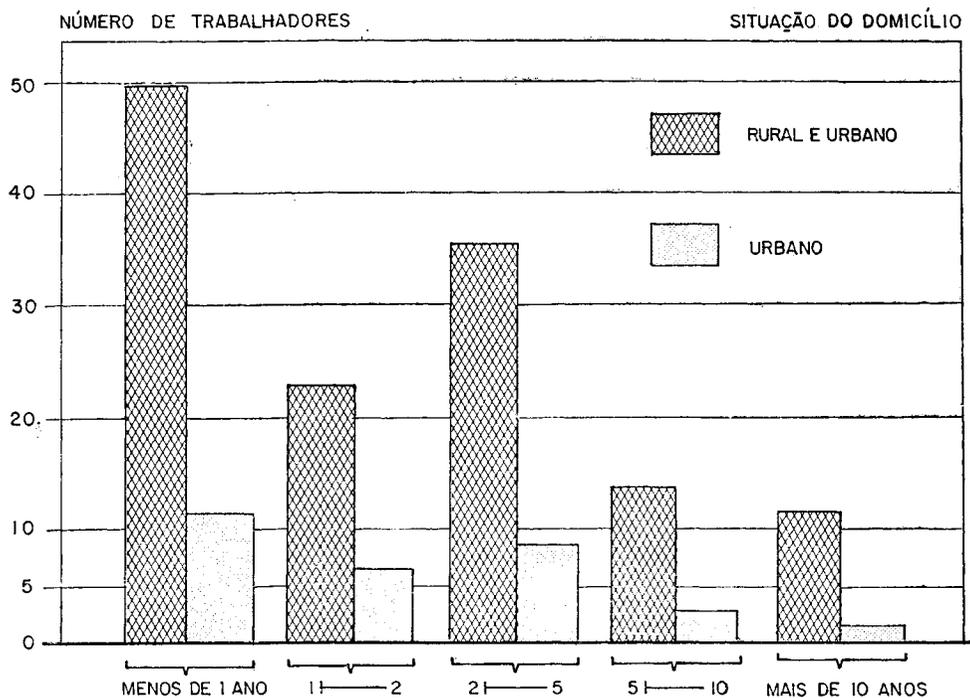
NOTAS — 1. Domicílios rústicos — quando localizados em prédios nos quais predominam paredes e cobertura de taipa, sapê, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida (classificação do Censo Demográfico).

2. Domicílios duráveis — quando localizados em prédios em cuja construção predominam paredes de tijolos, pedra, adobe ou madeira aparelhada; cobertura de telha, zinco ou laje de concreto; e piso de madeira, cimento, ladrilho ou mosaico (classificação do Censo Demográfico).

de 86,4% para os da zona rural, que ocupavam imóveis sem instalação sanitária; em relação à inexistência de água encanada esses percentuais subiam para 97,3% e 89,3%, respectivamente; a proporção de trabalhadores cujas casas não eram servidas por esgoto ou fossa atinge também valores muito altos: 89,2% na zona urbana e 88,4% na zona rural, o mesmo se repetindo na questão da eletricidade cujos domicílios carentes deste serviço chegam a 81% daqueles situados na cidade e, a 89,3% nos do campo. As diferenciações que aparecem entre os domicílios apontam apenas uma situação ligeiramente mais favorável para os empregados permanentes; como foi visto, são os que, proporcionalmente, apresentavam número mais significativo de ocupantes de imóveis duráveis. Os domicílios dos trabalhadores integrantes das demais categorias de ocupação, exceto em alguns casos, se destacavam pela ausência desses serviços, independentemente da situação do imóvel, o que vem corroborar o que foi constatado anteriormente em relação à questão da renda. A precariedade das condições habitacionais verificada para a grande maioria dos trabalhadores associa-se o curto período de permanência que os mesmos ocupam seus domicílios (Gráfico 8). Poder-se-ia supor que a maior parte, estando ocupando seus imóveis há menos de cinco anos (sobretudo há menos de um ano), não teria tido ainda condições de melhorá-los; no entanto, nada leva a crer que, frente aos baixos rendimentos que estão auferindo, esses trabalhadores teriam meios para esse empreendimento.

Constata-se então que, via de regra, a noção de gastos para esses trabalhadores vai estar correlacionada mais diretamente ao problema da reposição imediata da força de trabalho, ou seja, às necessidades de aquisição de alimentos que possam, de algum modo, permitir a realização da sua sobrevivência. A importância dos gastos com alimentação no orçamento da família fica evidenciada ao constatar-se que cerca de 70% das mesmas inserem-se no mercado, comprando alimentos — 27,8% compram todos os alimentos, enquanto 42,8% compram parte do que consomem — e somente 27,8% não necessitam adquiri-los (Tabela 47). Neste campo também interferem certos fatores tais como a situação do domicílio e a posição na ocupação do chefe da família. Observou-se que os trabalhadores livres, desvinculados da terra, dependem mais diretamente do mercado de alimentos, enquanto os demais, desenvolvendo, de alguma forma, atividades de lavoura ou mesmo cultivando uma horta, garantem ao menos uma parte do necessário ao seu sustento. Por isso mesmo, os maiores percentuais de trabalhadores que compram todos os alimentos encontram-se entre os empregados permanentes e peões, enquanto as outras categorias são proporcionalmente mais relevantes quando da compra de apenas parte dos alimentos, o que mostra, de certa forma, que esses trabalhadores também dependem do mercado, embora não estejam na premência de comprar todos os alimentos. Quanto aos trabalhadores livres incluídos na condição dos que não compram os alimentos, trata-se do grupo de empregados que têm a alimentação fornecida diretamente no estabelecimento em que trabalham; nesse caso a forma de contrato de trabalho “cativo”, isto é, onde do salário subtrai-se o valor correspondente à alimentação recebida, é prática comum na região, sobretudo tratando-se dos empregados temporários. Mesmo que esses trabalhadores tenham declarado “não comprar alimentos”, na realidade o sistema de

TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS NO LOCAL ATUAL, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO



Fonte: IBGE - DEGEO - DIRUR - MRH MÉDIO TOCANTINS - ARAGUAIA - 1979

GRÁFICO 8

trabalho "cativo" concretiza-se em dispêndio significativo com nutrição, porque as diárias que lhes são pagas reduzem-se consideravelmente quando comparadas àquelas não incluídas neste sistema²⁷.

TABELA 47

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS COM INDICAÇÃO DA FORMA DE OBTENÇÃO DE ALIMENTOS, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

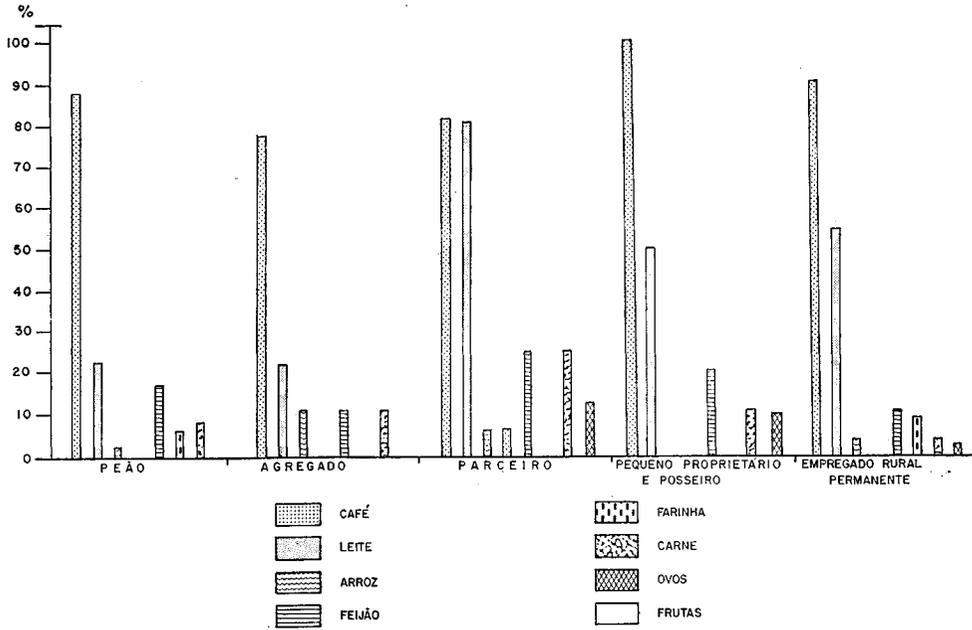
CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS									
	Total		Forma de obtenção de alimento							
	Absolu- to	Relati- vo (%)	Compra todos os alimentos		Não compra alimentos		Compra alguns alimentos		Não informou	
			Absolu- to	Relati- vo (%)	Absolu- to	Relati- vo (%)	Absolu- to	Relati- vo (%)	Absolu- to	Relati- vo (%)
TOTAL	140	100,00	39	27,86	39	27,86	60	42,85	2	1,43
Proprietário e posseiro.....	10	100,00	1	10,00	2	20,00	7	70,00	—	—
Parceiro.....	16	100,00	2	12,50	4	25,00	10	62,50	—	—
Agregado.....	9	100,00	1	11,11	1	11,11	7	17,78	—	—
Empregado permanente.....	56	100,00	18	32,14	17	30,36	20	35,71	1	1,79
Empregado temporário (peão).....	48	100,00	16	33,33	15	31,25	16	33,33	1	2,09
Outra.....	1	100,00	1	100,00	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Se de um lado, a maior ou menor necessidade de comprar alimentos vai incidir sobre o orçamento da família, sobretudo no caso de grande parte do contingente assalariado, de outro, vai ainda influir sobre a própria cesta que compõe a sua alimentação básica. Verificou-se que a ingestão de alimentos imprescindíveis à reposição da força de trabalho reduz-se a alguns produtos — café e/ou farinha no desjejum, arroz e/ou feijão no almoço e jantar, para a maioria dos trabalhadores — e o consumo de outros alimentos vai depender, como no caso dos produtos básicos, além dos níveis de rendimentos, da posição na ocupação do chefe e da própria situação do domicílio (Gráficos 9 e 10). Tanto que o leite entra mais na dieta alimentar dos parceiros, empregados permanentes, pequenos proprietários e posseiros visto que, se nas duas primeiras categorias integram-se os chamados vaqueiros, entre as duas últimas a possibilidade de contar com algumas cabeças de gado na sua unidade de produção vem favorecer a família, inclusive em relação aos aspectos nutricionais. O consumo da carne e/ou de ovos está também condicionado aos mesmos fatores, mas ele já faz parte, também dos hábitos alimentares de parte dos peões, sobretudo dos que são empregados sob forma de "cativos".

²⁷ As diárias variavam, na ocasião da pesquisa de campo (maio/junho 1979), entre Cr\$ 30,0 a Cr\$ 40,0, para a forma de trabalho "cativo", enquanto para a "não cativa" era de Cr\$ 60,0 a Cr\$ 70,0.

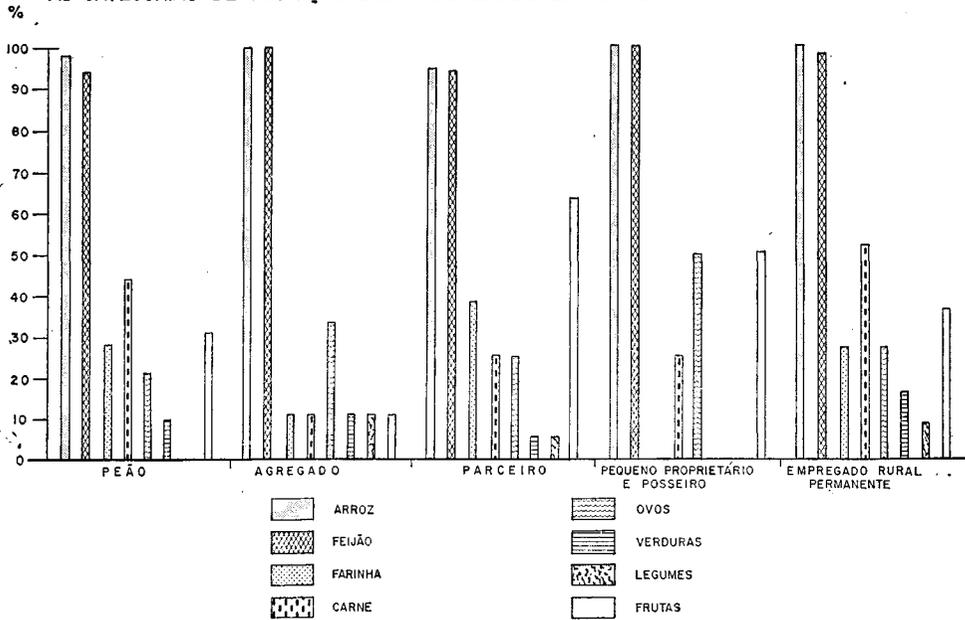
ALIMENTOS CONSUMIDOS HABITUALMENTE NO DESJEJUM, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS



Fonte: IBGE - DEGEO - DIRUR - Pesquisa de campo - MRH Médio Tocantins - Araguaia - 1979

GRÁFICO 9

ALIMENTOS CONSUMIDOS HABITUALMENTE NO ALMOÇO E JANTAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS



Fonte: IBGE - DEGEO - DIRUR - Pesquisa de campo - MRH Médio Tocantins - Araguaia - 1979

GRÁFICO 10

Mas, regra geral, verificou-se que a alimentação da maioria dos trabalhadores é carente, os legumes e verduras entrando muito pouco nos hábitos de consumo. Através das próprias palavras dos trabalhadores, percebe-se tal realidade; assim, por exemplo, tratando-se dos peões, cujos níveis de emprego oscilam segundo as épocas do ano, a possibilidade de repor a força de trabalho está diretamente relacionada ao fato de poder ou não trabalhar: “pobre num pode mudá de jeito de cumê, só lá um dia”, “quando trabaio para um patrão bom, como bem, quando o patrão é ruim, não tem nada”, ou ainda “pobre num tem esse negócio de comer todo dia não, morrer é muito custoso”. No depoimento dos agregados também aparecem referências à penúria alimentar — “janto o mesmo do almoço, quando tem o que comer”, ou “merenda é água do pote”, “muita vez num tem o que comem”, ou “carne, só quando pesco, agora nois tá comendo só arroz” — o que vem reforçar, mais uma vez, as baixas condições de existência dessa fração da classe trabalhadora, verificadas anteriormente. A alimentação dos parceiros que, comparativamente, é mais balanceada, não se apresenta, contudo, a mesma para todos os membros da categoria, o que aparece em expressões como: “quebro o jejum quando acho alguma coisa”, ou “carne é difícil demais, e quando aparece a gente num tem dinheiro prá comprar”. Os empregados permanentes que, de modo geral, se encontram em melhores condições, sobretudo porque aí se inclui a mão-de-obra qualificada e, portanto, a de níveis de rendimentos mais satisfatórios, ao se referirem à questão alimentar, esta não tinha a conotação apresentada pelos outros trabalhadores, e só em casos excepcionais falavam das dificuldades como as quais se defrontam — “a única comida que tenho direito é arroz e feijão”, “comer carne, só de vez em quando, é difícil”.

Dadas estas condições, grande parte dos trabalhadores se vê impedida de romper o círculo da reposição imediata da força de trabalho; a marginalidade da condição de consumidora desta população fica atestada não só pela pauta de bens alimentares que adquire, como também pela de outros artigos relativos a moradia, vestuário, etc., que não entraram — para efeito de análise — no item das despesas porque eram pouco expressivos ou mesmo porque muitos dos entrevistados não se lembravam do que haviam comprado ou dos preços do pouco que gastam com essas mercadorias.

Outra questão investigada, que também tem seus reflexos sobre as condições reais de existência dos trabalhadores, diz respeito à jornada de trabalho e ao tempo utilizado em atividades de lazer. Considerando-se, em primeiro lugar, as informações sobre o período de duração da jornada de trabalho observou-se que, independentemente da posição na ocupação, as características eram mais ou menos comuns a todos os trabalhadores (Tabela 48). A jornada de trabalho é longa, começando bem cedo, vai durar segundo o ciclo natural do dia, isto é, trabalha-se até o pôr do sol. O despertar realiza-se para 64,3% dos trabalhadores, entre cinco e seis horas, ou seja “quando começa a clarear”, sendo que 31,4% o fazem antes mesmo das cinco horas; somente 2,9% dos trabalhadores se despertam habitualmente depois das seis horas. O início dos trabalhos dá-se logo a seguir, e o seu encerramento só ocorrerá a partir das 17 horas — 85,7% declararam parar de trabalhar entre 17 e 18 horas e 12,9% depois das 18 horas. Verifica-se então que a jornada média de trabalho é longa, mas que determinados fatores aí inter-

vêm, como por exemplo, o tipo de atividade desempenhada e o período do ciclo produtivo que vão modificar, em certas fases do ano, a durabilidade do tempo diário dispensado no trabalho.

TABELA 48

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, COM INDICAÇÃO DA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS (%)										
	Total	Duração da jornada de trabalho									Não informou
		Despertar			Início do trabalho			Encerramento do trabalho			
		Antes das 5 horas	5 às 6 horas	Depois das 6 horas	Antes das 5 horas	5 às 6 horas	Depois das 6 horas	17 às 18 horas	Depois das 18 horas		
TOTAL	100,0	31,4	64,3	2,9	12,9	47,9	37,9	85,7	12,9	1,4	
Empregado temporário (peão).....	100,0	27,1	70,8	—	12,5	31,3	54,2	95,8	2,1	2,1	
Empregado permanente.....	100,0	37,5	57,1	5,4	17,9	62,5	19,6	78,6	21,4	—	
Agregado.....	100,0	—	100,0	—	—	44,4	55,6	88,9	11,1	—	
Parceiro.....	100,0	37,5	56,3	—	12,5	62,5	18,8	75,0	18,6	6,3	
Pequeno proprietário e possesiro....	100,0	30,0	60,0	10,0	—	30,0	70,0	90,0	10,0	—	
Outra.....	100,0	100,0	—	—	—	—	100,0	100,0	—	—	

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Essas interferências vão incorrer, logicamente, em distintas formas de exploração da força de trabalho do contingente de mão-de-obra. Verificaram-se variações quanto à duração da jornada de trabalho ao se compararem as categorias de empregados permanentes e parceiros com a dos empregados temporários (peões), agregados, pequenos proprietários e posseiros. Empregados permanentes e parceiros, muitos desempenhando a função de vaqueiros, iniciam muito cedo suas tarefas diárias — 80,4 e 75%, respectivamente, antes ou até às seis horas — e as encerram a partir de 17 horas ou mesmo depois das 18 horas, o que representa, em termos comparativos, jornadas mais longas que a das outras categorias. Observou-se, no entanto, que esses trabalhadores usufruem de intervalos mais ou menos regulares de descanso no decorrer do dia, dependendo de certas exigências da atividade desempenhada no momento; assim, em determinadas épocas do ano, como por exemplo, a dedicada à vacinação do gado ou manejo dos pastos, o vaqueiro terá necessidade de intensificar o trabalho mas, em contrapartida, disporá de maior tempo de descanso em outros períodos. A mesma variação foi registrada no caso dos operadores de máquinas que podem usufruir de períodos de descanso, dependendo da urgência do trabalho que executam. A situação dos outros trabalhadores, mais ligados às atividades de lavoura, à formação e manutenção dos pastos, vêem-se na contingência de jornadas contínuas de trabalho,

sobretudo nos períodos de preparação do solo, carpa e colheita. Se desempenham tarefas sob regime de empreitada, especialmente no desmatamento ou roçado dos pastos, as jornadas de trabalho são constantemente intensas, com intervalos reduzidos para as refeições. No caso específico dos peões, que vivem exclusivamente da venda da força de trabalho, o prolongamento do tempo diário das atividades laboriosas é decisivo para garantir a sua sobrevivência. Além disso, quando não residem temporariamente nos estabelecimentos enquanto executam as tarefas, têm que dispor de tempo mais longo para as idas-e-vindas ao local de trabalho, o que vai implicar também em dispêndio maior de energia física. Em relação aos outros trabalhadores, agregados, pequenos proprietários e posseiros, o tempo gasto nas atividades diárias divide-se em dois momentos distintos, isto é, quando executam trabalho na própria lavoura e quando necessitam assalariar-se fora para complementar os rendimentos obtidos na sua unidade de produção. A duração da jornada de trabalho vai então variar, dependendo da etapa do ciclo produtivo e/ou da urgência de ganhar um dinheiro para cobrir certas necessidades.

Em conclusão, situações distintas aparecem segundo o modo como os trabalhadores participam da divisão social do trabalho. Nesse sentido as diferenciações apontadas para os trabalhadores inseridos nas atividades de cunho capitalista vão depender, não somente do grau de qualificação da mão-de-obra, como também da estabilidade ou da descontinuidade que caracterizam a relação de trabalho à qual estão integrados. As situações mais precárias, definidas pela exigência de jornadas contínuas mais longas, vão incidir sobre os trabalhadores sem nenhum vínculo de estabilidade, no caso os empregados temporários (peões). Entretanto, a dupla forma de atividade executada pelos trabalhadores não totalmente desvinculados da terra, não esconde a necessidade de um sobreesforço no emprego do seu tempo de trabalho.

As longas jornadas de trabalho associa-se o tempo reduzido dedicado ao lazer e ao repouso. Embora a maioria dos trabalhadores — 56,4% — tenha declarado praticar alguma forma de lazer, contra 43,6% que não o fazem, as possibilidades concretas e a frequência com que é praticada vão depender não apenas da situação econômica dos mesmos, mas ainda do local de residência (Tabela 49). Tendo em vista a situação de domicílio rural, as alternativas de lazer para o tempo livre geralmente ocorrem em dias de domingo; nesse caso os tipos de diversão mais comuns, segundo declaração desses trabalhadores, resumem-se nas atividades de caça e pesca, visitas aos vizinhos, ou então permanecer trabalhando, ou em casa — “pegar um peixinho velho”, “aquetar dentro de casa”, “só uma festinha de vez em quando”, “só quieto no mato feito bicho”, “andando nas matas caçando, pescando”, “só sirviço, tomo umas pinga” —. A falta de opção em termos de atividades de lazer na zona rural tem sua contrapartida no setor urbano, para onde se dirigem sobretudo os trabalhadores solteiros, que estão mais desempedidos para os deslocamentos nos finais de semana. Geralmente, são os empregados permanentes, temporários (peões) e os parceiros que, relativamente, utilizam mais seu tempo livre em atividades típicas do setor urbano. Aí dedicam-se: à “farra, festa, mulherzada”, “reunião, pinga, tudo que é diversão nois mexe”, “cinema, discoteca”, “vou a Igreja”, “jogar bola, andar na casa dos outros”, “cachaça e festa, vou também no cetim”. Os hábitos urbanos integram-se, portanto,

de forma mais incisiva no modo de vida de parte da população entrevistada, sobretudo tratando-se dos trabalhadores livres. A importância da prática dessas atividades pode ser avaliada pelo próprio depoimento de alguns empregados que afirmaram pedir adiantamento ao patrão para as despesas do domingo passado na cidade, e a conseqüente situação de endividamento daí decorrente.

TABELA 49

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, COM INDICAÇÃO DO TEMPO LIVRE PARA LAZER, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL — 1979

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO ATUAL	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS				
	Total	Tempo livre para			
		Utilizarem em lazer		Não utilizarem em lazer	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	140	79	56,4	61	43,6
Empregado temporário (peão).....	48	30	62,5	18	35,7
Agregado.....	9	5	55,6	4	44,4
Parceiro.....	16	11	68,7	5	31,3
Pequeno proprietário e posseiro.....	10	6	60,0	4	40,0
Empregado permanente.....	56	27	48,2	29	51,8
Outra.....	1	—	—	1	—

FONTE — Pesquisa de Campo — MRH Médio Tocantins-Araguaia — 1979 — IBGE/DEGEO/DIRUR.

Regra geral, são limitadas as possibilidades de lazer para o contingente de população investigada, sobretudo quando se considera a alta proporção de indivíduos que não utilizam qualquer tipo de diversão. Do lado dos que têm por hábito praticar alguma forma de lazer, especialmente a de caráter urbano, há que ressaltar a importância que alguns trabalhadores lhes dão no tempo imediato, tendo em vista a falta de perspectivas para o futuro, dadas as condições precárias de inserção no sistema produtivo de grande parte dos mesmos. De qualquer maneira, as questões ligadas à sobrevivência constituem a preocupação da maioria dela, e o tempo livre, ocupado em atividades de lazer, tem importância relativa, a não ser para um número restrito, ou seja, principalmente entre os trabalhadores solteiros que não têm a responsabilidade da manutenção da própria família.

3.2.4 — Considerações finais

A colocação teórica, proposta no início deste estudo, sobre a viabilidade da aplicação do conceito de grupos marginais a certos segmentos da classe trabalhadora do setor rural da Médio Tocantins-Araguaia

serviu, uma vez mais, para reforçar o caráter polêmico que tem envolvido as discussões sobre a questão da marginalidade. Na verdade, se a busca de identificação teórica e empírica de tais grupos, como perspectiva da investigação, contribuiu para esclarecer certos pontos do problema, em contrapartida ela não pôde resolver outras, e por isso mesmo muitas questões permaneceram em aberto para discussões futuras.

Em primeiro lugar, tomando-se por base as diferentes relações de trabalho prevalecentes para o contingente da força de trabalho investigado, ficou confirmada a hipótese formulada sobre a presença de trabalhadores cuja forma de inserção no processo produtivo da região não aparece revestida de caráter nitidamente capitalista. Assim, as formas de trabalho baseadas no regime de agregância, de produção familiar fundada na terra, em propriedade ou em posse e na parceria não têm conotações de relações sociais típicas que definem o setor de produção capitalista. Com efeito, vale lembrar que esses trabalhadores não estão totalmente desvinculados dos meios de produção, muitos possuem seus próprios meios de vida e não fazem parte das condições objetivas de produção porque são proprietários dos instrumentos de trabalho. No entanto, a maior parte desses trabalhadores participa diretamente do processo produtivo do setor dominante através da prestação de serviços como assalariados temporários. Ficou também constatada a presença de relação de trabalho baseada no assalariamento puro onde, ao lado dos empregados permanentes, aparece ainda a figura do peão, inserido no setor capitalista, mas como assalariado temporário. Feitas estas constatações, o passo seguinte é o da procura de resposta para o problema formulado inicialmente, o de definir, no conjunto da força de trabalho investigada, quais seriam os seus segmentos passíveis de serem incluídos entre a chamada população marginal, segundo a concepção estabelecida até então.

Assim, partiu-se do pressuposto de que o processo de expansão do capital se dá simultaneamente à formação de excedentes de força de trabalho que, uma vez disponíveis para as necessidades de produção, podem ser geralmente utilizados a baixos custos em certos setores da economia, sem vínculos de estabilidade e preenchendo, portanto, funções importantes no processo de acumulação; as parcelas excluídas seriam então identificadas como marginais, ou seja, como “agentes da força de trabalho que vivem dentro das fronteiras do capitalismo mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais”. Sob este prisma o componente que daria sentido à condição de marginal encontrar-se-ia polarizado em torno de um fator fundamental, o da falta de estabilidade no trabalho, em contraposição às relações de emprego que seriam, geralmente, criadas pelo setor capitalista típico, ou seja, a venda da força de trabalho em caráter permanente.

Vários problemas surgem então quando se confronta a realidade observada com os pressupostos teóricos enunciados no início deste estudo. Em primeiro lugar, comparando-se as características que assumem as relações de trabalho baseadas no assalariamento puro, no caso concreto, empregados permanentes e temporários (peões), dificilmente o fator estabilidade poderia ser tomado como decisivo na determinação do que seriam grupos marginais e não marginais. Ficou constatado que, exceto no caso de parte dos empregados permanentes — que se incluem entre os mais qualificados — as formas de inserção no processo produtivo para os demais trabalhadores assalariados são,

tanto na situação anterior à migração para o local atual de residência, como na presente, marcadas pelo caráter de instabilidade. Essa afirmação ficou corroborada quando se considerou o problema dos deslocamentos espaciais contínuos, do curto tempo de permanência no emprego e da falta de garantias sociais que, se bem mais acentuados quando se trata dos empregados temporários (peões), não são, todavia, sem importância no caso dos assalariados em caráter permanente. Considera-se ainda que a vigência da atual legislação trabalhista, que exclui todas as possibilidades de garantia de estabilidade por tempo de serviço aos trabalhadores assalariados, vem também reafirmar a importância relativa de uma perspectiva teórica que vise a distinguir grupos marginais dos não marginais a partir deste pressuposto.

Em relação aos trabalhadores cuja ocupação principal se realiza fora do setor capitalista, mas que dele participam sobretudo, pela venda da força de trabalho em caráter temporário, o problema se coloca em termos diferentes. A situação de marginalidade desse segmento da mão-de-obra seria determinada, em princípio, pelo processo de exclusão da qual ele é objeto, isto é, embora vinculados aos meios de produção, viu-se que, agregados, pequenos proprietários, posseiros e alguns parceiros se vêem compungidos à reprodução simples da força de trabalho, tendo em vista que suas possibilidades de acesso aos recursos econômicos são ínfimas e que, sobretudo, desenvolvem suas atividades produtivas não capitalistas na condição de subordinados, de forma indireta, ao setor dominante. A incapacidade de ultrapassar o nível da simples reposição da força de trabalho, ou até mesmo de atingi-lo, enquanto na condição de produtores camponeses, obriga a maioria desses trabalhadores a vender sua força de trabalho aos empreendimentos capitalistas, e sob esse prisma exercem, em certo sentido, funções de exército de reserva, importantes, portanto, para a reprodução do capital. Deste ponto de vista tanto esse contingente como o composto pelos trabalhadores livres — peões — poderiam ser definidos como marginais não pelo fato de vivenciarem situações de extrema pobreza, mas por constituírem fração da classe trabalhadora em disponibilidade, que pode ser utilizada a baixos custos, segundo as necessidades do acréscimo de produção, mas que pode também ser rejeitada quando inoportuna.

A questão que parece fundamental no processo de expansão da agricultura da Médio Tocantins-Araguaia é o fato de o capital, proveniente das áreas mais avançadas do País, poder contar ali com um contingente de força de trabalho excedente, criada pelo mercado de fatores de produção. Essa parcela de mão-de-obra, sem poder de barganha por melhores salários — como ficou demonstrado, não existem organizações de trabalhadores na área — vê-se compelida a aceitar que seu trabalho seja desvalorizado de tal forma que, concretamente, não atinge, por vezes, nem o nível do limite mínimo considerado necessário à sobrevivência; os baixos rendimentos e suas conseqüências, ou seja, a fraca participação no produto social experimentada pela maioria dos trabalhadores atestam, de maneira incisiva, estas afirmações.

A renda mínima auferida, acarretando situação de pobreza, significa que a manutenção desta força de trabalho é de custo muito reduzido; no entanto, surge aqui outro problema pois, como foi visto, segundo os resultados da investigação, os baixos salários não são, geralmente, pagos apenas aos trabalhadores inseridos de forma instável no sistema de produção dominante. Foi constatado que, exceto parte

dos empregados permanentes, no caso os mais qualificados, os níveis salariais para esta categoria situam-se, freqüentemente, abaixo do mínimo. Ao mesmo tempo ficou também evidente que as precárias condições de existência que caracterizam o conjunto de trabalhadores inseridos de forma intermitente em atividades do setor capitalista, e que refletem o grau de exploração a que estão sujeitos, aparecem também no caso de trabalhadores estáveis (empregados permanentes). O sentido do custo mínimo da reprodução desta força de trabalho é encontrado então tanto nas situações de trabalho instável como estável, o que, em última instância, representa valor acrescido ao capital.

Tendo em vista os problemas até então levantados, a discussão em torno da questão marginalidade encontra-se frente a um impasse, pois muito pouco se avançou nessa busca de uma determinação clara e explícita do que seriam os grupos marginais no conjunto da população objeto da investigação. Comprovada a hipótese sobre a presença de um contingente de trabalhadores excedentes na área, viu-se que esses segmentos da força de trabalho não são desprezíveis ao processo de ampliação do capital, o que foi confirmado pela sua participação nas atividades produtivas em contrapartida a uma situação de carência experimentada pela sua grande maioria. No entanto, quando comparados aos empregados inseridos de forma plena no setor de produção capitalista, foram pouco expressivas as diferenciações sócio-econômicas entre os mesmos, daí a pauperização caracterizar, na área, tanto trabalhadores instáveis como estáveis, ressaltando-se entre os últimos apenas aqueles mais especializados.

A colocação mais importante que os resultados da pesquisa sugerem parece não ser tanto a de determinar quais grupos seriam os grupos marginais ou não marginais. É por demais conhecido que a relação de exploração capitalista cria a população excedente, que participa da divisão social do trabalho através da prática de certas atividades importantes no sentido da acumulação. O fundamental nesse movimento de expansão agrícola da Médio Tocantins-Araguaia, como foi verificado, é que, de um lado, os trabalhadores vinculados aos meios de produção, na sua luta contra o processo de expropriação, colocam-se à disposição do setor capitalista, onde vendem temporariamente sua força de trabalho, que pode também ser desvalorizada tendo em vista que os gastos para a sua reposição são ainda mais baixos porque eles mesmos produzem pelo menos uma parte dos meios subjetivos de produção; dentro desta perspectiva esses trabalhadores constituem o chamado: exército de reserva latente, ou "marginais latentes", dadas as condições precárias em que se encontram e o caráter eminente de uma expropriação real. Ali se concentraria, portanto, um reduto de mão-de-obra que, se expropriada de forma completa, não teria condições de se integrar plenamente nas atividades capitalistas, tendo em vista não somente a incapacidade do sistema em ampliar empregos, como da própria desqualificação desses trabalhadores. De outro lado, as diferenciações operadas no interior da mão-de-obra expropriada da região, com o aparecimento do contingente de trabalhadores que não conseguem se integrar nas atividades produtivas em condições estáveis, determinam então a formação de uma verdadeira força de trabalho em reserva, que poderia ser definida como marginal, de acordo com o conceito adotado anteriormente. No entanto, como ficou demonstrado, a comparação entre trabalhadores estáveis e não estáveis não ofereceu suporte suficiente que permitisse a determinação de categorias com características muito

distintas, pois, de modo geral, são extremamente vulneráveis as condições sob as quais a maioria da força de trabalho da região se insere no processo de produção e, conseqüentemente, muito fraca sua participação no produto social. Parece que a questão mais relevante que resulta desta análise não é tanto a de identificar situações de marginalidade, mas a constatação de que a dinâmica do capital condiciona distintas formas de exploração da força de trabalho, permeia não apenas as formas de trabalho capitalistas típicas como as não capitalistas. Nesse processo, considerando o lado da força de trabalho, enquanto os segmentos de mão-de-obra não expropriados detêm o poder de decisão quanto ao limite de trabalho necessário, para os trabalhadores livres são as leis do mercado que determinam o mínimo para garantir a sua reprodução e nesse caso, a condição do empregado temporário (peão) é a representação máxima na escala da exploração, já que o valor total de seu trabalho é ainda mais reduzido devido à descontinuidade das atividades que desempenha.

4 — ANEXO

4.1 — Esquema de amostragem

Utilizou-se um modelo de amostragem probabilística em dois estágios, onde os municípios constituem as unidades primárias, e os estabelecimentos agropecuários as unidades secundárias. Foi adotado como sistema de referência o Cadastro do Censo Agropecuário de 1975.

1.º Estágio:

Seleção de uma amostra por estratificação dos municípios da subpopulação, após a retirada dos *municípios auto-representativos*, isto é, com probabilidade um de inclusão. O corte dos *municípios auto-representativos* fixou-se ao nível de 10% da área total dos estabelecimentos da Microrregião, possibilitando uma representação de 64% da área com cinco municípios, que participam automaticamente como *auto-representativos* também para as variáveis que apresentam elevado grau de correlação com a área.

Elegeu-se para variável de estratificação a área dos estabelecimentos, em função do alto grau de correlação com as demais variáveis relevantes. Foram construídos três estratos de igual tamanho, admitindo-se uma variação de 10% no tamanho.

Fixado o erro de amostragem em 10% determinou-se o tamanho da amostra (três municípios). A partição dessa amostra, segundo a proporção dos desvios, resultou na seleção, segundo critério de equiprobabilidades, de um município por estrato, revelando-se todos os estratos bastante homogêneos, com Coeficiente de Variação (CV) em torno de 0,06.

2.º Estágio:

Seleção de uma subamostra de estabelecimentos por um processo de conglomeração em cada município selecionado no 1.º estágio, após a retirada dos *estabelecimentos auto-representativos*.

Na determinação do corte dos *estabelecimentos auto-representativos* foram usados dois critérios: seriam considerados representativos os estabelecimentos com área cinco vezes maior ou igual a área média dos estabelecimentos do município, ou cinco vezes maior ou igual a área média dos estabelecimentos da Microrregião, caso a área média dos estabelecimentos do município fosse menor que a área média dos estabelecimentos da Microrregião.

No conjunto residual de estabelecimentos de cada município selecionado, pelo processo de conglomeração, foram selecionados dois conglomerados por município. No cômputo geral, dentre os conglomerados construídos, foram selecionados 16, correspondendo a 199 estabelecimentos (24 estabelecimentos em média, por município), sendo 124 *auto-representativos*.

Idêntico processo foi aplicado aos *municípios auto-representativos*, configurando-se então, um total de oito estratos ($L=8$), sendo o tamanho do estrato nos *municípios auto-representativos* igual e um ($N_h = 1$).

Estimadores:

a — estimador do total

$$\hat{Y} \cdot = \sum_{h=1}^L \hat{Y}_{e_h} \quad L = 1, \dots, 8$$

Sendo:

$$\hat{Y}_{e_h} = \hat{Y}_{m_h} \cdot N_h$$

$$\hat{Y}_{m_h} = \hat{Y}_{a_h} + Y_{r_h}$$

$$\hat{Y}_{a_h} = \sum_{j=1}^g C_j \cdot f_j^{-1}$$

$$Y_{r_h} = \sum_{i=1}^{k_h} Y_{r_i}$$

$\hat{Y} \cdot$ = estimativa do total da variável Y na MRH.

\hat{Y}_{e_h} = estimativa no h-ésimo estrato.

\hat{Y}_{m_h} = estimativa no h-ésimo município.

\hat{Y}_{a_h} = estimativa correspondente aos estabelecimentos não auto-representativos no h-ésimo município.

Y_{r_h} = total de estabelecimentos auto-representativos.

K_h = número de estabelecimentos auto-representativos no h-ésimo município.

N_h = número de municípios no h-ésimo estrato, $h = 1, \dots, L$, sendo $N_h = 1$ para os municípios auto-representativos.

- C_j = valor da variável no conglomerado j ($j = 1, 2$).
 f_2^{-1} = inverso da fração de amostragem do 2.º estágio.

Variância estimada ²⁸

$$\hat{V}(\hat{Y}) = \sum_{g=1}^G \frac{L_g}{L_g - 1} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} \left[y_{gh} - \frac{Y_{gh}}{\sum_{h=1}^{L_g} Y_{gh}} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} y_{gh} \right]^2$$

Erro de amostragem

$$d_r = \frac{Z_{1-\alpha} \sqrt{\hat{V}(\hat{Y}.)}}{\hat{Y}.$$

G = número de grupos.

L_g = número de estratos no g -ésimo grupo.

L = número total de estratos.

y_{gh} = estimativa para h -ésimo estrato.

$\sum_{h=1}^{L_g} y_{gh}$ = estimativa para o g -ésimo grupo.

Y_{gh} = total da variável no h -ésimo estrato (Censo 75).

$\sum_{h=1}^{L_g} Y_{gh}$ = total da variável para o g -ésimo grupo (Censo 75).

$Z_{1-\alpha}$ = 1,96 (coeficiente de confiança).

α = 0,05 (nível de significância).

²⁸ Hansen, H. M.; Hurwitz, W. N. & Madow, W. G. *Sample Survey Methods and Theory*.

5 — BIBLIOGRAFIA

- AGROPECUARIO. — Rio de Janeiro, RJ, CEA/IBRE/Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- AGROPECUARIA. — Rio de Janeiro, RJ, CEA/IBRE/Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- AITCHISON, J. W. — *The Farming Systems of Wales; Comission an Agriculture Typology*. UGI, 1970.
- ANDRADE, Manuel Correa de. — *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- A REGIÃO do Cerrado - *uma Caracterização do Desenvolvimento do Espaço Rural*. Rio de Janeiro, IBGE, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1979.
- BERLINK, Manoel T. — *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes Ltda, 1977.
- BONNAMOUR, Jacqueline et alii. — *Typologie des systèmes d'exploitation agricole utilisés en France, essai méthodologique*.
- BRASIL, Americano. — *Súmula de História de Goiás, Goiás*, 1932.
- BRASIL, *Estatuto da Terra (Legislação Agrária Atualizada)*. São Paulo, Sugestões Literárias S/A, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. — Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica. In: *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- & FALLETO, Enzo. — Dependencia y desarrollo en America Latina *Ensayo de Interpretation Sociológica*, México, Siglo XXI, 1969.
- & MÜLLER, Geraldo. — *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.
- CERON, Antonio O. & DINIZ, José Alexandre Fillizola. Tipologia da agricultura: questões metodológicas e problemas de aplicação ao Estado de São Paulo. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 32 (3), Rio de Janeiro, RJ, IBGE, 41-71, 1971.
- FERNANDES, Florestan. — Anotações sobre o Capitalismo Agrário e a Mudança Social no Brasil. In: *Szmracsányi e Queda. Vida Rural e Mudança Social*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 105-20, 1976.
- FERRANTE, V. L. Botta. — O Estatuto do trabalhador rural e o funrural: ideologia. In: *Perspectivas*, Ano I, Vol. I, (1), Araraquara, 189-206, 1975.
- FRANCO, M. S. de Carvalho. — *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Editora Ática S/A, 1979.
- GERMANI, G. — *Consideraciones Metodológicas y Teóricas sobre la Marginalidade en America Latina*, Harvard University, 1972 (mimeo).
- GRAZIANO da SILVA, José Francisco. — *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.
- . A porteira está fechando? In: *Ensaio de Opinião (2-9)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, RJ, 1979.
- & HOFFMANN, Rodolpho. — A reconcentração fundiária. In: *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (6)*, Ano X, Campinas, nov./dez. 1980.
- GUIMARÃES, Antonio Passos. — *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.
- HANSEN, H. H.; HURWITZ, W. N. & MADOW, W. G. — *Sample Survey Methods and Theory*. Vol. 1, Hohn Wiheyand Sons, N.Y., 1953.

- IANNI, Octavio. — *A Luta pela Terra*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1979.
- . *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.
- . *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.
- KOSTROWICKI, Jersey. — Some methods of determining land use and agricultural orientations as used in Polish land utilizations and Tupological Studies. In: *Geografia Polônica*, Varsóvia, (18), 1970.
- . *Principles, basic notions and criteria of agricultural typology (mimeographed)*, IGU, 1966.
- KOWARICK, Lúcio. — *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
- LACOSTE, Yves. — *Os Países Subdesenvolvidos*. São Paulo, Difel — Difusão Editorial S/A, 1981.
- LOPES, Juarez Brandão. — Desenvolvimento Capitalista e Estrutura Agrária. In: *Ensaio de Opinião n.º 2-9*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 1979.
- . Do latifúndio à empresa (Unidade e diversidade do capitalismo no campo) In: *Caderno CEBRAP (26)*, Campinas, 1976.
- MALUF, Renato S. — *Mercado de trabalho agrícola: emprego e salários, projeto de intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura*. CPDA/EIAP/FGV, Rio de Janeiro, 1980 (mimeo).
- MARTINS, José de Souza — A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Revista Civilização Brasileira (22)*, Rio de Janeiro: 199-221, 1980.
- . *Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Indústria e Comércio. — Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. Rio de Janeiro, 1913.
- MORAES, J. A. Leite. — *Apontamento de Viagem de São Paulo a Goiás pelos rios Araguaia e Tocantins*. São Paulo, 1822.
- NETO, Francisco Graziano. — Capitalismo e Tecnologia no Campo: Notas Preliminares. In: *Encontros com a Civilização Brasileira (10)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 71-89, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de. — *Economia brasileira: Crítica à Razão Dualista*. São Paulo, Estudos CEBRAP (2), 1972.
- PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. — *Desenvolvimento e Marginalidade*. São Paulo, Livraria Pioneiro Editora, 1974.
- PINTO, Alfredo Moreira. — *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.
- PRADO, Jr. Caio. — *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- . *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2.^a Edição, 1945.
- SANTOS, Milton. — A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam o capital e mudam estruturas sociais. In: *Contexto (4)*, São Paulo, Editora Hucitec, 1977. pp. 31-43.
- SIMÕES, C. — *Direito do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*. Coleção Ensaio e Memória, 19, São Paulo, Edições Símbolo, 1979.
- SOUZA, Paulo R. — Salário e mão-de-obra excedente. In: *Valor, Força de Trabalho e Acumulação Monopolista*, Estudos CEBRAP (25), São Paulo, : 67-112.

STEIN, L. et alii. — As novas formas de trabalho assalariado e as transformações na agricultura brasileira. Botucatu, *III Reunião Nacional: Mão-de-Obra Volante na Agricultura* — Faculdade de Ciências Agronômicas, Campus de Botucatu — UNESP — 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. — O Movimento Geral do Capital (Um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista). In: *Estudos CEBRAP* (25), São Paulo, 5-26.

VALVERDE, Orlando & DIAS, Catarina Virgolino. — *A Rodovia Belém-Brasília*. Série A, Biblioteca Geográfica Brasileira (22), Rio de Janeiro, IBGE, IBG, 1967.

RESUMO

A partir de informações do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 e resultados de pesquisas de campo, verificou-se, neste estudo, que sobretudo na década de 70, houve na Microrregião Médio Tocantins-Araguaia, aceleração do processo de exploração capitalista do setor agropecuário, incentivado por políticas oficiais; em decorrência, verificaram-se alterações nos sistemas de cultivos, na estrutura fundiária e transformações nas relações sociais de produção. Neste sentido constatou-se uma intensificação da concentração de terras em detrimento dos pequenos estabelecimentos e, paralelamente, modificações na condição dos produtores, uma vez que as unidades de produção em regime de exploração indireta perderam importância em relação àquelas exploradas por proprietários. No que concerne às atividades econômicas ocorreram, também, transformações, pois a pecuária de corte destinada à comercialização assumiu expressão maior, e a lavoura, subsidiária da pecuária, igualmente adquiriu maior projeção comercial no período analisado. Em relação às alterações ocorridas na composição do pessoal ocupado, na década, constatou-se que, embora predominasse o trabalho familiar sobre as outras modalidades, ocorreu um aumento do contingente de empregados parceiros e de assalariados temporários.

Portanto, apesar da expansão do capital ter provocado alterações significativas na Microrregião, persistiram nesta área formas de organização da produção de caráter nitidamente não capitalistas, como a baseada no trabalho familiar. Esse fenômeno, comum ao capitalismo agrário brasileiro, ocorre na medida em que a produção e a reprodução de riquezas passam a ser articuladas pelo modo de produção dominante, que recria formas produtivas desiguais, onde se configuram diferentes maneiras de inserção dos trabalhadores nas estruturas produtivas.

Assim, o modo de produção capitalista, ao intensificar as atividades produtivas privilegiando outros fatores de produção que não a mão-de-obra, e subordinando todas as demais formas de produção, ocasionou uma restrição da oferta de empregos na área. O expressivo contingente de trabalhadores locais mantido ao nível da simples sobrevivência, vê-se obrigado a vender sua força de trabalho aos empreendimentos capitalistas a um preço muito baixo. O importante, portanto, é que os trabalhadores, fossem estes pequenos produtores não capitalistas ou peões, constituíam uma fração de classe trabalhadora em disponibilidade, podendo ser utilizada a baixo custo, segundo as necessidades de acréscimo da produção capitalista, mas que pode, também, ser rejeitada quando inoportuna.

A questão fundamental que resultou deste trabalho foi a constatação de que a dinâmica do capital, que condiciona distintas formas de exploração da força de trabalho, permeia não apenas as formas capitalistas como as não capitalistas. Assim, como consequência, o capital proveniente das áreas mais avançadas do País, pôde contar na Médio Tocantins-Araguaia com um contingente de força de trabalho excedente, criada pelo mercado de fatores de produção.

Este artigo foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 06 de junho de 1983.